

## **BALANÇO GERAL DO ESTADO**

# **RELATÓRIO CONTÁBIL DE PROPÓSITO GERAL – RCP NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



**BGE - 2025**

## **BALANÇO GERAL - 2025**

### **Governador do Estado do Maranhão**

Carlos Orleans Brandão Júnior

### **Secretário de Estado do Planejamento e Orçamento**

Vinicius Ferro Castro

### **Subsecretária do Planejamento e Orçamento**

Aline Ribeiro Duailibe Barros

### **Secretária Adjunta de Contabilidade**

Fabiele Costa Alves

### **Gestora dos Sistemas do Tesouro e Contabilidade**

Tânia Regina Gonçalves Silva

### **Superintendente da Contadoria Geral do Estado**

Leonardo de Brito Aquino Soares

### **Assessora Especial**

Itayane Amorim e Amorim

### **Supervisor de Registro, Controle e Acompanhamento**

Bruno Silva Pinheiro Correa

### **Supervisora de Orientação e Normas**

Katia Duailibe Carvalho

**Equipe de Contadores:**

Ana Caroline Sousa Damasceno Soares

Bruno Silva Pinheiro Correa

Francisco Erinaldo De Oliveira

Geysa de Moraes Azevedo

Luana Maria Bastos Mesquita Marques

Maria do Socorro Silva De Jesus

Marielly Silva Diniz

Raoni Cutrim Costa

Roberth Pereira Almeida

Rosa Mariana Freire Silva

**Equipe de apoio:**

Ana Zita Silvestre Fernandes Furtado

Andressa Campos Miranda Costa

Flor de Maria Santos Rodrigues

Renata Martins De Araújo Silva

Samuel Sousa Santos

**Equipe da assessoria dos sistemas institucionais:**

**Apoio Técnico – Orçamentário:**

Secretaria Adjunta de Planejamento e Orçamento

**Apoio Técnico – Tesouro:**

Superintendência do Tesouro Estadual

**Apoio Técnico – Fiscal:**

Superintendência de Assuntos Fiscais

**Apoio Técnico – Sistemas Corporativos:**

Gestão de Sistemas

**Apoio Técnico - Administrativo:**

Supervisão de Execução Financeira / Contábil - Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público.

**Colaboradores:**

Unidade Gestora de Apoio a Programas Especiais

Superintendência da Dívida Ativa

## SUMÁRIO

### Relatório de Propósito Geral

1 - Apresentação .....	09
2 - Declaração do Contador da Conformidade das Demonstrações .....	10
3 - Gestão Orçamentária .....	11
3.1 - Receita Orçamentária .....	12
3.1.1 - Receitas Tributárias .....	15
3.1.2 - Transferências correntes .....	16
3.1.3 - Receitas de capital .....	17
3.2 - Despesas Orçamentárias .....	19
3.2.1 - Despesa autorizada final .....	20
3.2.2 - Despesa empenhada .....	20
3.2.3 - Transferências constitucionais e legais .....	21
3.2.4 - Resultado Orçamentário .....	23
3.2.5 – Créditos Iniciais e Adicionais .....	23
4 - Gestão Fiscal .....	24
4.1 - Indicadores Fiscais .....	24
4.2 - Despesa com Pessoal .....	28
4.3 - Aplicação na Saúde .....	31
4.4 - Aplicação na Educação .....	35
5 - Considerações Finais .....	38

## **Notas Explicativa às Demonstrações Contábeis**

- 1 - Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis
- 2 - Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis
- 3 - Diretrizes Gerais da Política de Remuneração das Empresas Estatais Federais
- 4 - Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis
- 5 - Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis
- 6 - Caixa e Equivalentes de Caixa
- 7 - Créditos a Receber
- 8 - Investimentos
- 9 - Imobilizado
- 10 - Intangível
- 11 - Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar
- 12 - Empréstimos e Financiamentos
- 13 - Fornecedores e Contas a Pagar
- 14 - Transferências Fiscais
- 15 - Provisões
- 16 - Demais Obrigações
- 17 - Atos Potenciais Ativos
- 18 - Atos Potenciais Passivos e Passivos Contingentes

- 19 - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria
- 20 - Contribuições
- 21 - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos
- 22 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos
- 23 - Juros e Encargos de Mora Ativos
- 24 - Variações Monetárias e Cambiais Aumentativas
- 25 - Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras
- 26 - Aportes – Banco Central do Brasil
- 27 - Reavaliação de Ativos
- 28 - Ganhos com Incorporação de Ativos
- 29 - Ganhos com Desincorporação de Passivos
- 30 - Resultado de Participações
- 31 - Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas
- 32 - Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas
- 33 - Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais
- 34 - Benefícios a Pessoal
- 35 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais
- 36 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo
- 37 - Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos
- 38 - Variações Monetárias e Cambiais Diminutivas
- 39 - Transferências e Delegações Concedidas
- 40 - Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes para Perdas
- 41 - Desincorporação de Ativos

- 42 - Incentivos
- 43 - Subvenções Econômicas
- 44 - Constituição de Provisões
- 45 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas
- 46 - Resultado Patrimonial
- 47 - Execução Orçamentária da Receita
- 48 - Execução Orçamentária da Despesa 49 - Resultado Orçamentário
- 50 - Execução dos Restos a Pagar
- 51 - Execução Efetiva do Gasto Público por Função de Governo
- 52 - Receita Orçamentária
- 53 - Despesa Orçamentária
- 54 - Resultado Financeiro
- 55 - Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa
- 56 - Ajuste de Exercícios Anteriores
- 57 - Conciliação entre os Saldos Finais da DMPL
- 58 - Partes Relacionadas
- 59 - Evolução da Arrecadação de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio
- 60 - Projeção Atuarial do Regime Geral de Previdência Social
- 61 - Projeção Atuarial das Despesas com Militares Inativos
- 62 - Resultado do Banco Central do Brasil 9
- 63 - Garantias Concedidas e Contra garantias Recebidas
- 64 - Integração de Saldos Contábeis e Fundação Nacional do Índio (Funai)
- 65 - Riscos Fiscais com Demandas Judiciais e Precatórios



65 - Eventos Subsequentes

66 - Considerações Finais

**Nota Explicativa ao BNDES**

**Avaliação Atuarial do Estado do Maranhão – IPREV**

**Notas explicativas Dívida Fundada**

**Certidão de habilitação profissional**

## 1. Apresentação

A Contadoria Geral do Estado, setor da Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN, responsável pela elaboração e consolidação do Balanço Geral do Estado, tem como objetivo fornecer informações fidedignas e tempestivas para tomada de decisão dos gestores, no controle social e gerar informações para a Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Maranhão Carlos Orleans Brandão Júnior, referente ao exercício financeiro de 2025, para submeter-se à apreciação da Assembleia Legislativa na forma do artigo 64, XIV da Constituição do Estado do Maranhão, cumprindo, assim, o dever constitucional de dar transparência às suas ações de gestão financeira à sociedade maranhense.

O Balanço Geral do Estado está fundamentado nos pilares constitucionais e legais, aos Princípios que regem a Administração Pública, às normas e técnicas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, às Instruções Normativas nº 12 e 26 do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, às Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao setor Público) e as orientações contidas nas portarias federais publicadas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, observa também o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP.

A prestação de contas evidencia os resultados das gestões Patrimonial, Orçamentárias e Financeiras da Administração direta e indireta, dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e a Defensoria Pública, elaborados consonantes normas federais e estaduais, composto por relatórios, documentos gerenciais, demonstrativos contábeis, Anexos da Lei 4.320/64, dos relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal e dos demonstrativos emitidos pelo sistema de gestão financeira do Estado (SIGEF).

O Maranhão utiliza o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, este sistema trouxe avanços na gestão e no controle orçamentário, financeiro e contábil, colocando o Estado do Maranhão no patamar de excelência na gestão das finanças públicas no Brasil, pois permite melhorar as demonstrações e dados exigidos na transparência da gestão e melhorar significativamente o nível dos controles.

O Maranhão adota o sistema SIGA para o controle patrimonial, que permite atender às exigências legais e fornece informações atualizadas sobre os valores dos bens. No entanto, até o exercício de 2025, os sistemas SIGEF e SIGA ainda não foram integrados, o que faz com que as atualizações dos bens móveis precisem ser lançadas manualmente no SIGEF.

## **2. Declaração do Contador da Conformidade das Demonstrações Contábeis**

Declaro que as peças e os documentos que compõem esta Prestação de Contas Anual do Governador do Estado, encerradas em 31 de dezembro de 2025, estão em todos os aspectos relevantes de acordo com a Lei 4.320/64, em harmonia com as normas legais e embasam com fidedignidade os registros e as demonstrações contábeis, de acordo com os princípios de contabilidade, com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao serviço público, as Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, assim como atesto a regularidade na execução orçamentária da receita e da despesa, conforme as normas de direito financeiro e orçamentário e do Art. 299 do Código Penal – crime de falsidade ideológica.

São Luís, 31 de Março de 2026.

### 3. Gestão Orçamentária

A execução orçamentária do Estado está amparada na Lei Orçamentária Anual nº 12.466, de 27 de dezembro 2024 (Lei Orçamentária Anual – LOA), que tem como objetivo estimar as receitas e fixar as despesas do Estado do Maranhão para o exercício financeiro de 2025, envolvendo recursos de todas as fontes.

A Lei Orçamentária Anual compreende:

- O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Estadual direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
- O Orçamento da Seguridade Social, que abrange todas as entidades e órgãos a ele vinculados, da Administração Estadual direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;
- O Orçamento de Investimentos das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

A receita total estimada e a despesa total fixada na LOA, para o exercício de 2025, foi de R\$ 33.056.633.600,00, distribuídos da seguinte forma:

I - R\$ 22.041.346.644,00 para o Orçamento Fiscal;

II - R\$ 10.641.930.956,00 para o Orçamento da Seguridade Social;

III - R\$ 373.356.000,00 para o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

O Poder Executivo fica autorizado a abrir créditos suplementares, com a finalidade de atender a insuficiência nas dotações orçamentárias, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total da despesa, fixada na LOA (Art. 5º), mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotação, excesso de arrecadação, operação de crédito e superávit financeiro.

O montante previsto de receita e despesa na LOA, inicialmente fixado em R\$ 33.056.633.600,00, foi ajustado para R\$ 32.683.277.600,00, valor que corresponde

aos recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social. O Balanço Orçamentário não contempla o valor de R\$ 373.356.000,00, destinado ao orçamento de investimento das empresas estatais: a Companhia de Saneamento Básico do Maranhão - CAEMA, com o montante de R\$ 108.565.000,00, e a Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, com o montante de R\$ 264.791.000,00. Essas empresas operam de forma independente e não utilizam o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF.

As fontes de receita para cobertura das despesas do Orçamento de Investimento das Empresas são decorrentes das receitas diretamente arrecadadas pelas empresas, de recursos destinados ao aumento do capital social e de operações de crédito (conforme Art. 11 da LOA).

### **3.1 Receita Orçamentária**

A Receita Orçamentária estimada para o exercício de 2025 foi de R\$ 33 bilhões, já considerando as deduções para o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Art. 1º, Lei 14.113/2020) e as transferências constitucionais e legais aos municípios.

Na tabela 01, observa-se que as receitas correntes de 2025 tiveram um aumento de 16,09% em relação ao ano anterior, destacando a receita de serviços que, na previsão LOA para o exercício, cresceu em 131,46%. Em seguida, temos a receita patrimonial com 56,15% e, em terceiro, as receitas com impostos, taxas e contribuições de melhoria com um incremento de 18,43%.

Quanto às receitas de capital, observa-se o inverso, tendo uma previsão mais conservadora de queda em -7,32%, ocasionada principalmente pelas outras receitas de capital, que em comparação com o ano de 2024, reduziria em -22,19%, representado pelo montante de R\$ 270.240.000,00.

#### **COMPARATIVO VALOR ESTIMADO DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS**

##### **EXERCÍCIOS 2024-2025**

Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024	2025
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>33.165.164.000,00</b>	<b>38.500.662.000,00</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>	<b>14.322.875.000,00</b>	<b>16.963.276.000,00</b>
Impostos	13.620.031.000,00	16.257.710.000,00
Impostos sobre o Patrimônio	1.041.084.000,00	1.296.976.000,00
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.533.560.000,00	1.556.313.000,00
Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	11.045.387.000,00	13.404.421.000,00
Taxas	702.844.000,00	705.566.000,00
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	128.907.000,00	108.932.000,00
Taxas pela Prestação de Serviços	573.937.000,00	596.634.000,00
<b>Contribuições</b>	<b>838.720.000,00</b>	<b>897.559.000,00</b>
Contribuições Sociais	838.720.000,00	897.559.000,00
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>242.113.000,00</b>	<b>378.053.000,00</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado Valores Mobiliários	4.651.000,00	4.244.000,00
Valores Mobiliários	208.662.000,00	370.240.000,00
Cessão de Direitos	28.800.000,00	3.569.000,00
<b>Receita de Serviços</b>	<b>120.251.000,00</b>	<b>278.334.000,00</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	8.816.000,00	7.543.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	105.792.000,00	264.791.000,00
Outros Serviços	5.643.000,00	6.000.000,00
<b>Transferências Correntes</b>	<b>17.262.423.000,00</b>	<b>19.551.745.000,00</b>
Transferências da União e de suas Entidades	15.732.798.000,00	17.902.020.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	990.000,00	4.881.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	399.000,00	-
Transferências de Instituições Privadas	30.948.000,00	10.236.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.497.288.000,00	1.610.988.000,00
Transferências do Exterior	-	23.620.000,00
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>378.782.000,00</b>	<b>431.695.000,00</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	51.527.000,00	45.451.000,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	107.815.000,00	174.620.000,00
Demais Receitas Correntes	219.440.000,00	211.624.000,00

<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.447.926.000,00</b>	<b>2.268.858.000,00</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>745.050.000,00</b>	<b>764.180.000,00</b>
Operações de Crédito - Mercado Interno	719.708.000,00	756.818.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	25.342.000,00	7.362.000,00
<b>Alienação de Bens</b>	<b>1.529.000,00</b>	<b>1.700.000,00</b>
Alienação de Bens Móveis	1.529.000,00	1.700.000,00
<b>Transferências de Capital</b>	<b>483.646.000,00</b>	<b>555.517.000,00</b>
Transferências da União e de suas Entidades	483.646.000,00	440.800.000,00
Transferências de Instituições Privadas	-	110.654.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	-	255.000,00
Transferências do Exterior	-	3.808.000,00
<b>Outras Receitas de Capital</b>	<b>1.217.701.000,00</b>	<b>947.461.000,00</b>
<b>RECEITAS CORRENTES - INTRA</b>	<b>986.566.000,00</b>	<b>1.057.443.000,00</b>
<b>Receitas Correntes - INTRA Contribuições</b>	<b>986.566.000,00</b>	<b>1.057.443.000,00</b>
Receitas Correntes - INTRA Contribuições Sociais	986.566.000,00	1.057.443.000,00
<b>Receitas Correntes - INTRA Receita de Serviços</b>	-	-
Receitas Correntes - INTRA Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	-	-
<b>RECEITAS INTRA ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL</b>	<b>33.594.000,00</b>	-
<b>SUBTOTAL</b>	<b>36.633.250.000,00</b>	<b>41.826.963.000,00</b>
<b>Deduções das Receitas</b>	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>29.118.075.400,00</b>	<b>33.056.633.600,00</b>

Fonte: Lei Orçamentária Anual nº 12.466, de 27/12/2024.

A tabela 02 demonstra a receita estimada para o exercício de 2025, incluindo os percentuais estimados para cada categoria de receita em relação ao total previsto.

#### DEMONSTRATIVO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA ESTIMADA

Em R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2025	PERCENTUAL (%)
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>38.500.662.000,00</b>	<b>92,05</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	16.963.276.000,00	40,56
Contribuições	897.559.000,00	2,15
Receita Patrimonial	378.053.000,00	0,90
Receita de Serviços	278.334.000,00	0,67
Transferências Correntes	19.551.745.000,00	46,74

Outras Receitas Correntes	431.695.000,00	1,03
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.268.858.000,00</b>	<b>5,42</b>
Operações de Crédito	764.180.000,00	1,83
Alienação de Bens	1.700.000,00	0,00
Transferências de Capital	555.517.000,00	1,33
Outras Receitas de Capital	947.461.000,00	2,27
<b>RECEITAS CORRENTES - INTRA</b>	<b>1.057.443.000,00</b>	<b>2,53</b>
Receitas Correntes - INTRA Contribuições	1.057.443.000,00	2,53
<b>RECEITAS DE CAPITAL - INTRA</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
<b>SUBTOTAL</b>	<b>41.826.963.000,00</b>	<b>100,00</b>
<b>Deduções das Receitas</b>	<b>- 8.770.329.400,00</b>	<b>-20,97</b>
<b>TOTAL</b>	<b>33.056.633.600,00</b>	<b>79,03</b>

Fonte: Lei Orçamentária Anual nº 12.466, de 27/12/2024.

### 3.1.1 Receitas Tributárias

As receitas tributárias são provenientes de impostos, taxas e contribuições de melhoria. No exercício 2025, as receitas tributárias arrecadadas totalizaram R\$ 19,4 bilhões, apresentando um acréscimo nominal de R\$ 2,2 bilhões em relação a 2024, ou 13,67% em valores percentuais. Esse crescimento foi impulsionado principalmente pela receita do ICMS, que registrou aumento de 14,01% em relação ao exercício anterior, com as demais receitas tributárias também apresentando variação positiva.

Ao observarmos a tabela abaixo, notamos que todas as linhas das receitas tributárias tiveram variação positiva, tendo destaque principalmente o acréscimo do ICMS que representa, nesse grupo de receita, a fonte de maior participação das receitas próprias, chegando a 81,30% do total das receitas tributárias.

A arrecadação do imposto de renda no exercício apresentou um acréscimo nominal comparado com 2024 de R\$ 155,77 milhões, evidenciando uma variação nominal de 10,69%, sendo o segundo maior crescimento percentual dentre as receitas tributárias.

#### COMPARATIVO DA RECEITA TRIBUTÁRIA

R\$1,00

<b>ARRECADADO</b>
-------------------



FONTE	2024	2025	VAR.	PART. %
<b>IMPOSTOS</b>	<b>16.387.878.994,21</b>	<b>18.628.517.769,66</b>	<b>2.240.638.775,45</b>	<b>95,77</b>
IMPOSTO DE RENDA	1.456.740.931,71	1.612.517.552,08	155.776.620,37	8,29
IPVA	996.817.272,71	1.103.499.166,99	106.681.894,28	5,67
ITCMD	64.249.243,42	99.256.893,01	35.007.649,59	0,51
ICMS	13.870.071.546,37	15.813.244.157,58	1.943.172.611,21	81,30
OUTROS IMPOSTOS	-	-	-	0,00
<b>TAXAS</b>	<b>747.712.545,35</b>	<b>822.809.470,92</b>	<b>75.096.925,57</b>	<b>4,23</b>
<b>RECEITAS TRIBUTÁRIAS</b>	<b>17.135.591.539,56</b>	<b>19.451.327.240,58</b>	<b>2.315.735.701,02</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF Nota: Valores brutos, não deduzidos as participações dos Municípios

### 3.1.2 Transferências Correntes

O total arrecadado com transferências correntes, no exercício, foi de R\$ 21,2 bilhões, houve um acréscimo nominal de R\$ 929,3 milhões, ou 4,57%, em relação a 2024, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Das transferências correntes apenas 8,44% não corresponde à transferências da União. Dentre as transferências da União merece destaque a cota-parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE, cuja participação foi de 67,56% do total das transferências correntes, com uma variação nominal positiva de R\$ 1,17 bilhão, que em valores percentuais representa 8,87% se comparado com 2024.

As transferências de outras instituições públicas, assim como a cota-parte do Fundo de Participação dos Estados – FPE, foram as únicas que tiveram variação positiva dentre as transferências correntes em comparação com 2024, tendo um crescimento no montante de R\$ 317 milhões, o que corresponde a um aumento percentual de 21,7%, estas transferências compreendem valores recebidos de outros entes da federação ou entidades públicas, sem a exigência de contraprestação direta em bens ou serviços para quem efetuou a transferência.

#### TRANSFERÊNCIAS CORRENTES

R\$ 1,00

ARRECADADO				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	VAR.	PART. %
<b>TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO</b>	<b>18.731.481.666,69</b>	<b>19.468.603.583,19</b>	<b>737.121.916,50</b>	<b>91,56</b>
Cota-parte do FPE	13.194.962.645,88	14.365.220.921,51	1.170.258.275,63	67,56
Cota-parte do IPI	94.115.457,40	106.382.652,22	12.267.194,82	0,50
Cota-parte da CIDE	32.338.400,78	30.125.332,38	-2.213.068,40	0,14
Cota-parte I.S/O.C.Camb. E Seg. T.V.M.Comer. Ouro	3.453,53	14.552,88	11.099,35	0,00
Cota-parte Compens. Financ. Recursos Hídricos - CFRH	3.183.464,75	3.169.017,85	-14.446,90	0,01
Cota-parte Compens. Financ. Recursos Minerais - CFEM	2.955.999,00	4.554.639,23	1.598.640,23	0,02
Cota-parte Fundo Especial do Petróleo - FEP	110.637.409,02	149.971.621,29	39.334.212,27	0,71
Transferências de Recursos do SUS	1.493.931.552,55	1.248.254.265,78	-245.677.286,77	5,87
Transferências de Recursos FNDE	246.069.956,50	242.956.389,72	-3.113.566,78	1,14
Transferências de Recursos FUNDEB	1.039.125.681,38	1.434.472.382,93	395.346.701,55	6,75
Transferências de Recursos FNAS	708.462,64	2.913.716,79	2.205.254,15	0,01
Transferências de Convênios	16.638.440,46	52.015.473,25	35.377.032,79	0,24
Outras transferências da União	2.496.810.742,80	1.828.552.617,36	-668.258.125,44	8,60
<b>TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DF</b>	<b>14.484.205,83</b>	<b>5.386.895,90</b>	<b>-9.097.309,93</b>	<b>0,03</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS</b>	<b>294.479,63</b>	<b>0,00</b>	<b>-294.479,63</b>	<b>0,00</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS</b>	<b>116.891.746,84</b>	<b>12.531.190,76</b>	<b>-104.360.556,08</b>	<b>0,06</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS</b>	<b>1.458.545.700,98</b>	<b>1.775.674.282,35</b>	<b>317.128.581,37</b>	<b>8,35</b>
<b>TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR</b>	<b>11.155.147,29</b>	<b>0,00</b>	<b>-11.155.147,29</b>	<b>0,00</b>
<b>DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>20.332.852.947,26</b>	<b>21.262.195.952,20</b>	<b>929.343.004,94</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

### 3.1.3 Receitas de Capital

São receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas; da conversão em espécie de bens e direitos; recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em despesas de capital; e, ainda, do superávit do orçamento corrente, ou seja, as receitas de capital são formadas pelas operações de crédito, alienações de bens, amortização da dívida, transferências de capital e de outras receitas de capital.

A receita de capital arrecadada no exercício de 2025 totalizou mais de R\$ 973 milhões, apresentando uma variação nominal positiva em relação a 2024 de aproximadamente 41,78%, que em valores nominais corresponde a um aumento de R\$ 286,8 milhões em relação ao exercício anterior, em decorrência do aumento

significativo das operações de crédito, que representaram 82,27% do total das receitas de capital.

As demais receitas de capital tiveram decréscimo em relação a 2024, tendo uma diminuição significativa as transferências de capital, que representaram uma queda de valor percentual de 83,16% e valor nominal de R\$ 375 milhões.

- a) Operações de crédito:** São provenientes da constituição de dívidas empréstimos e financiamentos;
- b) Alienação de bens:** São provenientes da venda de bens móveis e imóveis e da alienação de direitos;
- c) Amortização de empréstimos concedidos:** Retorno de valores anteriormente emprestados a outras entidades de direito público;
- d) Transferência de capital:** São recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados à aquisição de bens, são constituídas dos convênios recebidos da União, Municípios e suas entidades, no exercício;
- e) Outras receitas de capital:** São classificações genéricas para receitas não especificadas na Lei, também se classificam aqui o Superávit do Orçamento corrente (diferença entre receitas e despesas correntes).

Das receitas de capital, a conta “outras receitas de capital”, apesar de apresentar um decréscimo em relação ao valor arrecadado no ano anterior, é a segunda maior receita deste grupo e apresenta o percentual de participação com 26,66% e valor nominal de R\$ 94 milhões, e compreendem, principalmente, as receitas referentes a depósitos judiciais.

#### RECEITA DE CAPITAL

R\$1,00

ARRECADADO				
ESPECIFICAÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	PART. %
Operações de crédito	48.138.803,14	800.756.494,83	752.617.692	82,27
Alienação de bens	3.668.844,50	1.875.340,74	-1.793.504	0,19
Amortizações de empréstimos	0	0	0	0,00

Transferências de capital	451.722.164,30	76.070.585,53	-375.651.579	7,82
Outras receitas de capital	183.015.197,74	94.671.480,77	-88.343.717	9,73
<b>TOTAL</b>	<b>686.545.009,68</b>	<b>973.373.901,87</b>	<b>286.828.892</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF

### 3.2. Despesas orçamentárias

Foram fixadas as despesas, para o exercício de 2025, no valor de R\$ 33 bilhões, distribuídas por categorias econômicas, consolidadas pelos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público, conforme demonstrado na tabela e gráfico abaixo. Inclui-se no valor do orçamento inicial, o valor fixado para o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, entretanto, este valor não transita pelo SIGEF, por não pertencer ao orçamento fiscal e seguridade social, portanto, não é demonstrado no balanço orçamentário.

#### RESUMO GERAL DA DESPESA

R\$1,00

ESPECIFICAÇÃO	TODAS AS FONTES		
	RECURSOS DO TESOUREIRO	RECURSOS DE OUTRAS FONTES	TOTAL
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>24.329.400.745</b>	<b>2.036.944.000</b>	<b>26.366.344.745</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.221.619.777	1.709.009.000	15.930.628.777
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	435.117.000	0	435.117.000
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.672.663.968	327.935.000	10.000.598.968
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.427.016.855</b>	<b>376.991.000</b>	<b>5.804.007.855</b>
INVESTIMENTOS	4.535.344.292	376.991.000	4.912.335.292
INVERSÕES FINANCEIRAS	280.000.000	0	280.000.000
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	611.672.563	0	611.672.563
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>886.281.000</b>	<b>0</b>	<b>886.281.000</b>
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	886.281.000	0	886.281.000
<b>TOTAL</b>	<b>30.642.698.600</b>	<b>2.413.935.000</b>	<b>33.056.633.600</b>

Fonte: Lei Orçamentária Anual nº 12.466, de 27/12/2024.

### 3.2.1 Despesa Autorizada final

A despesa autorizada inicial, excluindo-se o valor do orçamento de investimento, foi de 28,5 bilhões, . Após alteração, o orçamento ficou com dotação atualizada de R\$ 33,6 bilhões, alterada em R\$ 5,1 bilhões em relação à dotação inicial, representando um acréscimo de 18% do total fixado inicialmente, abaixo do limite estabelecido na LDO, que é de 50%, conforme demonstramos na abaixo:

#### DESPESA AUTORIZADA FINAL POR CATEGORIA ECONÔMICA

CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL LOA	ALTERAÇÕES	AUTORIZAÇÃO FINAL	PART. %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>26.366.344.745,00</b>	<b>4.517.093.359,59</b>	<b>30.883.438.104,59</b>	<b>79,51</b>
Pessoal e Encargos Sociais	15.930.628.777,00	<b>975.110.566,19</b>	16.905.739.343,19	43,53
Juros e Encargos da Dívida	435.117.000,00	<b>-121.138.628,00</b>	313.978.372,00	0,81
Outras Despesas Correntes	10.000.598.968,00	<b>3.663.121.421,40</b>	13.663.720.389,40	35,18
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>5.430.651.855,00</b>	<b>2.507.428.833,67</b>	<b>7.938.080.688,67</b>	<b>20,44</b>
Investimentos	4.538.979.292,00	<b>1.904.635.289,67</b>	6.443.614.581,67	16,59
Inversões Financeiras	280.000.000,00	<b>66.316.608,00</b>	346.316.608,00	0,89
Amortização da Dívida	611.672.563,00	<b>536.476.936,00</b>	1.148.149.499,00	2,96
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>886.281.000,00</b>	<b>-866.394.443,78</b>	<b>19.886.556,22</b>	<b>0,05</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>32.683.277.600,00</b>	<b>6.158.127.749,48</b>	<b>38.841.405.349,48</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

### 3.2.2 Despesa Empenhada

A despesa empenhada, no exercício de 2025, totalizou R\$ 35,59 bilhões, que comparada à autorizada final, resultou numa economia orçamentária de aproximadamente R\$ 3,24 bilhões, representando 8,35% do total da despesa autorizada, conforme tabela abaixo:

#### DEMONSTRATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A EMPENHADA

R\$1,00

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EMPENHADA	ECONOMIA	ECONOMIA %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>30.806.728.194,59</b>	<b>28.880.727.115,21</b>	<b>1.926.001.079,38</b>	<b>6,25</b>
Pessoal e Encargos Sociais	16.899.061.143,19	15.929.597.638,43	969.463.504,76	5,74
Juros e Encargos da Dívida	313.978.372,00	308.815.876,06	5.162.495,94	1,64

Outras Despesas Correntes	13.593.688.679,40	12.642.313.600,72	951.375.078,68	7,00
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>8.014.790.598,67</b>	<b>6.716.076.083,20</b>	<b>1.298.714.515,47</b>	<b>16,20</b>
Investimentos	6.520.324.491,67	5.226.791.062,26	1.293.533.429,41	19,84
Inversões Financeiras	346.316.608,00	346.216.020,76	100.587,24	0,03
Amortização da Dívida	1.148.149.499,00	1.143.069.000,18	5.080.498,82	0,44
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>19.886.556,22</b>	<b>0</b>	<b>19.886.556,22</b>	<b>100,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>38.841.405.349,48</b>	<b>35.596.803.198,41</b>	<b>3.244.602.151,07</b>	<b>8,35</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Apresentamos a seguir as despesas empenhadas por categoria econômica e grupo de despesa, em comparação com o exercício de 2024, registrou-se um crescimento nominal de R\$ 6,20 bilhões, o que corresponde a 21,12% da despesa executada no ano anterior.

#### COMPARATIVO DA DESPESA EMPENHADA POR CATEGORIA ECONOMICA

R\$1,00

CATEGORIA ECONÔMICA	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>25.466.742.234,62</b>	<b>28.880.727.115,21</b>	<b>3.413.984.880,59</b>	<b>13,41</b>
Pessoal e Encargos Sociais	14.396.054.790,91	15.929.597.638,43	1.533.542.847,52	10,65
Juros e Encargos da Dívida	261.749.649,97	308.815.876,06	47.066.226,09	17,98
Outras Despesas Correntes	10.808.937.793,74	12.642.313.600,72	1.833.375.806,98	16,96
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.923.477.508,96</b>	<b>6.716.076.083,20</b>	<b>2.792.598.574,24</b>	<b>71,18</b>
Investimentos	3.129.216.840,29	5.226.791.062,26	2.097.574.221,97	67,03
Inversões Financeiras	230.444.748,23	346.216.020,76	115.771.272,53	50,24
Amortização da Dívida	563.815.920,44	1.143.069.000,18	579.253.079,74	102,74
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>29.390.219.743,58</b>	<b>35.596.803.198,41</b>	<b>6.206.583.454,83</b>	<b>21,12</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

### 3.2.3 Transferências Constitucionais e legais aos Municípios

As transferências constitucionais aos municípios, a partir de 2019, passaram a

ser realizadas como dedução de receita e não mais como despesa orçamentária de transferência aos municípios,. As transferências aos municípios são registradas como despesa somente para os casos de transferências voluntárias, como convênios.

O total das distribuições de receitas aos Municípios, contabilizadas pelo Estado do Maranhão, no exercício de 2025, foi de R\$ 4,4 bilhões que, comparado ao exercício de 2024, cresceu apenas R\$ 426 milhões, com variação nominal de 10,59%, conforme demonstrado na tabela a seguir.

A transferência do ICMS constitui a principal fonte de participação das transferências aos municípios representando 87,10% do total, tendo uma variação nominal positiva de 10,51% em relação a 2024, ou seja, apresentou um acréscimo de aproximadamente R\$ 368,6 milhões.

As transferências do IPVA, tiveram uma variação de 11,37% em relação ao exercício 2024, ou aproximadamente R\$ 55 milhões em valores nominais, como demonstrado na tabela abaixo.

As transferências aos municípios da fonte de IPI apresentaram um acréscimo em comparação ao ano anterior de 13,03%, apresentando uma modesta participação em relação às transferências totais, no percentual de 0,60%.

A transferência aos municípios da fonte da CIDE apresenta um decréscimo em relação ao ano anterior no montante de R\$ 553 milhões, apresentando uma variação negativa de 6,84%, mas mantendo uma participação pequena diante do total das transferências, no percentual de 0,17%.

Não houve, no exercício de 2025, transferência aos municípios referente a dedução de outros impostos.

#### TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS AOS MUNICÍPIOS

R\$1,00

FONTE	2024	2025	VARIAÇÃO	PART. %
ICMS	3.506.657.331,29	3.875.277.554,34	368.620.223,05	87,10
IPVA	484.603.554,01	539.693.099,66	55.089.545,65	12,13
IPI	23.528.864,31	26.595.663,04	3.066.798,73	0,60



CIDE	8.084.600,19	7.531.333,09	-553.267,10	0,17
OUTROS IMPOSTOS	0	0	0	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>4.022.874.349,80</b>	<b>4.449.097.650,13</b>	<b>426.223.300,33</b>	<b>100,00</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

### 3.2.4 Resultado Orçamentário

Considerando-se as receitas líquidas realizadas no exercício de 2025, no valor de R\$ 35.645.249.869,87, menos o total das despesas empenhadas no valor de R\$ 35.596.803.198,41, chega-se a um resultado da execução orçamentária superavitário na soma, de aproximadamente, R\$ 48,4 milhões. Isso indica que as receitas orçamentárias arrecadadas, no ano, foram maiores do que as despesas orçamentárias executadas no mesmo período. Este tópico está detalhado nas notas explicativas no item referente às demonstrações contábeis.

#### RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TÍTULO	EXECUÇÃO
1. Receitas Correntes	34.671.875.968,00
2. Despesas Correntes	28.880.727.115,21
<b>3. Resultado do Orçamento Correntes (1-2)</b>	<b>5.791.148.852,79</b>
4. Receitas de Capital	973.373.901,87
5. Despesas de Capital	6.716.076.083,20
<b>6. Resultado Orçamentário de Capital (4-5)</b>	<b>-5.742.702.181,33</b>
<b>7. Superávit Orçamentário (3+6)</b>	<b>48.446.671,46</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

### 3.2.5 Créditos Iniciais e Adicionais

O art. 5º da Lei Orçamentária Anual – LOA, autoriza o poder executivo a realizar alterações no orçamento inicial até o limite de 50%. No exercício de 2025, o governo realizou alterações no orçamento inicial, sendo acrescido em 18,84%, muito abaixo do percentual legal estabelecido na LOA.

Os Créditos Adicionais que provocaram alteração orçamentária se obtêm pela



diferença entre os créditos adicionais totais menos as anulações de dotações, pois estes não afetam o orçamento, dessa forma somente o valor de R\$ 6.158.127.749,48 alterou o orçamento inicial.

#### DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS INICIAIS E ADICIONAIS

R\$ 1,00

<b>1. ORÇAMENTO INICIAL</b>	<b>32.683.277.600,00</b>
<b>2. Créditos Adicionais</b>	<b>17.514.994.440,27</b>
2.1 Suplementares	17.514.994.440,27
2.2 Especiais	
2.3 Extraordinária	
<b>3. Créditos Anulados</b>	<b>-11.356.866.690,79</b>
3.1 Orçamentários e Suplementares	-11.356.866.690,79
<b>4. Orçamento Autorizado</b>	<b>38.841.405.349,48</b>
<b>5. Crescimento em relação ao crédito inicial (%)</b>	<b>18,84</b>
<b>6. Crédito Adicional que altera o orçamento</b>	<b>6.158.127.749,48</b>
<b>7. ORÇAMENTO ATUALIZADO</b>	<b>38.841.405.349,48</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

## 4. Gestão Fiscal

### 4.1. Indicadores fiscais

O parâmetro para verificação dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) é a Receita Corrente Líquida (RCL). A Receita Corrente Líquida é apurada de acordo com o Art. 2º e inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000, e compreende o total das receitas correntes da administração direta e indireta, deduzida as transferências constitucionais e legais aos municípios, as quantias repassadas para formação ao FUNDEB as contribuições dos servidores públicos ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) e a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência, além das restituições de receitas.

#### DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA REALIZADA	PREVISÃO ATUALIZADA
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>43.274.231.423,88</b>	<b>41.444.470.971,00</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	19.446.546.553,20	18.372.621.782,00
ICMS	15.813.244.157,58	14.783.562.628,00
IPVA	1.103.499.166,99	1.211.702.000,00
ITCD	99.256.893,01	85.274.000,00
IRRF	1.612.517.552,08	1.556.313.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	818.028.783,54	735.770.154,00
Contribuições	1.050.261.045,43	1.230.593.600,00
Receita Patrimonial	845.346.776,94	531.046.368,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	759.048.158,75	477.236.368,00
Outras Receitas Patrimoniais	86.298.618,19	53.810.000,00
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	33.704.623,40	15.840.516,22
Transferências Correntes	21.262.195.952,20	20.674.693.657,00
Cota-Parte do FPE	14.365.220.921,51	14.048.959.151,00
Transferências da LC 61/1989	106.382.652,22	82.043.237,00
Transferências do FUNDEB	3.199.543.690,87	3.025.859.856,00
Outras Transferências Correntes	3.591.048.687,60	3.517.831.413,00
Outras Receitas Correntes	636.176.472,71	619.675.047,78
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>10.822.613.070,20</b>	<b>9.897.088.000,00</b>
Transferências Constitucionais e Legais	4.449.097.650,13	3.913.946.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	901.675.331,05	1.084.582.600,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	15.333.936,03	28.044.000,00
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	47.286.327,85	14.132.000,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	5.409.219.825,14	4.856.383.400,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>32.451.618.353,68</b>	<b>31.547.382.971,00</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	7.300.665,00	-
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)</b>	<b>32.444.317.688,68</b>	<b>31.547.382.971,00</b>

(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	118.434.270,00	-
( - ) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	-	-
( - ) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)</b>	<b>32.325.883.418,68</b>	<b>31.547.382.971,00</b>

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

NOTA<sup>1</sup>: Em atendimento ao disposto pela Secretaria do Tesouro Nacional, as receitas, em todos os seus detalhamentos, deverão ser registradas pelo seu valor líquido de deduções (restituições, descontos, retificações e outras).<sup>1</sup> No SIGEF, o valor de R\$ 5.320.380,76, no exercício de 2025, refere-se a restituições efetivadas nas seguintes contas: Custas Judiciais - natureza 1.1.2.2.02.0.1.01 - R\$ 4.780.687,38; Contribuição Civil Ativo - natureza 1.2.1.5.01.1.1.0.1 - R\$ 422.279,06; Contribuição Civil Inativo - natureza 1.2.1.5.01.2.1.0.1 - R\$ 28.424,49; Contribuição Militar Ativo - natureza 1.2.1.5.52.1.1.0.0 - R\$ 23.423,55; Arrendamentos - natureza 1.3.1.1.01.1.1.0.1 - R\$ 297,00; Compensações Financeiras - natureza - 1.9.9.9.03.0.1.0.2 - R\$ 1.034,33; FEPA - natureza - 1.9.9.9.99.2.1.1.3 - R\$ 6.713,95; Multa por infração à legislação sobre defesa de direitos difusos - natureza - 1.9.1.1.04.0.1.0.1 - R\$ 57.521,00; Dessa forma, os valores demonstrados nas contas de Taxas e contribuições de Melhoria, Contribuições Sociais e Receita Patrimonial encontram-se líquidos de restituições.

NOTA<sup>2</sup>: De acordo com o disposto pela Secretaria do Tesouro Nacional, a contribuição Patronal para o Regime Próprio de Previdência dos Servidores - RPPS, por ser uma receita intraorçamentária e configurar uma duplicidade, não será computada na linha Receitas de Contribuições e não será deduzida. Por outro lado, a contribuição dos servidores para o RPPS será computada na linha Receita de Contribuições e será deduzida.<sup>1</sup>

NOTA<sup>3</sup>: Em função do mapeamento adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional, o valor referente às transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB (Principal) está somado ao valor do Complemento em Transferências Correntes - Transferências do FUNDEB.

No exercício de 2025, a RCL totalizou R\$ 32,3 bilhões, valor maior que o previsto para o período, e, ainda maior, que o realizado no exercício de 2024, que foi de R\$ 29,5 bilhões. Em valores nominais, as receitas correntes cresceram R\$ 3,9 bilhões no comparativo com 2024, sendo que desse total, R\$ 929 milhões correspondem a “Transferências Correntes”, enquanto que as receitas tributárias próprias do Estado (ICMS, IPVA, ITCMD e taxas), tiveram um acréscimo de R\$ 2,3 bilhões.

As outras transferências correntes obtiveram o maior decréscimo das receitas correntes, no valor nominal de R\$ 973 milhões, representando 21,33% em valor percentual. Já a receita patrimonial, por sua vez, teve um acréscimo de R\$ 372 milhões em comparação com 2024, superando significativamente o valor previsto.

As variações de todas as receitas realizadas em valor nominal e percentual entre 2024 e 2025 podem ser observadas na tabela a seguir:

#### RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2024-2025

ESPECIFICAÇÃO	RECEITA REALIZADA 2024	RECEITA REALIZADA 2025	VARIAÇÃO	VAR. %
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>39.340.700.484,99</b>	<b>43.274.231.423,88</b>	<b>3.933.530.938,89</b>	<b>10,00</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.124.605.914,13	19.446.546.553,20	2.321.940.639,07	13,56
ICMS	13.870.071.546,37	15.813.244.157,58	1.943.172.611,21	14,01
IPVA	996.817.272,71	1.103.499.166,99	106.681.894,28	10,70
ITCD	64.249.243,42	99.256.893,01	35.007.649,59	54,49
IRRF	1.449.452.575,66	1.612.517.552,08	163.064.976,42	11,25
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	744.015.275,97	818.028.783,54	74.013.507,57	9,95
Contribuições	958.398.637,79	1.050.261.045,43	91.862.407,64	9,58
Receita Patrimonial	473.337.644,07	845.346.776,94	372.009.132,87	78,59
Rendimentos de Aplicação Financeira	426.866.558,12	759.048.158,75	332.181.600,63	77,82
Outras Receitas Patrimoniais	46.471.085,95	86.298.618,19	39.827.532,24	85,70
Receita Agropecuária	-	-	-	-
Receita Industrial	-	-	-	-
Receita de Serviços	14.671.788,51	33.704.623,40	19.032.834,89	129,72
Transferências Correntes	20.332.852.947,26	21.262.195.952,20	929.343.004,94	4,57
Cota-Parte do FPE	13.194.962.645,88	14.365.220.921,51	1.170.258.275,63	8,87
Transferências da LC 61/1989	94.115.457,40	106.382.652,22	12.267.194,82	13,03
Transferências do FUNDEB	2.479.324.231,64	3.199.543.690,87	720.219.459,23	29,05
Outras Transferências Correntes	4.564.450.612,34	3.591.048.687,60	- 973.401.924,74	- 21,33
Outras Receitas Correntes	436.833.553,23	636.176.472,71	199.342.919,48	45,63
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>9.753.948.779,26</b>	<b>10.822.613.070,20</b>	<b>1.068.664.290,94</b>	<b>10,96</b>
Transferências Constitucionais e Legais	4.022.874.349,80	4.449.097.650,13	426.223.300,33	10,59
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	805.518.642,65	901.675.331,05	96.156.688,40	11,94
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	18.798.062,26	15.333.936,03	- 3.464.126,23	- 18,43

Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	29.566.480,19	47.286.327,85	17.719.847,66	59,93
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	4.877.191.244,36	5.409.219.825,14	532.028.580,78	10,91
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>29.586.751.705,73</b>	<b>32.451.618.353,68</b>	<b>2.864.866.647,95</b>	<b>9,68</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	56.088.581,00	7.300.665,00	- 48.787.916,00	- 86,98
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)</b>	<b>29.530.663.124,73</b>	<b>32.444.317.688,68</b>	<b>2.913.654.563,95</b>	<b>9,87</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	8.900.190,00	118.434.270,00	109.534.080,00	1.230,69
( - ) Transferências da União relativas a remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11) (VII)	-	-	-	-
( - ) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-	-	-
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)</b>	<b>29.521.762.934,73</b>	<b>32.325.883.418,68</b>	<b>2.804.120.483,95</b>	<b>9,50</b>

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

## 4.2. Despesas com pessoal

Em cumprimento ao Art. 169 da Constituição Federal e Art. 19, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total com pessoal para o Estado, em cada período de apuração, não poderá exceder a 60% da Receita Corrente Líquida – RCL.

Esse percentual é repartido entre os poderes, conforme Art. 20, inciso II em: 49% para o Executivo, 6% para o Judiciário, 3% para o Legislativo e 2% para o Ministério Público.

No consolidado, as despesas de pessoal, considerando todas as fontes de recursos, representaram 39,32% da Receita Corrente Líquida, abaixo do limite prudencial (57%), como pode ser verificado na tabela a seguir.

### DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL - CONSOLIDADO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS RAP NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>15.665.999.302,14</b>	<b>257.078.067,11</b>
Pessoal Ativo	11.311.296.319,19	256.790.770,35
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.690.564.633,25	129.342.796,54
Obrigações Patronais	1.620.731.685,94	127.447.973,81
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.307.275.512,85	0
Aposentadorias, Reserva e Reformas	3.475.294.915,28	0
Pensões	831.980.597,57	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1523613,6	287296,76
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	45903856,5	0
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>3.184.136.544,73</b>	<b>27.306.318,51</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	25.388.232,24	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	713.548.640,80	330790,99
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	414.462.160,77	26.975.527,52
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.030.715.437,78	0
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às endemias com Recursos Vinculados (CF, Art.198, § 11)	0	0
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	22.073,14	0
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	0	189.351,38
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>12.481.862.757,41</b>	<b>229.771.748,60</b>

<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL AJUSTADA</b>
--	--------------	-------------------------------

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>	<b>32.451.618.353,68</b>	<b>-</b>
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	7.300.665,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	118.434.270,00	
<b>= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)</b>	<b>32325883419</b>	<b>-</b>
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>12.711.634.506,01</b>	<b>39,32</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	19.395.530.051,21	60,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	18.425.753.548,65	57,00
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	17.455.977.046,09	54,00

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal - RGF

Considerando apenas o Poder Executivo, de todas as fontes de recursos, em valores percentuais, a despesa com pessoal corresponde a 30,14% da Receita Corrente Líquida, com valor nominal líquido de 9,7 bilhões, abaixo do limite prudencial (46,55%), conforme se verifica na tabela a seguir.

**DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – PODER EXECUTIVO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JAN-DEZ 2025

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>12.181.703.827,29</b>	<b>127.764.408,84</b>
Pessoal Ativo	8.189.045.058,10	127.764.408,84
Pessoal Inativo e Pensionistas	3.991.135.155,59	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.523.613,60	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)</b>	<b>2.567.172.976,44</b>	<b>346.245,18</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.748.868,42	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	700.998.562,98	330.790,99
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	46.016.007,67	15.454,19



Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	1.818.387.464,23	0,00
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	22.073,14	0,00
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>9.614.530.850,85</b>	<b>127.418.163,66</b>

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	32.451.618.353,68	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	7.300.665,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	118.434.270,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	32.325.883.418,68	-
<b>DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)</b>	<b>9.741.949.014,51</b>	<b>30,14</b>
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	15.839.682.875,15	49,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	15.047.698.731,39	46,55
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	14.255.714.587,64	44,10

FONTE: Relatório de Gestão Fiscal - RGF

### 4.3. Aplicação na Saúde

A Constituição Federal, por força da Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, incorporou normas destinadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, para assegurar a aplicação de recursos mínimos para o financiamento de ações e serviços públicos de saúde.

Para os Estados, a aplicação mínima obrigatória é de 12% (doze por cento), do produto da arrecadação dos impostos RLI, a que se refere o artigo 155 e dos recursos de que tratam os artigos 157 e 159, inciso I, alíneas a e o, inciso II, respectivamente, da Constituição Federal deduzida as parcelas que forem transferidas aos respectivos municípios.

Os recursos, do Tesouro Estadual, destinados à Saúde foram fixados através de regra de transição da Emenda Constitucional 29/2000.

A aplicação em Saúde, para o exercício de 2025, é de no mínimo 12%, das Receitas de Impostos e Transferências da União descrita no artigo 77, inciso II, do ADCT. Deduzem-se da base de cálculo, os valores referentes à diferença do FUNDEB



(o repasse do Tesouro Estadual, menos a receita de Transferências Multigovernamentais, que é o retorno do FUNDEB, mais a complementação da União). Considerando os valores empenhados, o Estado do Paraná aplicou R\$ 4,2 bilhões ou 14,75% na Saúde, excedendo o limite mínimo estabelecido em lei, se considerarmos os valores liquidados, o percentual aplicado foi de 14,23%, considerando os valores pagos, o percentual foi de 14,18%, ainda acima do valor mínimo legal de 12%, conforme demonstrado na tabela abaixo.

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	% (b/a) x 100
<b>RECEITA DE IMPOSTOS (I)</b>	<b>17.636.851.628,00</b>	<b>18.628.517.769,66</b>	<b>105,62</b>
<b>Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS</b>	<b>14.783.562.628,00</b>	<b>15.813.244.157,58</b>	<b>106,97</b>
ICMS	14.354.065.814,00	15.341.263.048,10	106,88
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS	203.484.000,00	222.804.477,33	109,49
Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	226.012.814,00	249.176.632,15	110,25
<b>Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos – ITCD</b>	<b>85.274.000,00</b>	<b>99.256.893,01</b>	<b>116,40</b>
ITCD	84.139.000,00	97.895.223,75	116,35
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITCD	1.135.000,00	1.361.669,26	119,97
<b>Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA</b>	<b>1.211.702.000,00</b>	<b>1.103.499.166,99</b>	<b>91,07</b>
IPVA	1.068.378.000,00	888.923.056,68	83,20
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPVA	143.324.000,00	214.576.110,31	149,71

<b>Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF</b>	<b>1.556.313.000,00</b>	<b>1.612.517.552,08</b>	<b>103,61</b>
<b>RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)</b>	<b>14.131.002.388,00</b>	<b>14.471.603.573,73</b>	<b>102,41</b>
Cota-Parte FPE	14.048.959.151,00	14.365.220.921,51	102,25
Cota-Parte IPI-Exportação	82.043.237,00	106.382.652,22	129,67
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-	-
<b>DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS (III)</b>	<b>4.265.749.262,75</b>	<b>4.441.566.317,04</b>	<b>104,12</b>
PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% - FCEP)	3.639.387.453,50	3.875.277.554,34	106,48
PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50%)	605.851.000,00	539.693.099,66	89,08
PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25%)	20.510.809,25	26.595.663,04	129,67
<b>TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (IV) = (I) + (II) - (III)</b>	<b>27.502.104.753,25</b>	<b>28.658.555.026,35</b>	<b>104,20</b>

<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (d)</b>	<b>% (d/c) x 100</b>
ATENÇÃO BÁSICA (V)	63.784.221,00	63.684.208,89	99,84
Despesas Correntes	63.784.221,00	63.684.208,89	99,84
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (VI)	3.728.708.797,00	3.721.817.863,71	99,82
Despesas Correntes	3.579.078.768,00	3.576.482.838,08	99,93
Despesas de Capital	149.630.029,00	145.335.025,63	97,13
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VII)	73.638.382,00	73.637.239,52	100,00
Despesas Correntes	73.638.382,00	73.637.239,52	100,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VIII)	6.519,00	6.518,28	0,00

Despesas Correntes	6.519,00	6.518,28	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (IX)	30.969.531,00	26.094.143,72	84,26
Despesas Correntes	27.306.881,00	22.431.493,72	82,15
Despesas de Capital	3.662.650,00	3.662.650,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (X)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (Apoio Administrativo/Manutenção) (XI)	361.769.215,00	342.734.848,83	94,74
Despesas Correntes	359.316.805,00	340.282.438,83	94,70
Despesas de Capital	2.452.410,00	2.452.410,00	100,00
<b>TOTAL (XII) = (V + VI + VII + VIII + IX + X + XI)</b>	<b>4.258.876.665,00</b>	<b>4.227.974.822,95</b>	<b>99,27</b>
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (d)</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS (e)</b>	<b>DESPESAS PAGAS (f)</b>
Total das Despesas com ASPS (XIII) = (XII)	4.227.974.822,95	4.076.905.420,20	4.064.249.441,33
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIV)	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XV)	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XVI)	-	-	-
<b>(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVII) = (XIII - XIV - XV - XVI)</b>	<b>4.227.974.822,95</b>	<b>4.076.905.420,20</b>	<b>4.064.249.441,33</b>
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (IV) x 12% (LC 141/2012)	<b>3.439.026.603,16</b>		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVIII) = (IV) 12% (Constituição Estadual)	-		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XIX) = (XVII (d ou e) - XVIII) <sup>1</sup>	788.948.219,79	637.878.817,04	625.222.838,17

Limite não Cumprido (XX) = (XIX) (Quando valor for inferior a zero)			
<b>PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVII / IV)*100 (mínimo de 12% conforme LC nº 141/2012 ou % da Constituição Estadual)</b>	<b>14,75</b>	<b>14,23</b>	<b>14,18</b>

Fonte: Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO

#### 4.4. Aplicação na Educação

O artigo 212 da Constituição Federal, estabelece o percentual mínimo que cada uma das entidades governamentais deve aplicar na educação, cabendo aos Estados a aplicação de, no mínimo, 25% de suas receitas de impostos e transferências constitucionais.

No ano de 2025, o total da receita líquida utilizada como base de cálculo da apuração do valor mínimo a aplicar com educação foi de R\$ 28,6 bilhões, a aplicação nominal foi de R\$ 7,4 bilhões, atingindo um percentual de 25,86% de aplicação com Educação, considerando o valor empenhado no ano, conforme se observa na tabela a seguir:

#### DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2025

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)
<b>1- RECEITA DE IMPOSTOS</b>	<b>17.636.851.628,00</b>	<b>18.628.517.769,66</b>
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS	14.783.562.628,00	15.813.244.157,58
1.1.1- ICMS - Principal e Encargos (Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ICMS)	14.557.549.814,00	15.564.067.525,43
1.1.2- Adicional de até 2% do ICMS destinado ao Fundo de Combate à Pobreza (ADCT, art. 82, §1º)	226.012.814,00	249.176.632,15
1.2- Receita Resultante do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Bens e Direitos – ITCD	85.274.000,00	99.256.893,01

1.3- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA	1.211.702.000,00	1.103.499.166,99
1.4- Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	1.556.313.000,00	1.612.517.552,08
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	<b>14.131.011.388,00</b>	<b>14.471.618.126,61</b>
2.1- Cota-Parte FPE	14.048.959.151,00	14.365.220.921,51
2.2- Cota-Parte IPI-Exportação	82.043.237,00	106.382.652,22
2.3- Cota-Parte IOF-Ouro	9.000,00	14.552,88
2.4- Outras transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	0,00	0,00
<b>3- DEDUÇÕES DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS AOS MUNICÍPIOS</b>	<b>4.265.749.262,75</b>	<b>4.441.566.317,04</b>
3.1- PARCELA DO ICMS REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de 1.1.1)	3.639.387.453,50	3.875.277.554,34
3.2- PARCELA DO IPVA REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (50% de 1.3)	605.851.000,00	539.693.099,66
3.3- PARCELA DA COTA-PARTE DO IPI-EXPORTAÇÃO REPASSADA AOS MUNICÍPIOS (25% de 2.2)	20.510.809,25	26.595.663,04
<b>4- TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2 - 3)</b>	<b>27.502.113.753,25</b>	<b>28.658.569.579,23</b>
<b>5- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - 20% DE ((1.1 - 3.1) + (1.2) + (1.3 - 3.2) + (2.1) + (2.2 - 3.3))</b>	<b>5.189.158.350,65</b>	<b>5.409.207.494,73</b>
<b>6- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((1.1 - 3.1) + (1.2) + (1.3 - 3.2) + (2.1) + (2.2 - 3.3)) + 25% DE (1.4 + 2.3 + 2.4)</b>	<b>1.686.370.087,66</b>	<b>1.755.434.899,95</b>

FUNDEB		
RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)
7- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.705.641.000,00	3.244.639.698,41
7.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	1.598.185.000,00	1.804.321.355,31
7.1.1- Principal	1.598.185.000,00	1.765.071.307,94
7.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	35.718.930,13
7.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	3.531.117,24
7.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	1.107.456.000,00	1.220.665.861,30
7.2.1- Principal	1.107.456.000,00	1.214.819.901,13
7.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	5.845.960,17
7.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	107.758.938,55
7.3.1- Principal	0,00	107.758.938,55
7.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00

7.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	111.893.543,25
7.4.1- Principal	0,00	111.893.543,25
7.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	0,00	0,00
7.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	0,00	0,00
<b>8- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (7.1.1 – 5)<sup>1</sup></b>	<b>-3.590.973.350,65</b>	<b>-3.644.136.186,79</b>

RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR
<b>9- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT</b>	<b>317.052.500,87</b>
9.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	131.065.913,36
9.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	185.986.587,51

<b>10- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (7 + 9)</b>	<b>3.561.692.199,28</b>
---	-------------------------

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB		
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação) <sup>6</sup>	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS (d)
<b>20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB</b>	5.199.752.423,26	5.082.003.872,15
20.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	2.402.846,00	2.402.845,00
20.1.1- Creche	2.402.846,00	2.402.845,00
20.1.2- Pré-escola	0,00	0,00
20.2- ENSINO FUNDAMENTAL	920.894.421,80	918.142.107,50
20.3- ENSINO MÉDIO	4.135.825.370,91	4.027.510.865,26
20.4- ENSINO SUPERIOR	128.606.782,55	121.925.421,39
20.5- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	12.023.002,00	12.022.633,00
<b>APURAÇÃO DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL</b>	<b>VALOR</b>	
21- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L19(d ou e)	2.137.050.707,66	
22- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L5)	5.409.207.494,73	
23- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = (L17q)	-	

24- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = (L18(x))	131.065.913,36
25 (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS	-
26 (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (L29.1(af) + L29.2(af))	5.269.021,61
<b>27- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((21 + 22) - (23 + 24+ 25 + 26))</b>	<b>7.409.923.267,42</b>

APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL <sup>2 e 5</sup>	VALOR EXIGIDO (x)	VALOR APLICADO (w)	% APLICADO (y)
<b>28- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA RESULTANTE DE IMPOSTOS</b>	<b>7.164.642.394,81</b>	<b>7.409.923.267,42</b>	<b>25,86</b>

Fonte: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - RREO

## 5. Considerações Finais

É de responsabilidade da Contadoria Geral do Estado a consolidação da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os órgãos e entidades que integram a estrutura de Governo do Estado do Paraná e que possuem execução orçamentária no Sistema de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, para fins de prestação de contas junto aos órgãos de controle.

É dever deste órgão central de contabilidade, produzir demonstrativos contábeis confiáveis para cumprir determinações legais, bem como oferecer informações gerenciais que contribuam na tomada de decisão dos gestores públicos, além de ser uma importante fonte de informações sobre a gestão das finanças do Estado, tanto para a gestão quanto para a sociedade em geral.

No decorrer do exercício financeiro, as informações que agora são consolidadas e concluídas, foram apresentadas nas publicações de obrigatoriedade legal, através de relatórios gerenciais e outros disponibilizados na internet.

A produção das informações não é mérito exclusivo da Contadoria Geral, devemos lembrar da responsabilidade técnica pelo registro da execução



orçamentária, financeira e patrimonial dos diversos órgãos e entidades do Estado.


O Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF, utilizado pelas unidades integrantes do orçamento estadual, bem como pelos poderes Legislativo e Judiciário, recebe os dados que servem para demonstrar os resultados da gestão governamental. As informações registradas no SIGEF/MA servem como base para a divulgação das contas públicas e, conseqüentemente, da situação fiscal e financeira do Estado do Maranhão.

Ao fim de mais um ano, temos a satisfação do dever cumprido, e a certeza da importância do trabalho de todos os servidores que compõem a Contadoria Geral do Estado, assim como todos que trabalham nas setoriais contábil-financeiras das Unidades Gestoras.

Agradecemos ao Secretário do Planejamento e Orçamento - SEPLAN, Vinícius Ferro Castro, pela condução desta Secretaria, pelo reconhecimento da importância da Contabilidade, apoio e confiança dada à Contadoria Geral do Estado.

Agradecemos também à subsecretária de Estado do planejamento, Aline Ribeiro Duailibe Barros, pela tempestividade em atender as demandas e o respeito profissional com que sempre demonstrou a todos os servidores desta Contadoria.

São Luís (MA), 31 de março de 2026.

Documento assinado digitalmente  
 **FABIELE COSTA ALVES**  
Data: 31/03/2026 21:08:45-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Fabiele Costa Alves**  
Contadora Geral do Estado



# **GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO**

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**



**2025**

## SUMÁRIO

1 - Informações Gerais .....	2
2 - Relação das Empresas Controladas pelo Estado do Maranhão.....	3
3- Relação dos Órgãos e Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de Acordo com a Lei Orçamentária Anual de 2024 .....	4
3.1 - Relação Nominal de Órgãos criados ou transformados através de reformas administrativas no decorrer de 2024.....	8
4 - Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações .....	8
5 - Base de Elaboração.....	8
6 - Moeda Funcional e de Apresentação.....	10
7 - Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas .....	10
8 - Regras de Integridade do PCASP.....	12
9 - Fontes de Destinação de Recurso.....	16
10 - Procedimentos de Encerramento do Exercício de 2025.....	17
11 - Resumo das Principais Políticas Contábeis.....	18
12 - Demonstrações Contábeis.....	29
12.1 - Balanço Patrimonial .....	29
12.1.1 - Objetivo .....	29
12.1.2 - Composição .....	30
12.1.3 - Contas que constituem o Balanço Patrimonial .....	31
12.2 - Demonstração das Variações Patrimoniais.....	49
12.2.1 - Estrutura das Variações Patrimoniais.....	50
12.3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	61
12.4 - Balanço Orçamentário.....	65
12.4.1 Estrutura do Balanço Orçamentário .....	67
12.5 - Balanço Financeiro.....	74
12.5.1 - Composição do Balanço Financeiro .....	75
13 - Eventos Subsequentes.....	87
14 - Considerações Finais .....	88

## **1. Informações Gerais**

O Governo do Estado do Maranhão, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o número 06.354.468/0001-60, tem a sua sede administrativa situada em São Luís, na Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Ed. Henrique de La Rocque, Calhau.

A execução orçamentária do Estado do Maranhão encontra-se respaldada na Lei Orçamentária Anual n.º 12.466, de 27 de dezembro de 2024, a qual dispõe sobre o orçamento anual, estimando a receita e fixando a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2025, abrangendo recursos provenientes de todas as fontes. Ademais, a execução orçamentária se limita aos valores fixados na LOA, bem como aqueles decorrentes das leis e decretos que autorizaram a abertura de créditos adicionais durante o exercício de 2025.

O montante previsto de receita e despesa na LOA para o exercício de 2025 foi de R\$ 33.056.633.600,00 (trinta e três bilhões, cinquenta e seis milhões, seiscentos e trinta e três mil e seiscentos reais), sendo posteriormente ajustado para R\$ 32.683.277.600,00 (trinta e dois bilhões, seiscentos e oitenta e três milhões, duzentos e setenta e sete mil e seiscentos reais), que representa o montante de recursos operacionalizados no sistema financeiro/contábil oficial do Estado. Referido montante compreende os recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Dessa forma, o Balanço Orçamentário não inclui o valor de R\$ 373.356.000,00 (trezentos e setenta e três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil reais), destinado ao orçamento de investimento das empresas estatais independentes, que não operam no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF.

As Demonstrações Contábeis do Estado do Maranhão foram elaboradas com base nos dados extraídos do SIGEF e incluem a consolidação da execução orçamentária, financeira e patrimonial de todos os Poderes e Órgãos do Estado, elaboradas com base nas disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª edição), e são compostas por relatórios contábeis, elaborados segundo as orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPCs), emitidos pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

As demonstrações e notas explicativas referem-se ao exercício financeiro de 2025, coincidindo, por disposição legal, com o ano civil, qual seja, de 1º de janeiro a 31 de dezembro, e são compostas por: Balanço Orçamentário (BO), Balanço

Financeiro (BF), Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Notas Explicativas (NE). Além destas, também acompanham a presente Prestação de Contas Anual os Anexos da Lei n.º 4.320/64, bem como aqueles anexos exigidos pela Instrução Normativa n.º 26/2011 do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

Ressalta-se, ainda, que as Notas Explicativas são informações adicionais às Demonstrações Contábeis e são consideradas parte integrante das mesmas, nos termos da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público – Item 8. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – 11ª edição.

As ações desenvolvidas pelo Estado, no exercício financeiro de 2025, estão agrupadas nas funções de governo previstas na Portaria do Ministério do Orçamento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 1999, que atualizou a discriminação das despesas por funções: Legislativa, Judiciária, Essencial à Justiça, Administração, Segurança Pública, Assistência Social, Previdência Social, Saúde, Trabalho, Educação, Cultura, Direitos da Cidadania, Urbanismo, Habitação, Saneamento, Gestão Ambiental, Ciência e Tecnologia, Agricultura, Organização Agrária, Indústria, Comércio e Serviços, Energia, Transportes, Desporto e Lazer e Encargos Especiais.

As demonstrações contábeis estão alicerçadas no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, que é a base estrutural para o registro dos atos e fatos contábeis. Anualmente, passa por alterações propostas pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, tendo como objetivo a melhoria da evidenciação contábil e da interpretação das regras contábeis, relativas à consolidação das contas públicas sob a mesma base conceitual.

No exercício de 2025, foram realizadas alterações em determinadas contas contábeis, bem como a inclusão de novas contas, com o objetivo de adequar o plano de contas do SIGEF à estrutura vigente para o exercício. Tais medidas, em conformidade com as atualizações do PCASP 2025 publicadas no site da STN, foram implementadas para assegurar a conformidade com o referido plano, sendo o SIGEF estruturado com base no PCASP Estendido.

## **2. Relação das Empresas Controladas pelo Estado do Maranhão**

São controladas diretamente pelo Governo do Maranhão aquelas empresas

das quais o Estado detenha mais de 50% das ações ordinárias, isto é, as ações com direito a voto.

Após a vigência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000), com relação ao ente controlador, as empresas estatais passaram a ser classificadas em Dependentes e Independentes. No Estado do Maranhão, em 2025, essas empresas estavam classificadas da seguinte forma:

a) Empresas Estatais Independentes:

- EMAP: Empresa Maranhense de Administração Portuária;
- EMSERH: Empresa Maranhense de Serviços hospitalares;
- MAPA: Maranhão Parcerias;
- CAEMA: Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão.
- GASMAR: Companhia Maranhense de Gás.

b) Empresas Estatais Dependentes:

- Não haviam em 2025.

### **3. Relação dos Órgãos e Entidades Consolidados nas Demonstrações Contábeis do Exercício de Acordo com a Lei Orçamentária Anual**

a) Relação Nominal de Órgãos, Entidades e Fundos Consolidados, Unidades Gestoras de Orçamento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

LEGISLATIVO	
10101	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
10201	FUNDAÇÃO RÁDIO E TELEVISAO
10901	FUNDO ESPECIAL LEGISLATIVO
20101	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
20901	FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS
JUDICIÁRIO	
40101	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO
40901	FUNDO ESPECIAL DO PODER JUDICIÁRIO
40902	FUNDO ESPECIAL DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO MARANHÃO
40903	FUNDO ESPECIAL DAS SERVENTIAS DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DO MARANHÃO
40904	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA DOS MAGISTRADOS

MINISTÉRIO PÚBLICO	
70101	PROCURADORIA GERAL DA JUSTICA
70901	FUNDO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
DEFENSORIA	
80101	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO
80901	FUNDO DE APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
EXECUTIVO	
110103	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
110105	SECRETARIA DE ESTADO DA REPRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL NO DISTRITO FEDERAL
110109	CASA CIVIL
110111	FUNDAÇÃO ESCOLA DE GOVERNO DO MARANHÃO
110121	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL
110122	SECRETARIA DE ESTADO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLE
110124	SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO
110125	SECRETARIA DE ESTADO DA ARTICULAÇÃO POLÍTICA
120101	SECRETARIA DE ESTADO DAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO URBANO
120207	AGÊNCIA EXECUTIVA METROPOLITANA
120208	AGÊNCIA EXECUTIVA METROPOLITANA DO SUDOESTE DO MARANHÃO
120209	AGÊNCIA EXECUTIVA METROPOLITANA DO LESTE MARANHENSE
120210	AGÊNCIA ESTADUAL DE MOBILIDADE URBANA E SERVIÇOS PÚBLICOS
120901	FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA
130101	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA
130202	AGÊNCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO MARANHÃO
130901	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E AGROINDUSTRIAL DO ESTADO DO MARANHÃO
140101	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
140201	FUNDAÇÃO DA MEMÓRIA REPUBLICANA BRASILEIRA
140901	FUNDO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA MARANHENSE
150101	SECRETARIA ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
150903	FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
160101	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
160201	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO MARANHÃO
160901	FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ADM. TRIBUTÁRIA
170101	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
170204	INSTITUTO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO MARANHÃO
170901	FUNDO ESCOLA DIGNA
190101	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
190102	POLÍCIA CIVIL
190110	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO
190111	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
190112	SEGUNDO BATALHAO DA POLICIA MILITAR/CAXIAS
190113	TERCEIRO BATALHÃO POLÍCIA MILITAR/IMPERATRIZ
190114	SETIMO BATALHAO POLICIA MILITAR/PINDARÉ MIRIM

190115	QUINTO BATALHÃO POLICIA MILITAR/BARRA CORDA
190116	DÉCIMO PRIMEIRO BAT.POLÍCIA MILITAR/TIMON
190117	QUINTA COMPANHIA INDEPENDENTE/ACAILANDIA
190118	QUARTO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR/BALSAS
190119	DÉCIMO SEXTO BATALHÃO POL.MILITAR/CHAPADINHA
190121	DÉCIMO BATALHÃO DA POLICIA MILITAR/PINHEIRO
190122	DÉCIMO OITAVO BATALHÃO POL.MILITAR/PRES.DUTRA
190123	SEXTA COMPANHIA INDEPENDENTE/S.J.DOS PATOS
190124	DECIMO SETIMO BATALHAO POL. MILITAR/CODÓ
190125	QUARTO GBM/BALSAS
190126	TERCEIRO GBM/IMPERATRIZ
190127	VIGÉSIMA SÉTIMA COMPANHIA INDEPENDENTE/ROSÁRIO
190128	VIGÉSIMO OITAVO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR/ITAPECURU-MIRIM
190129	DÉCIMO NONO BATALHÃO POL.MILITAR/PEDREIRAS
190130	DÉCIMA SEGUNDA COMPANHIA INDEPENDENTE/ZÉ DOCA
190131	DÉCIMA TERCEIRA COMPANHIA INDEPENDENTE/VIANA
190132	PRIMEIRA COMPANHIA INDEPENDENTE/COLINAS
190134	SEGUNDO ESQUADRÃO POLÍCIA MILITAR/JOÃO LISBOA
190137	OITAVO GRUPAMENTO BOMBEIRO MILITAR/PINHEIRO
190138	QUINTO GRUPAMENTO BOMBEIRO MILITAR/CAXIAS
190157	DÉCIMO SEGUNDO BATALHÃO POL.MILITAR/ESTREITO
190159	DÉCIMO QUINTO BATALHÃO POL.MILITAR/BACABAL
190160	DÉCIMA QUARTA CIA.INDEPENDENTE/BURITICUPU
190161	DÉCIMA QUINTA COMPANHIA INDEPENDENTE/GRAJAÚ
190162	DÉCIMA SEXTA COMPANHIA INDEPENDENTE/N.FREIRE
190163	DÉCIMO QUARTO BATALHÃO POL.MILITAR/IMPERATRIZ
190164	COLÉGIO MILITAR TIRADENTES II/IMPERATRIZ
190165	COLÉGIO MILITAR TIRADENTES III/BACABAL
190166	CENTRO FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS
190167	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR GONÇALVES DIAS
190168	BATALHÃO DE POLÍCIA DE CHOQUE
190169	BATALHÃO DE POLÍCIA AMBIENTAL
190170	COMPANHIA POLICIAMENTO TURISMO INDEPENDENTE
190171	COMPANHIA POLÍCIA RODOVIÁRIA INDEPENDENTE
190172	SEGUNDA COMPANHIA INDEPENDENTE/MIRINZAL
190173	TERCEIRA COMPANHIA INDEPENDENTE/AMARANTE- MA
190174	COORDENADORIA EST. DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
190175	DÉCIMO PRIMEIRO BATALHÃO BOMBEIROS MILITAR
190176	QUARTA CIA INDEPENDENTE BOMBEIROS MILITAR
190177	SETIMO BATALHAO DE BOMBEIROS MILITAR
190178	SEXTO BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR
190179	SEXTA CIA INDEPENDENTE BOMBEIROS MILITAR

190180	NONO BATALHÃO DE BOMBEIROS MILITAR
190181	PRIMEIRA CIA INDEPENDENTE BOMBEIROS MILITAR
190182	COLÉGIO MILITAR TIRADENTES IV/CAXIAS
190183	COLÉGIO MILITAR TIRADENTES V/TIMON
190185	VIGÉSIMO QUARTO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE COROATÁ
190186	PERÍCIA OFICIAL DE NATUREZA CRIMINAL
190192	VIGÉSIMO QUINTO BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR/CURURUPU
190201	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
190902	FUNDO ESPECIAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
190903	FUNDO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL
200101	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS
200901	FUNDO ESPECIAL DO MEIO AMBIENTE
200902	FUNDO ESTADUAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
210101	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
210901	FES - UNIDADE CENTRAL
210946	FUNDO ESTADUAL DE COMBATE AO CÂNCER
210947	FUNDO ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS
220101	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
220205	INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS
220903	FUNDO MARANHENSE DE COMBATE À POBREZA – FUMACOP
220918	FUNDO MARANHENSE DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E INFRAESTRUTURA - FMDINFRA
230101	SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
230202	INSTITUTO DE METROLOGIA E QUALIDADE INDUSTRIAL DO MARANHÃO
230901	FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO MARANHÃO
240101	SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
240109	CENTRAL FINANCEIRA
240201	UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
240202	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO MARANHÃO
240207	UNIVERSIDADE ESTADUAL DA REGIÃO TOCANTINA DO MARANHÃO
450101	SECRETARIA DE ESTADO DO ESPORTE E LAZER
450901	FUNDO ESTADUAL DE ESPORTES
490101	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
510101	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E DA ECONOMIA SOLIDÁRIA
510901	FUNDO DO TRABALHO DO ESTADO DO MARANHÃO
520101	SECRETARIA DE ESTADO DA MULHER
520901	FUNDO ESTADUAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES
530101	SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA
540101	SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR
540201	FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO ESTADO DO MARANHÃO
540202	INSTITUTO DE PROMOÇÃO E DEFESA DO CIDADÃO E CONSUMIDOR DO ESTADO DO MARANHÃO
540901	FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR
540902	FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



540904	FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DIFUSOS
540905	FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
540906	FUNDO ESTADUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
560101	SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
560901	FUNDO PENITENCIÁRIO ESTADUAL
580101	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
580201	FUNDO DE BENEFÍCIOS DOS SERVIDORES DO ESTADO
580202	FUNDO ESTADUAL DE PENSÃO E APOSENTADORIA
580204	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO MARANHÃO
580206	AGÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
600103	ENCARGOS ADMINISTRATIVOS
600104	ENCARGOS FINANCEIROS
610101	SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA FAMILIAR
610201	INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E TERRAS DO MARANHÃO
610202	AGÊNCIA ESTADUAL DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DO MARANHÃO
630101	SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PROGRAMAS ESTRATÉGICOS
640101	SECRETARIA DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA

### **3.1 Relação nominal de órgãos criados ou transformados através de reformas administrativas no decorrer do exercício**

Não houve criação ou transformação de órgãos através de reformas administrativas realizadas em 2025.

## **4. Cisões, Fusões, Extinções, Incorporações, Transformações e Liquidações**

Não houve neste exercício nenhuma transformação administrativa relevante.

## **5. Base de Elaboração**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as orientações da Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 11ª edição, aprovado pela Portaria nº 2.016, de 18 de dezembro de 2024, da Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF, de acordo ainda, com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a Lei Delegada 17 de 1969, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e, também, às disposições do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) relativas aos Princípios de Contabilidade e Estrutura Conceitual, assim como às

Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a IN 26/2011 da TCE/MA.

Os Demonstrativos contábeis, Balanço Patrimonial (BP), a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO), o Balanço Financeiro (BF) e a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) estão consolidados, excluindo as operações dos órgãos e entidades integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social, denominadas “intra”. As demonstrações contábeis apresentadas têm como referência o mês de dezembro de 2025.

As presentes Notas Explicativas integram as demonstrações contábeis e apresentam informações relevantes, complementares ou suplementares, destinadas a esclarecer aspectos não suficientemente evidenciados ou não contemplados nas referidas demonstrações. Incluem os critérios utilizados na elaboração das demonstrações, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos relevantes para a compreensibilidade dos demonstrativos contábeis.

O sistema de Gestão Financeira, Orçamentária e Contábil atualmente utilizado pelo Governo do Estado do Maranhão para a consolidação das contas públicas é o Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF/MA), cuja execução teve início em 2019. Trata-se de um dos sistemas mais conceituados do Brasil nas áreas financeira, orçamentária e contábil, contando ainda com módulos auxiliares, como os de precatórios, dívidas, contratos, entre outros.

No exercício de 2025, o SIGEF passou por melhoramentos importantes em suas funcionalidades, com objetivo de atender exigências legais decorrentes do Decreto Federal n.º 10.540, de 05 de novembro de 2020, que dispõe sobre os padrões mínimos de qualidade dos SIAFICs.

Além das alterações para o cumprimento de exigências legais, foram implementadas evoluções para otimizar o trabalho dos usuários e para segurança do sistema. Nesse contexto, foram implantados os módulos de Conciliação Bancária, de Conformidade Contábil e de Transferências.

Em 2019, o Estado adquiriu o sistema de controle dos bens patrimoniais (SIGA), o qual foi implantado em 2020, incorporando os bens móveis do Estado. Entretanto, até o exercício de 2025, não foi viabilizada a integração dos sistemas SIGEF e SIGA, de modo a permitir a automação dos registros, dos procedimentos contábeis patrimoniais e as atualizações de bens. Assim, até a presente data, tais

registros são realizados no SIGEF de forma manual.

Somente a partir da integração desses sistemas, o Governo do Maranhão passará a ter condições de implantar todos os procedimentos contábeis patrimoniais exigidos pela STN.

## **6. Moeda Funcional e de Apresentação:**

As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao setor Público (DCASPs) e relatórios contábeis constantes nos anexos da lei federal n.º 4.320/64, estão apresentadas em moedas correntes no país (Reais - R\$).

As DCASP e relatórios contábeis serão enviados ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão, via e-PCA do TCE/MA, em data estimada para 01 de abril de 2026.

## **7. Uso de Julgamentos, Estimativas e Premissas Contábeis Significativas**

Na preparação das demonstrações contábeis, o Governo do Estado fez uso de estimativas e de julgamentos que afetam diretamente o valor de avaliação dos ativos e passivos constantes nas demonstrações contábeis. As principais estimativas e premissas estão a seguir relacionadas.

### **a) Bens do ativo:**

Em 2019, o Estado do Maranhão adquiriu o Sistema de Patrimônio, Sistema Integrado de Gestão Administrativa - SIGA, que tem como objetivo, dentre outros, realizar o controle dos bens patrimoniais. O referido sistema foi implantado em 2020, incorporando os bens móveis do Estado.

Esse sistema possibilita atender as exigências legais de fornecer informações atualizadas dos valores dos bens patrimoniais. Entretanto, ainda não foi possível a integração dos sistemas SIGEF/SIGA. Desse modo, as atualizações de depreciação para os bens móveis são realizadas no SIGEF, de forma manual, observando os valores constantes nos relatórios emitidos pelo SIGA.

Quando da implantação do sistema SIGA, a incorporação do valor dos bens móveis ocorreu em 01 de janeiro de 2020 e tomou como base a avaliação constante no antigo sistema de patrimônio do estado – SIAGEM, considerando o valor histórico.

Este Ente Jurisdicionado vem diligenciando para possibilitar a integração desses sistemas (SIGEF e SIGA), com o objetivo de implantar todos os procedimentos contábeis patrimoniais exigidos pela STN quanto aos bens móveis.

O ativo intangível que corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade, foram incorporados ao SIGA, levando em consideração a mesma metodologia adotada com os bens móveis.

Em se tratando de bens móveis ou intangíveis, obtidos a título gratuito, o valor inicial incorporado ao SIGA é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Os bens imóveis do Estado, representam bens tangíveis que não podem ser movimentados, e são mantidos para fins administrativos, uso na produção ou no fornecimento de serviços ou ainda, bem como para uso comum da população. Tais bens, contudo, não estão controlados pelo sistema, razão pela qual não são objeto de atualizações.

Um aspecto ainda sensível que demanda aprimoramento, refere-se à reavaliação dos bens imóveis do Estado. Até o presente exercício, salvo algumas exceções, tais bens permanecem registrados pelos seus valores de aquisição, o que resulta na apresentação do ativo permanente com um valor abaixo da realidade.

#### **b) Ajuste para perdas prováveis dos valores inscritos em dívida ativa:**

O Ajuste para Perdas Prováveis dos Valores Inscritos em Dívida Ativa corresponde ao reconhecimento contábil da possibilidade de não realização de determinados créditos, em razão da incerteza quanto à sua recuperação. Esse ajuste é efetuado com base no percentual de não recuperação informado pela Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ), sendo aplicado ao final do exercício financeiro, em conformidade com as normas contábeis vigentes.

#### **c) Benefícios de aposentadoria:**

Registrados como passivo atuarial, tem como base o laudo de avaliação atuarial emitido por profissional independente. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre taxas de desconto, taxas de mortalidade, etc. A obrigação é altamente sensível a mudanças nessas premissas, que são revisadas a cada data-

base.

#### **d) Depósitos Judiciais:**

Os depósitos judiciais são contabilizados a débito de conta de ativo e a crédito de passivo como contrapartida, e também em conta de Receita Orçamentária denominada “Outras Receitas de Capital”, que são utilizados exclusivamente para pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça.

A conta contábil 1.2.1.2.1.06.02 representa os valores recebidos pelo Estado dos depósitos judiciais a longo prazo. O lançamento contábil é realizado pelo Tribunal de Justiça no momento em que os recursos ingressam em conta específica do próprio Tribunal que reconhece como receita, nesse momento contabiliza-se a débito a conta do ativo de depósitos judiciais 1.2.1.2.1.06.02 e a crédito um passivo na conta 2.2.7.9.1.99.00 - Outras provisões a longo prazo, ambas no Tesouro Estadual. Os depósitos judiciais são utilizados pelo Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios.

### **8. Regras de Integridade do PCASP**

A fim de garantir a integridade dos procedimentos contábeis, nos termos do item 3.5. Regras de Integridade do PCASP – Parte IV – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público do MCASP – 11ª edição, foram realizadas as verificações quanto aos: lançamentos contábeis; pagamento e recebimento; desenvolvimento de equações contábeis; e consistência dos registros e saldos das contas.

A tabela abaixo apresenta a consistência do registro contábil, perante o método das partidas dobradas, relativo aos lançamentos de natureza patrimonial, demonstrando a igualdade na equação: Classe 1 (Ativo) + Classe 3 (Variação Patrimonial Diminutiva) = Classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) + Classe 4 (Variação Patrimonial Aumentativa). Na presente análise, verifica-se ainda, o atendimento da regra de integridade de conferência de saldos das contas de natureza patrimonial antes da apuração do resultado do exercício (item 3.5.3.1 do MPCASP – 11ª edição).

Ao final do exercício, o Balanço Patrimonial (BP) apresentará os valores da Classe 1 (Ativo) iguais aos da Classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido). Os valores registrados ao longo do período na Classe 3 (VPD) e na Classe 4 (VPA) são

encerrados ao final do exercício, representando o resultado patrimonial levado para a conta de patrimônio líquido.

#### REGRA DE INTEGRIDADE - NATUREZA PATRIMONIAL

R\$ 1,00

CONTAS CONTÁBEIS	2024	2025
1.0.0.0.0.00	37.077.635.986,42	45.254.910.223,60
3.0.0.0.0.00	95.322.817.071,53	139.119.971.838,78
<b>TOTAL</b>	<b>132.400.453.057,95</b>	<b>184.374.882.062,38</b>
2.0.0.0.0.00	29.874.530.018,44	43.515.019.781,58
4.0.0.0.0.00	102.525.923.039,51	140.859.862.280,80
<b>TOTAL</b>	<b>132.400.453.057,95</b>	<b>184.374.882.062,38</b>

FONTE: Balancete Consolidado - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

A tabela a seguir apresenta a consistência do registro contábil, perante o método das partidas dobradas, relativo aos lançamentos de natureza orçamentária, demonstrando a igualdade na equação: Classe 5 (Controles da Aprovação do Planejamento e Orçamento) = Classe 6 (Controles da Execução do Planejamento e Orçamento), conforme o item 3.5.1 do MCASP, 11ª edição.

#### REGRA DE INTEGRIDADE - NATUREZA ORÇAMENTÁRIA

R\$ 1,00

CONTA DE NATUREZA DEVEDORA	VALOR	CONTA DE NATUREZA CREDORA	VALOR
5.0.0.0.0.00.00 CONTROLES DA APROVAÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	235.497.603.978,59	6.0.0.0.0.00.00 CONTROLES DA EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	235.497.603.978,59
5.1.0.0.0.00.00 PLANEJAMENTO APROVADO	-	6.1.0.0.0.00.00 EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO	-
5.1.1.0.0.00.00 PPA – APROVADO	-	6.1.1.0.0.00.00 EXECUÇÃO DO PPA	-
5.1.2.0.0.00.00 PLOA	-	6.1.2.0.0.00.00 EXECUÇÃO DO PLOA	-
5.2.0.0.0.00.00 ORÇAMENTO APROVADO	234.365.857.815,44	6.2.0.0.0.00.00 EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	234.365.857.815,44
5.2.1.0.0.00.00 PREVISÃO DA RECEITA	36.074.018.609,00	6.2.1.0.0.00.00 EXECUÇÃO DA RECEITA	36.074.018.609,00
5.2.2.0.0.00.00 FIXAÇÃO DA DESPESA	198.291.839.206,44	6.2.2.0.0.00.00 EXECUÇÃO DA DESPESA	198.291.839.206,44
5.3.1.7.0.00.00 RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	-	6.3.1.7.0.00.00 RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	-

5.3.2.7.0.00.00 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	-	6.3.2.7.0.00.00 RESTOS A PAGAR PROCESSADOS - INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	-
<b>TOTAL</b>	<b>704.229.319.609,47</b>	<b>TOTAL</b>	<b>704.229.319.609,47</b>

FONTE: Balancete Consolidado - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

A tabela abaixo apresenta a consistência do registro contábil, perante o método das partidas dobradas, relativo aos lançamentos de natureza de controle, demonstrando a igualdade na equação: Classe 7 (Controles Devedores) = Classe 8 (Controles Credores), conforme o item 3.5.1 do MCASP, 11ª edição.

#### REGRA DE INTEGRIDADE - NATUREZA CONTROLE

R\$ 1,00			
CONTA DE NATUREZA DEVEDORA	VALOR	CONTA DE NATUREZA CREDORA	VALOR
7.0.0.0.0.00.00 CONTROLES DEVEDORES	465.211.508.543,63	8.0.0.0.0.00.00 CONTROLES CREDITORES	465.211.508.543,63
7.1.0.0.0.00.00 ATOS POTENCIAIS	865.893.515,81	8.1.0.0.0.00.00 EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS	865.893.515,81
7.1.1.0.0.00.00 ATOS POTENCIAIS ATIVOS	18.693.288,03	8.1.1.0.0.00.00 EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	18.693.288,03
7.1.1.1.0.00.00 GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	18.693.288,03	8.1.1.1.0.00.00 EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	18.693.288,03
7.1.1.2.0.00.00 DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-	8.1.1.2.0.00.00 EXECUÇÃO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	-
7.1.1.3.0.00.00 DIREITOS CONTRATUAIS	-	8.1.1.3.0.00.00 EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	-
7.1.1.9.0.00.00 OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	8.1.1.9.0.00.00 EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-
7.1.2.0.0.00.00 ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	847.200.227,78	8.1.2.0.0.00.00 EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	847.200.227,78
7.1.2.1.0.00.00 GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	-	8.1.2.1.0.00.00 EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS	-
7.1.2.2.0.00.00 OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	847.200.227,78	8.1.2.2.0.00.00 EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	847.200.227,78
7.1.2.3.0.00.00 OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	-	8.1.2.3.0.00.00 EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	-
7.1.2.9.0.00.00 OUTROS ATOS POTENCIAIS	-	8.1.2.9.0.00.00 EXECUÇÃO DE OUTROS ATOS	-

7.2.0.0.0.00.00 ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	357.432.208.239,34	8.2.0.0.0.00.00 EXECUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	357.432.208.239,34
7.2.1.0.0.00.00 DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	189.347.398.222,16	8.2.1.0.0.00.00 EXECUÇÃO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINAÇÃO	189.347.398.222,16
7.2.2.0.0.00.00 PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	150.196.803.391,94	8.2.2.0.0.00.00 EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA	150.196.803.391,94
7.2.3.0.0.00.00 INSCRIÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO	-	8.2.3.0.0.00.00 EXECUÇÃO DO LIMITE ORÇAMENTÁRIO	-
7.2.4.0.0.00.00 CONTROLES DA ARRECADAÇÃO	17.888.006.625,24	8.2.4.0.0.00.00 CONTROLES DA ARRECADAÇÃO	17.888.006.625,24
7.3.0.0.0.00.00 DÍVIDA ATIVA	-	8.3.0.0.0.00.00 EXECUÇÃO DA DÍVIDA ATIVA	-
7.3.1.0.0.00.00 CONTROLE DO ENCAMINHAMENTO DE CRÉDITOS PARA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA	-	8.3.1.0.0.00.00 EXECUÇÃO DO ENCAMINHAMENTO DE CRÉDITOS PARA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA	-
7.3.2.0.0.00.00 CONTROLE DA INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA	-	8.3.2.0.0.00.00 EXECUÇÃO DA INSCRIÇÃO DE CRÉDITOS EM DÍVIDA ATIVA	-
7.4.0.0.0.00.00 RISCOS FISCAIS	-	8.4.0.0.0.00.00 EXECUÇÃO DOS RISCOS FISCAIS	-
7.4.1.0.0.00.00 CONTROLE DE PASSIVOS CONTINGENTES	-	8.4.1.0.0.00.00 EXECUÇÃO DE PASSIVOS CONTINGENTES	-
7.4.2.0.0.00.00 CONTROLE DOS DEMAIS RISCOS FISCAIS	-	8.4.2.0.0.00.00 EXECUÇÃO DOS DEMAIS RISCOS FISCAIS	-
7.6.0.0.0.00.00 CONTROLES FISCAIS	-	8.6.0.0.0.00.00 EXECUÇÃO DE CONTROLES FISCAIS	-
7.8.0.0.0.00.00 CUSTOS	-	8.8.0.0.0.00.00 APURAÇÃO DE CUSTOS	-
7.9.0.0.0.00.00 OUTROS CONTROLES	106.913.406.788,48	8.9.0.0.0.00.00 OUTROS CONTROLES	106.913.406.788,48

FONTE: Balancete Consolidado - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Complementarmente ao acompanhamento das regras de integridade apresentadas nas tabelas acima, a Contadoria Geral orienta as Unidades Gestoras quanto à análise dos saldos das contas contábeis para a verificação da existência de inconsistências como: contas com saldos invertidos, classificação inadequada de receitas e despesas, classificações contábeis indevidas; classificação de fonte e destinação de recurso incorreta; checklist dos procedimentos de encerramento do exercício para elaboração da Prestação de Contas Anual, composto da análise da disponibilidade financeira por fonte de recurso; conciliação dos saldos bancários; conferência dos bens móveis e imóveis; análise da execução orçamentária de receita e despesa; dentre outros procedimentos necessários à apuração e migração de saldos para a abertura do exercício de 2026.



## 9. Fontes ou Destinação de Recurso

A Portaria Conjunta STN/SOF nº 20, de 24 de fevereiro de 2021, estabeleceu, em caráter obrigatório, a padronização das fontes ou destinações de recursos, a ser observada no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a partir do exercício de 2023, inclusive na elaboração dos Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias – PLDO e dos Projetos de Lei Orçamentária Anual – PLOA correspondentes ao referido exercício. O referido normativo dispõe, ainda, sobre a codificação numérica das fontes e destinações de recursos a ser adotada pelos Estados.

A Portaria STN nº 710, de 25 de fevereiro de 2021, estabeleceu no Anexo I, o agrupamento de receitas que possuem as mesmas normas de aplicação na despesa, sendo estruturadas em níveis de classificação de forma padronizada, segregadas em blocos das vinculações dos Estados, Distrito Federal e Municípios. Destaca-se, ainda, que a Portaria Conjunta possibilitou aos entes estabelecer detalhamentos adicionais ao código padronizado, não sendo necessário o envio destes detalhamentos à STN. O detalhamento das fontes ainda tem como finalidade auxiliar a especificação dos recursos, considerando sua destinação vinculada, atender a determinadas peculiaridades do Estado, bem como melhorar a rastreabilidade da aplicação dos recursos.

Cumprir destacar, que o Estado do Maranhão utiliza o novo padrão de fontes desde o exercício de 2023 e a nova estrutura de fontes ou destinação de recursos do Estado é formada por 10 dígitos (E.PPP.DDDDDD), conforme abaixo:

**1º dígito (E):** identifica o exercício de arrecadação do recurso, e fonte de origem da receita, sendo:

**QUADRO 1 – IDENTIFICAÇÃO DO RECURSO**

CÓDIGO	NOMENCLATURA
1	RECURSOS DE EXERCÍCIOS CORRENTE – TESOURO
2	RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES – TESOURO
3	RECURSOS DE EXERCÍCIOS CORRENTE – OUTRAS FONTES
4	RECURSOS DE EXERCÍCIOS CORRENTE – TESOURO
9	RECURSOS CONDICIONADOS

**QUADRO 2 – CONTRAPARTIDAS DE CONVÊNIOS**

<b>CÓDIGO</b>	<b>NOMENCLATURA</b>
5	CONTRAPARTIDA DE RECURSOS DE EXERCÍCIO CORRENTE
6	CONTRAPARTIDA DE RECURSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES
7	CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIO DO EXERCÍCIO CORRENTE DE OUTRAS FONTES
8	CONTRAPARTIDA DE CONVÊNIO DE RECURSOS DE EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTRAS FONTES

**2º ao 4º dígito (PPP):** indica o código principal da fonte ou destinação de recursos (FR) padronizada para a Federação, conforme o Anexo I da Portaria STN nº 710/2021, atualizada pela Portaria STN nº 925/2021, segregado em blocos das vinculações dos Estados, Distrito Federal e Municípios (códigos 500 a 999).

**5º ao 10º dígito (DDDDDD):** indica o detalhamento da fonte ou destinação de recursos (FR), sendo de livre uso para os entes da Federação.

Exemplo:

1.500.101000 - recurso do exercício fonte tesouro, livre, não vinculado;  
1.500.102000 - recurso do exercício fonte tesouro, livre, vinculado à educação.

Adicionalmente à fonte ou destinação de recursos, também foi criado o Código de Acompanhamento da Execução Orçamentária – C.O, com 4 dígitos, que tem como objetivo identificar as receitas e/ou despesas orçamentárias para acompanhamento e inclusão da informação complementar na Matriz de Saldos Contábeis - MSC, nos termos do Quadro 2, da Portaria STN nº 710/2021 e da Portaria STN nº 925, de 8 de julho de 2021, e, ainda, do Anexo II da Portaria STN nº 642, de 20 de setembro de 2019 (MSC), que estabelece regras para o recebimento e disponibilização dos dados contábeis e fiscais dos entes da Federação no Sistema e Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.

## **10. Procedimentos de Encerramento do Exercício 2025**

O encerramento do exercício foi regulamentado através do Decreto Estadual nº 39.691, de 06 de janeiro de 2025, que estabeleceu os prazos de encerramento da

execução orçamentária, patrimonial, financeira e contábil do exercício financeiro de 2025.

O referido Decreto, dentre outros pontos, tem por objetivo apresentar os procedimentos e prazos de encerramento do exercício e orientar sobre as exigências para inscrição de restos a pagar processados e não processados, indicar a data limite de emissão de ordem bancária e outras orientações gerais, tendo como finalidade a melhoria e o aperfeiçoamento da elaboração da Prestação de Contas e das transferências de saldos e abertura para o exercício seguinte, em cumprimento ao inciso XIV do art. 64 da Constituição do Estado do Maranhão, e à Instrução Normativa nº26/2011, do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão.

A Contadoria Geral do Estado, realizou treinamento com as unidades gestoras para o encerramento de exercício e divulgou as rotinas para os procedimentos financeiros de encerramento do exercício de 2025, bem como o cronograma de atendimento das Unidades Gestoras junto à Contadoria Geral para análise dos balancetes, conforme avisos nº 501092 e nº 501535, no SIGEF.

## **11. Resumo das Principais Políticas Contábeis**

### **a) Disponibilidades**

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão para a moeda de apresentação, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original e atualizadas até a data do Balanço Patrimonial.

### **b) Créditos e Dívidas**

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito são mensurados ou avaliados pelo seu valor original. Quando expressos em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda de apresentação com base na taxa de câmbio vigente na data do Balanço Patrimonial.

Os riscos de não recebimento dos créditos são reconhecidos em contas patrimoniais de ajuste de saldo. Ao final de cada exercício, é realizada a análise para o reconhecimento das perdas estimadas com os recebíveis, tais perdas, são

principalmente das dívidas ativas tributárias e não tributárias, informadas pela Secretaria de Fazenda – SEFAZ.

As estimativas para os ajustes das inscrições de dívida ativa e suas prováveis perdas constituem procedimentos e metodologias adotados especificamente pela Secretaria de Estado da Fazenda.

No exercício de 2025, o índice de recuperabilidade dos tributos foi de 1,15% para o ICMS, 19,36% para o IPVA e 2,58% para o ITCD. Ressalte-se que o índice médio de recuperação, considerando apenas as receitas tributárias, ficou em 2,95%. Caso sejam incluídas as receitas não tributárias, o índice de recuperabilidade cai para 2,84 %, ainda assim, mantendo-se maior que o registrado no início da série, em 2013 (0,90%).

Embora não seja tão expressivo, tais indicadores superam aqueles alcançados pela maioria dos entes da Federação.

DÍVIDA ATIVA EM 2025 (em R\$)						
Métrica	ICMS	IPVA *	ITCD	Total (ICMS, IPVA, ITCD)	NAO TRIBUTARIA	TOTAL GERAL
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR	9.311.435.938,86	931.727.400,00	15.935.683,76	10.259.099.022,62	432.321.035,03	10.691.420.057,65
Ajuste do saldo inicial - prescrições geradas após 09/01/2025 referente à 2024		111.772.482,34		111.772.482,34		
<b>SALDO INICIAL EXERCÍCIO ATUAL (AJUSTADO)</b>	<b>9.311.435.938,86</b>	<b>819.954.917,66</b>	<b>15.935.683,76</b>	<b>10.147.326.540,28</b>	<b>432.321.035,03</b>	<b>10.579.647.575,31</b>
{+} INSCRITOS EM DA	1.187.986.491,72	312.580.538,52	2.841.051,64	1.503.408.081,88	12.550.551,19	1.515.958.633,07
{+} JUROS	423.451.754,27	82.339.513,51	928.451,77	506.719.719,55	123.252.159,89	629.971.879,44
SUBTOTAL	10.922.874.184,85	1.214.874.969,69	19.705.187,16	12.157.454.341,70	568.123.746,11	12.725.578.087,81
{-} PAGAMENTOS NO EXERCÍCIO (INTEGRAL)	56.790.318,78	198.555.360,36	507.103,05	255.852.782,19	625.781,23	256.478.563,42
{-} PAGAMENTOS NO EXERCÍCIO (PARCELADO)	62.147.096,50	23.645.178,68	0	85.792.275,18	514.536,48	86.306.811,66
{-} COMPENSAÇÃO OFÍCIO	1.189.650,43	1.241,39	0	1.190.891,82	0	1.190.891,82
{-} COMPENSAÇÃO EXPORTAÇÃO	0	0	0	0	0	0
{-} DISPENSA (Lei 7.027/97)	0	0	0	0	0	0
{-} DISPENSA DE MULTAS E JUROS (BENEFÍCIOS FISCAIS) PAGAMENTO INTEGRAL	97.909.703,13	14.011.119,59	0	111.920.822,72	0	111.920.822,72
{-} DISPENSA DE MULTAS E JUROS (BENEFÍCIOS FISCAIS) REALIZAÇÃO DE PARCELAMENTO	41.049.623,48	12.697.677,27	3.524,30	53.750.825,04	0	53.750.825,04
{-} DISPENSA DE MULTAS E JUROS (BENEFÍCIOS FISCAIS) QUITAÇÃO DE PARCELAMENTO	722.428,45	0	0	722.428,45	0	722.428,45
{-} ESTORNO/CANCELAMENTO DE CDAS	40.925.121,16	5.595.651,00	43.623,27	46.564.395,43	9.638.497,74	56.202.893,17
{-} PRESCRIÇÕES	16.620.119,30	35.004.566,30	0	51.624.685,60	0	51.624.685,60
{-} EXIGIBILIDADE SUSPENSA	268.620.449,58	3.036,67	0	268.623.486,25	78.244.724,25	346.868.210,50
<b>ESTOQUE</b>	<b>10.336.899.674,04</b>	<b>925.361.138,43</b>	<b>19.150.936,55</b>	<b>11.281.411.749,02</b>	<b>479.100.206,41</b>	<b>11.760.511.955,43</b>
NUMERADOR (PAGAMENTO INTEGRAL+PARCELAMENTOS+COMPENSAÇÃO)	120.127.065,71	222.201.780,43	507.103,05	342.835.949,19	1.140.317,71	343.976.266,90
DENOMINADOR: {SALDO INICIAL 2024+INSCRITOS+JUROS} - {DISPENSA MULTA/JUROS+ESTORNO+EXIGIBILIDADE SUSPENSA+PRESCRIÇÕES}	10.457.026.739,75	1.147.562.918,86	19.658.039,60	11.624.247.698,21	480.240.524,12	12.104.488.222,34
<b>PERCENTUAL DE RECUPERAÇÃO</b>	<b>1,15%</b>	<b>19,36%</b>	<b>2,58%</b>	<b>2,95%</b>	<b>0,24%</b>	<b>2,84%</b>

Fontes: CEGPA-TI SEFAZ-MA; Arrecadação/Dívida Ativa SEFAZ-MA

Os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pré-fixados são ajustados a valor presente. Enquanto, os direitos, as obrigações e os títulos de crédito pós-fixados são ajustados considerando todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço.

As provisões são mensuradas com base nas estimativas dos prováveis valores de realização dos passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

### **c) Estoques**

Os estoques são mensurados e apresentados com base no menor valor entre o custo médio de produção, o custo de aquisição ou o valor de mercado, conforme as normas contábeis aplicáveis.

### **d) Investimentos Permanentes**

As participações societárias em empresas sobre as quais o Estado detenha influência significativa na administração são mensuradas pelo método da equivalência patrimonial. As demais participações são avaliadas com base no custo de aquisição. A aplicação do método da equivalência patrimonial ocorre exclusivamente ao final do exercício, após o recebimento das informações financeiras das respectivas empresas.

No que concerne às Empresas Estatais dependentes, o Estado do Maranhão não possui entidades enquadradas nessa categoria, as empresas das quais o Estado possui participação integram exclusivamente o orçamento de investimento, sem caracterizar dependência financeira em relação ao Estado.

### **e) Propriedades para Investimento**

As propriedades destinadas a investimentos são mensuradas a valor de custo e representam imóveis mantidos, exclusivamente, para auferir renda, cuja administração está a cargo da empresa Maranhão Parcerias - MAPA. Ressalte-se que, a partir do exercício de 2020, a MAPA deixou de integrar o Orçamento do Estado.

#### **f) Imobilizado**

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. Em se tratando de Ativos Imobilizados obtidos a título gratuito, o valor inicial é resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Na implantação do sistema SIGA, procedeu-se à incorporação dos valores dos bens móveis considerando um corte temporal dos valores dos bens na data de 01 de janeiro de 2020, tendo como valor o existente no antigo sistema de patrimônio do estado, o SIAGEM.

O atual sistema possibilita atender as exigências legais de fornecer informações atualizadas dos valores dos bens patrimoniais. Contudo, até o exercício financeiro de 2025, não foi possível a integração dos sistemas. Desse modo, as atualizações de depreciação para os bens móveis foram realizadas no SIGEF de forma manual, de acordo com os valores constantes dos relatórios do SIGA.

Os bens móveis obtidos a título gratuito, tiveram seu valor inicial incorporado ao SIGA resultante da avaliação realizada com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

Com a implantação do sistema de gestão do patrimônio SIGA, os procedimentos relativos à depreciação, exigida pela Portaria nº 548, de 24 de setembro de 2015, passaram a ser atendidas pelo Maranhão.

#### **g) Intangível**

O ativo intangível é corresponde aos direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade. É mensurado ou avaliado inicialmente com base no valor de aquisição ou de produção, ou, ainda, pelo custo estimado de reposição na mensuração de softwares preexistentes. Em se tratando de ativos intangíveis obtidos a título gratuito, o valor inicial é o resultante da avaliação feita com base em procedimento técnico ou no valor patrimonial definido nos termos da doação.

#### **h) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável**

O Estado do Maranhão realizou sua primeira reavaliação geral de bens móveis, iniciando os procedimentos relativos à depreciação, com a implantação do novo sistema de gestão patrimonial (SIGA). Esta é uma exigência da Portaria STN nº 548, que regulamenta o cronograma de implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais, que teve seu atendimento desde 2020.

## **i) Depósitos Judiciais**

O Estado do Maranhão encontra-se enquadrado no Regime Especial de Pagamentos de precatórios instituído pela Emenda Constitucional nº 94/2016, alterada pela Emenda Constitucional nº 109/2021, que altera o Art. 101, do ADCT:

*“Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que, em 25 de março de 2015, encontravam-se em mora no pagamento de seus precatórios, quitarão, até 31 de dezembro de 2029, seus débitos vencidos, e os que vencerão dentro desse período, atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), ou por outro índice que venha a substituí-lo, depositando mensalmente em conta especial do Tribunal de Justiça local, sob única e exclusiva administração deste, 1/12 (um doze avos) do valor calculado percentualmente sobre suas receitas correntes líquidas apuradas no segundo mês anterior ao mês de pagamento, em percentual suficiente para a quitação de seus débitos e, ainda que variável, nunca inferior, em cada exercício, ao percentual praticado na data da entrada em vigor do regime especial a que se refere este artigo, em conformidade com plano de pagamento a ser anualmente apresentado ao Tribunal de Justiça”.*

A partir de 2017, o Estado do Maranhão passou a receber 75% dos depósitos judiciais em que não é parte nas ações judiciais, amparado pela EC 94/2016.

Com o contrato celebrado com base na EC 94/2016, o recebimento e o pagamento dos depósitos judiciais passaram a ser realizados diretamente pelo Tribunal de Justiça.

As receitas de depósitos judiciais são utilizadas em sua totalidade para pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça.

A contabilização dos depósitos judiciais decorre do tratamento orçamentário atribuído a esses recursos, implicando, concomitantemente, o reconhecimento de uma obrigação do Estado nos casos de levantamento do depósito antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial. O registro patrimonial desses valores é efetuado

no grupo de Demais Obrigações a Longo Prazo.

O estoque de precatórios em 31 de dezembro de 2025, conforme informação do Tribunal de Justiça, totaliza o valor de R\$ 2.402.524.429,61 (dois bilhões quatrocentos e dois milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte e nove reais e sessenta e um centavos), que corresponde a créditos não vencidos e vencidos e não pagos.

Informamos ainda que, em 2025, o percentual para cálculo dos valores a serem pagos de precatórios foi alterado de 2% para 1%, conforme a Emenda Constitucional nº 136 (BRASIL, 2025), diante disso, considerando que o Estado vinha pagando com a alíquota superior a norma vigente, o mesmo deixou de realizar pagamento no mês de dezembro, por já ter atendido o valor anual.

Destacamos ainda que, no que se refere à utilização dos depósitos judiciais apropriados pelo ente, tanto aqueles oriundos de lides das quais o Ente é parte (Fonte 1.7.57.141000), quanto daqueles provenientes de lides das quais o Ente não é parte (Fonte 1.7.58.141000), com fundamento na Lei Complementar nº 151/2015 e no art. 101 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal, cumpre informar que, no período de setembro a dezembro de 2025, não houve a utilização desses recursos para o pagamento de precatórios.

Tal fato decorreu da alteração contratual promovida pelo Tribunal de Justiça, que implicou a substituição da instituição financeira responsável pela gestão da conta de precatórios por novo agente bancário, sem que este Ente dispusesse, em tempo hábil, das condições necessárias para a devida realização das tratativas e adequações das contas vinculadas aos depósitos judiciais.

#### **j) Custos dos Empréstimos**

Os custos relacionados a empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que forem incorridos, independentemente de como esses empréstimos serão aplicados.

#### **k) Restos a Pagar**

Os restos a pagar não processados inscritos e não pagos até 31 de dezembro são cancelados, com possibilidade de solicitação de reinscrição, por parte do órgão responsável pela despesa, devidamente justificado o motivo do pedido, com



autorização sendo realizada pela SEPLAN.

Os restos a pagar inscritos como não processados, quando liquidados e não pagos no exercício, passam a ser tratados como restos a pagar processados conforme quadro do balanço orçamentário da “Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados”.

Os Restos a Pagar Processados permanecem inscritos pelo prazo de cinco anos, sendo cancelados ao término desse período, em conformidade com o prazo prescricional aplicável, salvo sob solicitação de não cancelamento, pautada por justificativa fundamentada. No exercício de 2025, foram cancelados os Restos a Pagar inscritos no exercício financeiro de 2020. Dessa forma, uma vez cancelados os Restos a Pagar, mas ainda subsistindo o direito do credor, eventuais pagamentos poderão ser atendidos à conta de dotação destinada a despesas de exercícios anteriores.

Cumprir ressaltar que, nos termos do art. 1º do Decreto Federal nº 20.910, de 1932, o prazo prescricional para a exigibilidade dos Restos a Pagar processados é de cinco anos. Entretanto, em caso de cancelamento, o credor dispõe do prazo de dois anos e meio para pleitear o recebimento do valor devido.

O cancelamento de restos a pagar processados antes do prazo prescricional, é permitido quando constatada irregularidade no cumprimento das obrigações pelo contratado ou quando haja situações incompatíveis com o pagamento.

Os relatórios de restos a pagar, por força da IN 26 do TCE, item 1.22.00, que solicita o saldo dos restos a pagar processados e não processados inscritos em 31 de dezembro, individualizado por credor, valor pago, saldo e data da assunção, conforme entendimento desta contadoria, se refere aos restos a pagar inscritos para execução em 2025.

Constam em tal item os relatórios de restos a pagar processados e não processados, que demonstram o valor inscrito, liquidado, pago e cancelado no exercício, bem como o saldo a liquidar e a pagar, que foi transferido para 2026.

## **I) Contabilização das Retenções para Fins Orçamentários**

O Estado do Maranhão adota a política contábil de registro das retenções na conta "Crédito Empenhado Retido a Pagar" no momento da retenção, considerando-se a despesa como paga nesse ato, uma vez que a obrigação junto ao credor da despesa é integralmente satisfeita, restando apenas a obrigação com um terceiro.

Nesse contexto, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) concede aos entes da Federação a prerrogativa de definir a política contábil aplicável ao registro orçamentário de suas retenções.

Adicionalmente, a Secretaria do Tesouro Nacional (STN) editou, em 2017, a IPC 11, estabelecendo diretrizes sobre a contabilização das retenções. Ressalte-se que o Estado do Maranhão já obedecia os principais procedimentos elencados na referida IPC, que teve sua última atualização em dezembro de 2024.

#### **m) Registro da Receita Orçamentária**

A contabilização da Receita Orçamentária é realizada na própria Unidade Gestora responsável pela administração do recurso.

#### **n) Distinção entre Circulante e Não Circulante**

A política contábil que considera como circulante, os direitos e as obrigações, refere-se aos valores cuja realização ocorrerá até 12 meses (circulante) e após (não circulante) a data das demonstrações contábeis. Ressalta-se que os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução do recurso.

#### **o) Apuração dos Custos dos Serviços Públicos**

O Estado do Maranhão ainda não implementou um sistema para a apuração e controle dos custos dos serviços públicos. No entanto, foi instituído um grupo de trabalho para avaliar a viabilidade de sua implantação. Em 2023, foi contratada a empresa especializada Instituto Social Iris para desenvolver a modelagem do referido sistema. Além disso, servidores da Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento (SEPLAN) realizaram uma visita técnica ao Estado de São Paulo, onde foi apresentado o sistema de custos em operação na Secretaria de Segurança Pública, atualmente em fase de expansão para outras secretarias estratégicas.

No âmbito da modelagem para criação do Sistema Integrado de Custos (SIC), foi elaborado um projeto piloto, tendo como base de estudo os Restaurantes Populares, no qual a metodologia desenvolvida pôde ser aplicada a fim de que fossem obtidos os custos a nível de detalhamento por estabelecimento e por unidade de produto. Em 2025 foi incluída, no âmbito do Profisco III, a proposta de financiamento

para aquisição do Sistema Integrado de Custos do Estado do Maranhão, de forma a aplicar a modelagem já elaborada no controle dos custos do Estado de forma mais ampla e automatizada.

#### **p) Renúncia de Receita**

O critério geral utilizado para registro da receita orçamentária é o do ingresso do recurso na conta bancária ou, no caso das receitas tributárias, no momento da arrecadação.

A dedução da receita orçamentária, no âmbito da administração pública, configura-se como o procedimento contábil a ser adotado nas seguintes situações, salvo quando houver determinação legal expressa para o registro desses eventos como despesa orçamentária:

1. Recursos cuja arrecadação seja de competência do ente, mas que, nos termos da legislação vigente, pertençam a outro ente federativo, tais como as transferências constitucionais ou legais;
2. Restituição de tributos recebidos em montante superior ao devido ou indevidamente arrecadados; e
3. Renúncia de receita orçamentária.

Cumprando-se destacar que, esse procedimento está em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas no MCASP, garantindo a correta evidenciação das receitas e deduções no âmbito da execução orçamentária e financeira.

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 11ª edição), editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, prevê que a evidenciação de renúncia de receitas poderá ser efetuada de diversas maneiras, sendo contabilizada somente nos casos em que seja possível mensurar um valor de forma confiável. Além disso, cita que, em geral, é utilizada a metodologia da dedução de receita orçamentária para evidenciar as renúncias, com o registro na natureza de receita orçamentária, objeto da renúncia, pelo seu total em contrapartida a uma dedução de receita (conta redutora de receita).

No Estado do Maranhão, os benefícios fiscais estão vinculados ao conceito de "gastos tributários", os quais se caracterizam como renúncias de receitas decorrentes

de incentivos de natureza tributária. Os gastos tributários correspondem a gastos indiretos do Estado, efetivadas por meio do sistema tributário, com o propósito de atender a objetivos de natureza econômica e social.

Apresentamos, a seguir, as leis específicas que concederam ou ampliaram, no exercício, incentivo ou benefício de natureza tributária do qual decorra renúncia de receita, bem como as medidas legislativas compensatórias.

LEIS QUE CONCEDERAM INCENTIVOS E BENEFÍCIOS NO ANO 2025	
LEI Nº 12.690, DE 21 DE OUTUBRO DE 2025	Dispõe sobre o programa especial para pagamento de débitos fiscais relacionados ao Imposto sobre a Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCD e ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA.
LEI Nº 12.672, DE 06 DE OUTUBRO DE 2025	Altera a Lei nº 12.502, de 13 de março de 2025 que institui o Programa Maranhão Livre da Fome.
LEI Nº 12.665, DE 30 DE SETEMBRO DE 2025	Altera a Lei nº 12.418, de 23 de outubro de 2024, que reinstituiu o Programa Maranhão Juros Zero que tem como objetivo incentivar o empreendedorismo, a economia solidária, alavancar o investimento produtivo e promover a geração de emprego e renda no Estado, para ampliar o valor máximo da operação de crédito.
LEI Nº 12.652, DE 18 DE SETEMBRO DE 2025	Estabelece limite à exigência das contribuições aos fundos estaduais incidentes sobre os incentivos fiscais usufruídos pelas indústrias e agroindústrias de esmagamento e processamento de grãos, e dispensa tais empresas da obrigatoriedade de contribuição ao Fundo de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Maranhão, e dá outras providências.
LEI Nº 12.601, DE 08 DE JULHO DE 2025	Altera a <b>Lei nº 12.271</b> , de 16 de maio de <b>2024</b> , que reestrutura o Programa Maranhão Solidário. [Não altera o tamanho financeiro do benefício]
LEI Nº 12.598, DE 03 DE JULHO DE 2025	Inclui o parágrafo único ao art. 18 da Lei Estadual nº 12.502, de 13 de março de 2025, que institui o Programa Maranhão Livre da Fome. [Apenas normativo]
LEI Nº 12.591, DE 24 DE JUNHO DE 2025	Institui, no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ, o Programa de Pagamento e Parcelamento de Créditos Tributários relacionados ao ICM e ao ICMS. [REFIS]
LEI Nº 12.586, DE 11 DE JUNHO DE 2025	Altera dispositivos na Lei nº 10.576, de 10 de abril de 2017, que institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento dos Centros de Distribuição no Estado do Maranhão. [Admite que até 30% dos empregos sejam indiretos. E define o que é emprego direto. Não altera valor do benefício].
LEI Nº 12.558, DE 07 DE MAIO DE 2025	Cria o programa Cartão Travessia (sob gestão da MOB) e dá outras providências.
LEI Nº 12.540, DE 23 DE ABRIL DE 2025	Altera dispositivo da Lei nº 9.437, de 15 de agosto de 2011, que dispõe sobre a concessão de incentivo fiscal para contribuinte de ICMS que financiar projeto cultural.

LEI Nº 12.502, DE 13 DE MARÇO DE 2025	Institui o Programa Maranhão Livre da Fome. [Acrescentou saúde; aumentou de R\$ 200 para R\$ 300; acrescentou R\$ 100 por deficiente na família]
LEI Nº 12.480, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2025	Altera a Lei nº 12.418, de 23 de outubro de 2024, que reinstitui o Programa Maranhão Juros Zero que tem como objetivo incentivar o empreendedorismo, a economia solidária, alavancar o investimento produtivo e promover a geração de emprego e renda no Estado. [Não altera valor do benefício]
LEI Nº 12.475, DE 14 DE JANEIRO DE 2025	Estabelece critérios para a concessão de incentivos fiscais e concessão de terrenos públicos para empresas do setor agroindustrial, com o objetivo de promover a livre iniciativa, o desenvolvimento dos municípios e a redução das desigualdades sociais e regionais, e dá outras providências. [Não cria ou altera valor de benefícios, apenas acrescenta requisitos para obtenção dos mesmos].
<b>MEDIDAS LEGISLATIVAS COMPENSATÓRIAS</b>	
<b>LEI Nº 10.326/2015.</b> Dispõe sobre o repasse ao Estado do Maranhão da diferença nas aquisições realizadas por consumidor final, via internet, em outras unidades da Federação; <b>LEI Nº 10.329/2015.</b> Majorou a alíquota modal de 17% para 18%, acrescentou produtos no FUMACOP (instituído pela Lei nº 8.205/2004) e majorou todas as taxas e emolumentos do Estado;	
<b>LEI Nº 10.388/2015.</b> Alterou o art. 80 da Lei nº 7799/2002, para aumentar o valor das multas punitivas;	
<b>LEI Nº 10.542/2016.</b> Majorou alíquotas de Combustíveis, E. Elétrica e Telecom;	
<b>LEI Nº 10.956/2018.</b> Majorou a alíquota da gasolina, cervejas e refrigerantes e incluiu o óleo diesel e outros produtos no FUMACOP;	
<b>LEI Nº 11.184/2019.</b> Majorou multas sobre infrações tributárias e criou novas penalidades para o mesmo objeto.	
<b>LEI Nº 11.222/2020</b> (art. 30). Estabelece contribuição sobre o valor dos incentivos (crédito presumido e crédito outorgado) previstos nas leis nº 10.259/2015; 10.401/2015 e 10.690/2017.	
<b>LEI Nº 11.867/2022.</b> Majorou a alíquota modal do ICMS de 18% para 20%; estabeleceu a cobrança (de 20%) nas operações e prestações interestaduais destinadas a consumidor final não contribuinte; instituiu a Taxa de Controle e Monitoramento Ambiental da Atividade de Transporte Ferroviário de Recursos Minerais – TMTF, no valor de R\$ 4,00 por tonelada transportada e instituiu a Taxa de Fiscalização de Transporte de Grãos – TFTG, no percentual de 1,5% aplicado sobre o valor da tonelada. Eficácia a partir de abril de 2023.	
<b>LEI Nº 12.120/2023.</b> Majorou a alíquota modal de 20% para 22%. Eficácia a partir de fevereiro de 2024.	
<b>LEI Nº 12.120/2023.</b> Majorou a alíquota modal de 20% para 22%. Eficácia a partir de fevereiro de 2024; incluiu produtos no FUMACOP.	
<b>Lei nº 12.426/2024.</b> Majorou a alíquota modal de 22% para 23%, com vigência a partir de 25/02/2025; acrescentou produtos na incidência do FUMACOP; instituiu a Taxa de Controle, Acompanhamento e Fiscalização de Grãos - TFO.	

#### q) Passivos sem Execução Orçamentária

Todas as obrigações, independentemente da execução orçamentária da despesa, devem ser reconhecidas pelas unidades gestoras estaduais em conformidade com o regime de competência, nos termos das Normas Brasileiras de

Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC-TSP). No entanto, observa-se que as unidades gestoras não possuem registro nas contas correspondentes.

#### **r) Apuração do Resultado**

Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias pelo regime de caixa, com exceção das receitas tributárias que são reconhecidas no momento da arrecadação e as despesas orçamentárias, sendo ambas pelo regime de competência.

#### **s) Sequestros Judiciais**

Os sequestros judiciais devem ser registrados no ativo financeiro no momento de sua ocorrência. Após a identificação da natureza do sequestro, deve ser realizada a devida regularização orçamentária, com a consequente baixa do ativo financeiro.

Dessa forma, observamos que os valores sequestrados em contas bancárias de titularidade do Estado do Maranhão são controlados e registrados pela unidade gestora do Tesouro Estadual. Por sua vez, os valores sequestrados em contas bancárias pertencentes a órgãos e entidades estaduais são registrados na respectiva unidade gestora responsável.

## **12. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

### **12.1. Balanço Patrimonial**

O Balanço Patrimonial (BP) evidencia os ativos e passivos, e sua evolução em comparação aos exercícios financeiros dos anos anteriores.

Regulamentação Legal:

- Lei Federal n.º 4.320/1964;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 11ª edição (observada a NBC-TSP);
- IPC 04 – STN.

#### **12.1.1 Objetivo**

Evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

### **12.1.2 Composição**

#### **a) Quadro Principal:**

Neste quadro tem-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis.

Em consonância com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP, o quadro principal do Balanço Patrimonial é elaborado utilizando-se as classes 1 (ativo) e 2 (passivo e patrimônio líquido), do PCASP. Os saldos das contas intragovernamentais são excluídos para viabilizar a consolidação das contas no ente. A NBC-TSP 11 prevê a adoção de duas formas de apresentação dos ativos e passivos, sendo a principal a segregação em circulantes e não circulantes, podendo, alternativamente, ser adotada a apresentação com base no grau de liquidez.

A norma dispõe, ainda, sobre a adoção de uma base mista, para fins de consolidação e consistência das informações, utilizando-se a forma de apresentação no modelo de circulante e não circulante baseada na liquidez utilizada de forma subsidiária. Ressalta-se que o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), de uso obrigatório pelos entes federados, já observa esta forma de apresentação em sua estrutura.

#### **b) Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes:**

Este quadro é elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo), a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do PCASP, bem como as contas que representam ativos e passivos financeiros, mas que não apresentam passivos patrimoniais associados, como as contas da classe 6 “Crédito Empenhado a Liquidar” e “Restos a Pagar Não Processados a Liquidar”.

Neste quadro, os ativos e passivos, financeiros e permanentes, e o saldo patrimonial, são apresentados pelos seus valores totais.

### c) Quadro das Contas de Compensação:

Este quadro é elaborado utilizando-se a classe 8 (Controles Credores) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP).

### d) Quadro do Superávit/Déficit Financeiro:

O quadro do superávit/déficit financeiro é elaborado utilizando-se o saldo da conta 8.2.1.1.1.01.00.00 – Disponibilidade por Destinação de Recurso, segregado por Fonte/Destinação de Recurso, podendo apresentar algumas fontes com déficit e outras com superávit financeiro, de modo que o total seja igual ao superávit/déficit financeiro.

## 12.1.3 Contas que constituem o Balanço Patrimonial

### 12.1.3.1 Ativo

Ativo é um recurso econômico presente controlado pela entidade, como resultado de eventos passados, conforme conceituado na NBC-TSP 04 (NBC-TSP Estrutura Conceitual), editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

O Ativo Total, no exercício de 2025, totalizou aproximadamente R\$ 37,08 bilhões, com crescimento de 22,05%, em relação ao ano anterior, que em valor nominal representa um aumento de R\$ 8,18 bilhões, conforme demonstramos na tabela abaixo:

#### DEMONSTRATIVO DO ATIVO - BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VAR %	VARIAÇÃO
1. ATIVO CIRCULANTE	11.039.991.241,84	12.559.116.847,79	13,76	1.519.125.606
2. ATIVO NÃO CIRCULANTE	26.037.644.744,58	32.695.793.375,81	25,57	6.658.148.631
<b>3. ATIVO TOTAL</b>	<b>37.077.635.986,42</b>	<b>45.254.910.223,60</b>	<b>22,05</b>	<b>8.177.274.237,18</b>

FONTE: Balanço Patrimonial - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

O aumento de aproximadamente R\$ 8,18 bilhões, no Ativo Total, em relação ao exercício de 2024, decorreu tanto de um aumento no Ativo Circulante, montante de 1,52



bilhões, como no Ativo Não Circulante, no valor de 6,66 bilhões. Esse acréscimo se deve, principalmente, no caso do Ativo Circulante, a um aumento no valor do Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, de aproximadamente R\$ 985,55 milhões a mais, em relação ao ano anterior, no Ativo Não Circulante, a maior adição ocorreu na conta do Imobilizado, que apresentou aumento de aproximadamente R\$ 4,24 bilhões.

#### DEMONSTRATIVO DO BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VAR %	VARIAÇÃO
<b>1. ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>11.039.991.241,84</b>	<b>12.559.116.847,79</b>	<b>13,76</b>	<b>1.519.125.605,95</b>
1.2. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	9.434.920.977,74	9.932.471.149,10	5,27	497.550.171,36
1.3. CRÉDITOS A CURTO PRAZO	426.101,29	1.901,40	-99,55	-424.199,89
1.4. DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	1.549.797.440,39	2.535.348.338,97	63,59	985.550.898,58
1.5. INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	2.469.044,80	1.277.112,43	-48,28	-1.191.932,37
1.6. ESTOQUES	52.361.262,10	90.018.345,89	71,92	37.657.083,79
1.7. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	16.415,52	-	-100,00	-16.415,52
<b>2. ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>26.037.644.744,58</b>	<b>32.695.793.375,81</b>	<b>25,57</b>	<b>6.658.148.631,23</b>
2.1. ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.290.194.148,50	1.407.115.186,74	9,06	116.921.038,24
2.2. INVESTIMENTOS	3.621.774.381,89	5.901.292.051,41	62,94	2.279.517.669,52
2.3. IMOBILIZADO	21.014.990.486,45	25.252.563.979,95	20,16	4.237.573.493,50
2.4. INTANGÍVEL	110.685.727,74	134.822.157,71	21,81	24.136.429,97
<b>3. ATIVO TOTAL</b>	<b>37.077.635.986,42</b>	<b>45.254.910.223,60</b>	<b>22,05</b>	<b>8.177.274.237,18</b>

FONTE: Balanço Patrimonial - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

#### a) Caixa e Equivalente de Caixa

O subgrupo “Caixa e Equivalentes de Caixa” contempla os valores em caixa e em bancos para os quais não haja restrição de uso imediato, estando segmentado em “Moeda Nacional” e em “Moeda Estrangeira”.

O Caixa e Equivalente de Caixa do Estado do Maranhão é composto pelos valores da Conta Única, pela rede bancária de arrecadação, recursos em conta de previdência, valores restituíveis e por demais bancos oficiais e instituições financeiras privadas.

A conta valores restituíveis são os recursos depositados em contas bancárias em nome do Estado cujo beneficiário é um terceiro, como ocorre no caso das contas de cauções, ou seja, o Estado representa apenas um fiel depositário.

Ao analisarmos esse grupo de contas, merece destaque o aumento de 5,27%, que em valores nominais, corresponde a um aumento de aproximadamente R\$ 497,55 milhões, na disponibilidade de caixa do Estado, gerado pelo aumento no valor da

receita realizada proporcionalmente maior que o aumento no valor das despesas.

#### CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

				R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA - CONSOLIDADO</b>	<b>6.164.522.525,24</b>	<b>7.100.672.541,00</b>	<b>936.150.015,76</b>	<b>15,19</b>
CONTA ÚNICA	2.217.367.324,62	54.928.913,94	-	-97,52
BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS	1.905.646.546,69	468.313.545,51	-	-75,42
REDE BANCÁRIA DE ARRECADAÇÃO	113.035.213,03	190.169.565,76	77.134.352,73	68,24
CONTA ÚNICA DO RPPS	6.100,71	0,00	-6.100,71	-100,00
APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA	1.928.467.340,19	6.387.260.515,79	4.458.793.175,60	231,21
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - INTRA OFSS</b>	<b>2.217.367.324,62</b>	<b>1.777.790.199,77</b>	<b>-439.577.124,85</b>	<b>-19,82</b>
RECURSOS LIBERADOS PELO TESOURO	2.217.367.324,62	1.777.790.199,77	-439.577.124,85	-19,82
<b>VALORES RESTITUÍVEIS E VINCULADOS</b>	<b>1.053.031.127,88</b>	<b>1.054.008.408,33</b>	<b>977.280,45</b>	<b>0,09</b>
GARANTIAS	1.053.031.127,88	1.054.008.408,33	977.280,45	0,09
<b>TOTAL</b>	<b>9.434.920.977,74</b>	<b>9.932.471.149,10</b>	<b>497.550.171,36</b>	<b>5,27</b>

FONTE: Balanço Patrimonial - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

#### b) Conta Única

Em observância ao princípio da Unidade de Tesouraria e as disposições estabelecidas pela Lei Complementar Estadual n.º 264, de 21 de novembro de 2023, que institui o Sistema Financeiro de Conta Única no Estado do Maranhão. A administração financeira estadual é realizada por meio desse sistema, com o intuito de otimizar a gestão dos recursos financeiros, buscando maior rentabilidade e controle.

#### c) Outras Contas de caixa e equivalentes de caixa

São as disponibilidades existentes em outras contas bancárias que não pertencem ao Sistema Financeiro de Conta Única, em virtude da vinculação de recursos, conforme dispositivos legais como, por exemplo, os recursos recebidos por meio de convênios, transferências especiais de emendas parlamentares e de operações de crédito.

#### d) Arrecadação

Representa os valores da receita arrecadada pelos agentes financeiros e que ainda não foram recolhidos à Conta Única do Estado. De acordo com a Lei Federal

nº 4.320/1964, é nesse momento que se reconhece a receita sob o enfoque orçamentário.

#### e) Aplicações Financeiras

Abrangem os valores depositados na conta única e em demais bancos, aplicados no mercado financeiro. Os recursos recebidos por meio de transferências de convênios, emendas especiais e operações de crédito são aplicados de acordo com as legislações específicas das concedentes.

#### f) Conta única do RPPS

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas contas bancárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS).

#### g) Créditos a receber

Compreendem os valores a receber a curto e a longo prazo, conforme demonstramos a seguir:

#### CRÉDITOS A RECEBER

R\$ 1,00

CRÉDITOS A RECEBER A CURTO PRAZO	2024	2025	VAR %	VAR R\$
Empréstimos concedidos	426.101,29	1.901,40	-99,55	-424.199,89
Adiantamentos concedidos	844.680.724,70	1.970.447.901,59	133,28	1.125.767.176,89
Créditos por danos ao patrimônio	21.070.895,34	19.809.166,14	-5,99	-1.261.729,20
Depósitos restituíveis e valores vinculados	34.862.865,24	39.838.205,23	14,27	4.975.339,99
Créditos previdenciários a receber a curto prazo	109.350.564,27	160.720.101,70	46,98	51.369.537,43
Outros créditos a receber e valores a curto prazo	539.832.390,84	344.532.964,31	-36,18	-195.299.426,53
<b>TOTAL</b>	<b>1.550.223.541,68</b>	<b>2.535.350.240,37</b>	<b>63,55</b>	<b>985.126.698,69</b>

CRÉDITOS A RECEBER A LONGO PRAZO	2024	2025	VAR %	VAR R\$
Empréstimos e financiamentos concedidos	400.890,93	400.890,93	0,00	0,00
Dívida ativa tributária	10.259.099.022,62	11.281.411.749,02	9,96	1.022.312.726,40
Dívida ativa não tributária	432.321.035,03	479.100.206,41	10,82	46.779.171,38
(-) Ajuste de perdas de dívida ativa tributária	-9.939.015.133,11	-	10,06	-999.560.666,71
(-) Ajuste de perdas de dívida ativa não tributária	-430.678.215,10	-477.959.888,70	10,98	-47.281.673,60
Depósitos judiciais	968.064.311,75	1.062.735.792,52	9,78	94.671.480,77

Ações	2.100,00	2.100,00	0,00	0,00
Outros títulos e valores mobiliários	136,38	136,38	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.290.194.148,50</b>	<b>1.407.115.186,74</b>	<b>9,06</b>	<b>116.921.038,24</b>

FONTE: Balancete Consolidado - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

#### **h) Clientes**

Esta conta apresenta os valores a receber por vendas, prestação de serviços ou ressarcimentos de despesas. O saldo da conta Clientes representava, até 2023, em sua totalidade, valores correspondentes a empresa pública – CAEMA, que abrangia o longo e curto prazo, e representava os valores a receber de clientes pela prestação de serviços de água e esgoto. No entanto, essa empresa deixou de fazer parte do orçamento fiscal e da seguridade social do Estado, constando apenas no orçamento de investimentos, não sendo assim apresentados valores no balanço nesta rubrica.

#### **i) Empréstimos e Financiamentos concedidos**

Esta conta registra os valores a receber pelo Estado decorrentes de empréstimos e de financiamentos concedidos, como, por exemplo, os empréstimos concedidos referentes ao financiamento habitacional promovido pelo Governo do Estado.

#### **j) Dívida Ativa Tributária e Não Tributária**

Os créditos a receber no ativo não circulante referem-se, principalmente, a créditos tributários da Dívida Ativa e aos seus respectivos parcelamentos, cuja expectativa de recebimento é superior a 12 meses.

#### **k) Ajuste de perda**

Trata-se de conta redutora do ativo destinada ao registro do ajuste para perdas estimadas em determinados créditos a receber, tais como os inscritos em dívida ativa, correspondentes a receitas tributárias a receber pela Fazenda, bem como os créditos a receber de clientes.

#### **l) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados**

Registra os valores decorrentes de depósitos judiciais ou recursais, bem como de mandados judiciais de sequestro, efetuados na Conta Única e em outras contas bancárias, em razão de litígios judiciais e do pagamento de precatórios.

Os depósitos restituíveis e valores vinculados cresceram em relação ao exercício anterior aproximadamente 14,27%, o que corresponde ao montante de R\$ 4,97 milhões, sendo que a conta Valores Apreendidos por Decisão Judicial teve o aumento mais expressivo, de aproximadamente R\$ 2,51 milhões.

#### DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO
SEGURO GARANTIA	16.433.021,38	18.693.288,03	2.260.266,65
VALORES APREENDIDOS POR DECISÃO JUDICIAL	12.049.349,30	14.562.806,69	2.513.457,39
DEPÓSITOS TRANSFERIDOS	6.380.494,56	6.582.110,51	201.615,95
<b>TOTAL</b>	<b>34.862.865,24</b>	<b>39.838.205,23</b>	<b>4.975.339,99</b>

FONTE: Balancete Consolidado - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

#### m) Estoques:

Apresenta-se a seguir a composição do estoque na data de 31 de dezembro de 2025, que totaliza o valor de R\$ 90.018.345,89, e que em comparação com o exercício de 2024, apresentou um acréscimo de 71,92%, que esta relacionado principalmente a material de consumo com uma elevação de aproximadamente R\$ 26,09 milhões, o que corresponde a um aumento de 87,39%. Ressalta-se, ainda, o valor expressivo da conta Outros Estoques, que teve uma elevação significativa, devido aos registros na conta Outros Estoques – Doações, no montante de R\$ 4.220.323,91.

#### ESTOQUES

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VAR. %	VAR. R\$
<b>ALMOXARIFADO</b>	<b>48.308.041,77</b>	<b>81.744.801,65</b>	<b>69,22</b>	<b>33.436.759,88</b>
MATERIAL DE CONSUMO	29.855.579,76	55.947.802,82	87,39	26.092.223,06
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS	5.291.894,97	5.088.445,12	-3,84	-203.449,85
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	137.524,80	35.470,49	-74,21	-102.054,31
AUTOPEÇAS	4.516,15	0,00	-100,00	-4.516,15
MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES	5.181.006,43	6.353.025,68	22,62	1.172.019,25
MATERIAIS GRÁFICOS	546.610,55	2.796.030,43	411,52	2.249.419,88

MATERIAL DE EXPEDIENTE	6.565.144,11	10.349.509,44	57,64	3.784.365,33
MATERIAL A CLASSIFICAR	130.662,00	130.662,00	0,00	0,00
OUTROS - ALMOXARIFADO	595.103,00	1.043.855,67	75,41	448.752,67
<b>OUTROS ESTOQUES</b>	<b>4.053.220,33</b>	<b>8.273.544,24</b>	<b>104,12</b>	<b>4.220.323,91</b>
OUTROS ESTOQUES - DOAÇÕES	4.053.220,33	8.273.544,24	104,12	4.220.323,91
<b>TOTAL</b>	<b>52.361.262,10</b>	<b>90.018.345,89</b>	<b>71,92</b>	<b>37.657.083,79</b>

FONTE: Balancete Consolidado - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

#### n) Investimentos:

Os investimentos permanentes do Estado do Maranhão são compostos, principalmente, por participações societárias em empresas estatais não dependentes e valores transferidos e ainda não integralizados, como o adiantamento para futuro aumento de capital de empresas.

#### INVESTIMENTOS

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VAR. %	VAR R\$
<b>PARTICIPAÇÕES PERMANENTES</b>	<b>3.621.721.414,22</b>	<b>5.901.239.083,74</b>	<b>62,94</b>	<b>2.279.517.669,52</b>
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	3.354.081.412,05	5.901.235.414,56	75,94	2.547.154.002,51
PARTICIPAÇÕES AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO	0,00	3.669,18	100,00	3.669,18
ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	267.640.002,17	578.064.175,31	115,99	310.424.173,14
<b>DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES</b>	<b>52.967,67</b>	<b>52.967,67</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.621.774.381,89</b>	<b>5.901.292.051,41</b>	<b>62,94</b>	<b>2.279.517.669,52</b>

FONTE: Balancete Consolidado - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Abaixo demonstramos a participação acionária do Estado do Maranhão nas empresas públicas e sociedades de economia mista. Neste exercício, houve um acréscimo de participação valor de R\$ 2,28 bilhões, o que provém da mudança na forma de apuração do valor da participação acionária em empresas controladas, até então avaliada pelo método de custo, passando, em 2025, a terem suas participações apuradas pelo método da equivalência patrimonial, de fato. Enquanto que a participação acionária no Banco do Nordeste do Brasil foi reclassificada para a conta Participações em Outras Sociedades -Avaliadas pelo Método de Custo.

#### PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS - AVALIADAS PELO MÉTODO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

DESCRIÇÃO	VALOR
03.650.060/0001-48 EMPRESA MARANHENSE DE ADMINISTRAÇÃO PORTUÁRIA - EMAP	413.057.570,00
05.121.359/0001-30 COMPANHIA MARANHENSE DE GÁS - GASMAR	4.962.045,00
06.274.757/0001-50 COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO MARANHÃO	4.164.903.372,00
06.281.794/0001-95 MARANHÃO PARCERIAS S/A	57.404.953,05
18.519.709/0001-63 EMPRESA MARANHENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES	682.843.299,20
<b>TOTAL</b>	<b>5.323.171.239,25</b>

**PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES - AVALIADAS PELO MÉTODO DE CUSTO**

DESCRIÇÃO	VALOR
07.237.373/0001-20 BANCO DO NORDESTE DO BRASIL	3.669,18
<b>TOTAL</b>	<b>3.669,18</b>

FONTE: Detalhar Conta - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

**o) Imobilizado:**

Apresenta-se, a seguir, a composição do imobilizado ao final do exercício de 2025 em comparação com 2024:

**IMOBILIZADO**

				R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
BENS MÓVEIS	2.907.665.800,78	3.043.020.637,66	135.354.836,88	4,66
BENS IMÓVEIS	19.210.813.720,85	23.562.899.973,20	4.352.086.252,35	22,65
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-1.103.489.035,18	-1.353.356.630,91	-249.867.595,73	22,64
<b>TOTAL</b>	<b>21.014.990.486,45</b>	<b>25.252.563.979,95</b>	<b>4.237.573.493,50</b>	<b>20,16</b>

FONTE: Balancete Consolidado - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

**❖ Bens Móveis:**

Os Bens Móveis representam bens corpóreos, mantidos para fins administrativos, utilizados na produção ou no fornecimento de serviços ou bens, que podem ser transportados ou removidos sem alteração da substância.

A tabela abaixo demonstra os bens móveis com seus valores brutos e depreciação acumulada calculada pelo sistema SIGA, e registrados no SIGEF ao final do exercício:

BENS MÓVEIS				R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	782.537.642,18	813.583.723,62	31.046.081,44	3,97
BENS DE INFORMÁTICA	558.708.431,62	696.869.101,11	138.160.669,49	24,73
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	739.238.861,02	703.276.378,76	-35.962.482,26	-4,86
MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	161.884.248,57	169.193.458,18	7.309.209,61	4,52
VEÍCULOS	562.614.156,72	544.992.085,23	-17.622.071,49	-3,13
BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO	94.254,55	128.385,79	34.131,24	36,21
ARMAMENTOS	37.207.775,84	36.817.757,24	-390.018,60	-1,05
SEMOVENTES	286.895,00	286.895,00	0,00	0,00
DEMAIS BENS MÓVEIS	65.093.535,28	77.872.852,73	12.779.317,45	19,63
<b>VALOR BRUTO CONTÁBIL</b>	<b>2.907.665.800,78</b>	<b>3.043.020.637,66</b>	<b>135.354.836,88</b>	<b>4,66</b>
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-1.094.456.752,76	-1.342.968.657,73	-248.511.904,97	22,71
<b>VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO</b>	<b>1.813.209.048,02</b>	<b>1.700.051.979,93</b>	<b>-113.157.068,09</b>	<b>-6,24</b>

FONTE: Balancete Consolidado - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Ao final do exercício de 2025, o montante bruto dos Bens Móveis somou R\$ 3.043.020.637,66, com um acréscimo de R\$ 135 milhões em relação a 2024, o que representa um aumento de 4,66%, com destaque para a conta de Bens de Informática, que apresentou aumento de R\$ 138 milhões, bem como na conta de Máquinas, Aparelhos e Equipamentos, com acréscimo de R\$ 31 milhões.

O valor contábil líquido demonstra a atualização dos bens em dezembro de 2025, levando em conta a depreciação acumulada. Os bens móveis registraram depreciação, no exercício, no valor de R\$ 248.511.904,97, o que representa um acréscimo, em valores percentuais, somando ao final do exercício uma Depreciação Acumulada de R\$ 1.342.968.657,73.

Devido à variação da Depreciação Acumulada no exercício ter sido superior à variação do valor contábil bruto, houve redução no valor contábil líquido dos Bens Móveis no montante de R\$ 113.157.068,09.

Registra-se que, no que se refere à Depreciação Acumulada de Bens Móveis, o controle é realizado atualmente pelo sistema SIGA, sob a administração da Secretaria de Administração do Estado – SEAD, tal órgão enviou nota técnica referente a problema



técnico ocorrido no exercício financeiro de 2025, relacionado à atualização da depreciação acumulada, à qual anexamos a este item para maiores esclarecimentos.

### ❖ Bens Imóveis

Representam bens tangíveis que não podem ser transportados ou removidos sem alteração da sua substância e são mantidos para fins administrativos, uso na produção ou no fornecimento de serviços ou bens. Podem ser classificados em:

#### 1. Bens de Uso Comum do Povo:

São os bens destinados ao uso coletivo e indiscriminado da população. Eles são abertos a todos, sem necessidade de autorização especial, na maioria dos casos.

#### 2. Bens de Uso Especial:

São os bens destinados à execução dos serviços administrativos e serviços públicos em geral. Eles possuem uma finalidade específica e são utilizados pelo próprio Estado para que ele possa funcionar e atender à sociedade.

#### 3. Bens Dominicais (ou Dominiais):

São os bens que, embora pertençam ao patrimônio público, não possuem uma destinação pública determinada (não são usados pelo povo nem pela administração). Eles constituem o patrimônio disponível do Estado.

Apresenta-se a seguir a composição dos Bens Imóveis em 31 de dezembro de 2025, em comparação com 2024:

#### BENS IMÓVEIS

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
BENS DE USO ESPECIAL	3.136.979.896,96	3.469.312.153,53	332.332.256,57	10,59
BENS DOMINICAIS	725.614.304,31	1.026.860.924,43	301.246.620,12	41,52
BENS DE USO COMUM DO POVO	8.348.733.996,42	11.712.885.567,03	3.364.151.570,61	40,30
BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO	818.639.825,80	1.142.522.158,30	323.882.332,50	39,56
INSTALAÇÕES	6.159.406.315,92	6.188.405.952,47	28.999.636,55	0,47
DEMAIS BENS IMÓVEIS	21.439.381,44	22.913.217,44	1.473.836,00	6,87
<b>VALOR CONTÁBIL BRUTO</b>	<b>19.210.813.720,85</b>	<b>23.562.899.973,20</b>	<b>4.352.086.252,35</b>	<b>22,65</b>
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	-8.955.390,87	-10.387.973,18	-1.432.582,31	16,00
<b>VALOR CONTÁBIL LÍQUIDO</b>	<b>19.201.858.329,98</b>	<b>23.552.512.000,02</b>	<b>4.350.653.670,04</b>	<b>22,66</b>

Destacamos, na tabela acima, os Bens de Uso Comum do Povo apresentando maior variação positiva, no montante de R\$ 3,36 bilhões, variação essa que impactou no aumento expressivo do valor contábil bruto dos bens imóveis em R\$ 4,35 bilhões, que somou ao final de 2024 o montante de R\$ 19.210.813.720,85.

A Depreciação Acumulada dos Bens Imóveis em 2025, apresentaram um aumento de R\$ 1,43 milhão, que em valores percentuais representa um acréscimo de 16% em relação a 2024.

Ao final do exercício a conta de Depreciação Acumulada somava o montante aproximado de R\$ 10,39 milhões e, sendo essa uma conta dedutora dos Bens Imóveis, resultou em um valor contábil líquido para esse grupo no montante de R\$ 23.552.512.000,02.

- **Reforma e Ampliações de bens imóveis**

É considerada reforma de bens imóveis quando a obra for realizada apenas para manutenção do bem, sem alterar a estrutura e valorização do imóvel, o valor dessa reforma não é incorporado ao valor do bem, sendo empenhada na natureza de despesa no grupo de programação financeira “Outras despesas correntes”. No caso de Reformas que ampliam a estrutura física do imóvel, esse valor é incorporado ao saldo do bem reformado ou ampliado.

As reformas e ampliações de bens imóveis que foram incorporadas aos saldos das contas de Bens Imóveis estão demonstradas no item 1.28.00, da Prestação de Contas.

- ❖ **Intangível**

Os Ativos Intangíveis representam ativos que, por sua estrutura, é improvável de ser totalmente refletido em valor financeiro baseado a preço de mercado, sem substância física capazes de gerar benefícios econômicos futuros ou serviços potenciais ao Estado.

Apresentamos na tabela a seguir a composição dos Ativos Intangíveis em 31 de dezembro de 2025, em comparação ao ano anterior.

#### **BENS INTANGÍVEIS**

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	%
SOFTWARES	110.685.727,74	134.822.157,71	24.136.429,97	21,81
SOFTWARES EM ANDAMENTO	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>110.685.727,74</b>	<b>134.822.157,71</b>	<b>24.136.429,97</b>	<b>21,81</b>

FONTE: Balancete Consolidado - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

É possível observar um aumento dessa conta em 21,81%, em relação a 2024, somente com aquisição de software, apresentando uma variação nominal de R\$ 24.136.429,97.

### 12.1.3.2 Passivo

Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deve resultar na saída de recursos da entidade. No passivo consta todas as obrigações que o Estado possui.

O passivo do Estado é constituído pelas seguintes contas:

#### a) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como, os precatórios de pessoal, os benefícios previdenciários e assistenciais, e encargos sociais a recolher, cuja composição em 31 de dezembro 2025 apresentava-se conforme demonstrada na tabela abaixo:

#### OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VAR R\$	VAR %
<b>TRABALHISTAS</b>	<b>609.656.915,55</b>	<b>280.267.035,17</b>	<b>-329.389.880,38</b>	<b>-54,03</b>
PESSOAL A PAGAR	12.856.623,01	7.296.021,07	-5.560.601,94	-43,25
PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ESPECIAL	596.788.585,97	272.891.891,73	-323.896.694,24	-54,27
PRECATÓRIOS DE PESSOAL - REGIME ORDINÁRIO	11.706,57	77.149,78	65.443,21	559,03
PESSOAL A PAGAR - SENTENÇAS JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS	0,00	1.972,59	1.972,59	100,00
<b>PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS</b>	<b>582.798,29</b>	<b>900.259,17</b>	<b>317.460,88</b>	<b>54,47</b>

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	0,00	0,00	0,00	0,00
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	582.798,29	900.259,17	317.460,88	54,47
<b>ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR</b>	<b>164.609.263,90</b>	<b>128.499.083,74</b>	<b>-36.110.180,16</b>	<b>-21,94</b>
<b>TOTAL</b>	<b>774.848.977,74</b>	<b>409.666.378,08</b>	<b>-365.182.599,66</b>	<b>-47,13</b>

FONTE: Balancete Consolidado - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Em 2025, as Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais classificadas no Passivo Circulante diminuíram em R\$ 365.182.599,66, em relação a 2024, em valores percentuais, representa um decréscimo de 47,13%.

Efetuamos a reclassificação, no exercício de 2025, de precatórios de curto prazo para longo prazo, ficando no passivo circulante apenas a obrigação que está prevista a ser paga até 31 de dezembro de 2026.

O valor de pessoal a pagar refere-se, em grande parte, às obrigações com abono de permanência e ressarcimento de pessoal requisitado, que possuem previsão de pagamento em 2026.

#### **b) Empréstimos e Financiamentos**

Em 2025, o saldo total de Empréstimos e Financiamentos foi de R\$ 5.239.721.305,13, apresentando um acréscimo de R\$ 1.437.684.301,91 em relação a 2024, que, em valores percentuais, representa um aumento de 37,81%.

A principal variação decorre do registro da dívida interna com a União decorrente dos registros contábeis no Balanço Patrimonial, em 2025, referentes à conversão do valor total da dívida externa com o Bank of America Merrill Lynch, no montante de R\$ 924.890.978,00, em dívida interna transferida à União.

Destacamos, ainda, que ao final do exercício foi realizada a classificação dos empréstimos de curto e longo prazo, de acordo com o prazo da amortização da dívida.

Apresentamos abaixo a composição dos empréstimos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

#### **EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
-----------	------	------	----------	--------

<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO</b>	<b>1.116.091.152,00</b>	<b>1.499.021.723,30</b>	<b>382.930.571,30</b>	<b>0,34</b>
CONTRATOS DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS	1.091.132.453,90	1.136.995.653,09	45.863.199,19	4,20%
EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO - INTERNO - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	339.824.151,24	339.824.151,24	100,00%
EMPRÉSTIMOS EXTERNOS - EM CONTRATOS	24.958.699,00	22.201.919,00	-2.756.780,00	-11,05%
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO</b>	<b>2.685.945.850,24</b>	<b>3.740.699.581,80</b>	<b>1.054.753.731,56</b>	<b>0,39</b>
OUTROS CONTRATOS - EMPRÉSTIMOS INTERNOS	2.479.659.921,50	1.967.413.850,35	-512.246.071,15	-20,66%
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - INTERNO - INTER OFSS - UNIÃO	0,00	1.598.753.050,37	1.598.753.050,37	100,00%
EMPRÉSTIMOS A LONGO PRAZO - EXTERNO	206.285.928,74	174.532.681,08	-31.753.247,66	-15,39%
<b>TOTAL</b>	<b>3.802.037.002,24</b>	<b>5.239.721.305,10</b>	<b>1.437.684.302,86</b>	<b>0,38</b>

FONTE: Balancete Consolidado - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

### c) Fornecedores e Contas a pagar

Compreendem as obrigações dos órgãos públicos, no curto e no longo prazo, com os seus respectivos credores nacionais e internacionais, abrangendo tanto o fornecimento de bens e serviços quanto os precatórios decorrentes dessas obrigações.

Em 2025 houve uma diminuição da conta Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, conta do Passivo Circulante, no montante aproximado de R\$ 72,03 milhões, o que representa uma variação de -12,31% em relação ao ano anterior. A principal conta que impactou nessa redução foi Precatórios de Fornecedores Nacionais - Regime Especial, apresentando decréscimo de R\$ 83,52 milhões.

#### FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

<b>R\$ 1,00</b>				
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>VARIAÇÃO</b>	<b>VAR. %</b>

<b>FORNECEDORES E CONTAS NACIONAIS</b>	<b>228.348.869,31</b>	<b>200.245.482,26</b>	<b>-28.103.387,05</b>	<b>-12,31</b>
FORNECEDORES NACIONAIS	228.333.221,92	200.245.482,26	-28.087.739,66	-12,30
CONTAS A PAGAR CREDORES NACIONAIS	15.647,39	0,00	-15.647,39	-100,00
<b>PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL</b>	<b>83.601.212,98</b>	<b>78.622,39</b>	<b>-83.522.590,59</b>	<b>-99,91</b>
<b>PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO</b>	<b>57.345,87</b>	<b>57.345,87</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>PRECATÓRIOS DE CONTAS A PAGAR - CREDORES NACIONAIS- REGIME ESPECIAL</b>	<b>0,00</b>	<b>39.593.108,27</b>	<b>39.593.108,27</b>	<b>100,00</b>
<b>FORNECEDORES NACIONAIS - DECISÕES JUDICIAIS - EXCETO PRECATÓRIOS</b>	<b>13.537,69</b>	<b>20.054,26</b>	<b>6.516,57</b>	<b>48,14</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS</b>	<b>1.960,49</b>	<b>479,44</b>	<b>-1.481,05</b>	<b>-75,54</b>
FORNECEDORES ESTRANGEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTAS A PAGAR - CREDORES ESTRANGEIROS	1.960,49	479,44	-1.481,05	-75,54
<b>TOTAL</b>	<b>312.022.926,34</b>	<b>239.995.092,49</b>	<b>-72.027.833,85</b>	<b>-23,08</b>

<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A LONGO PRAZO</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>VARIAÇÃO</b>	<b>VAR. %</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS NACIONAIS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ESPECIAL</b>	<b>192.731.213,47</b>	<b>358.284.168,78</b>	<b>165.552.955,31</b>	<b>85,90</b>
<b>PRECATÓRIOS DE FORNECEDORES NACIONAIS - REGIME ORDINÁRIO</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL</b>	<b>192.731.213,47</b>	<b>358.284.168,78</b>	<b>165.552.955,31</b>	<b>85,90</b>

FONTE: Balancete Consolidado - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

#### d) Obrigações Fiscais

Compreendem as obrigações das entidades relativas a impostos, taxas e contribuições.

Em 2025, o saldo total das Obrigações Fiscais, que ficou pendente de pagamento, foi no valor de R\$ 18,70, sendo que sua totalidade corresponde a obrigações fiscais com municípios, referentes a ISS a Recolher.

#### OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO

		<b>1,00</b>
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>

OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	2.662,23	0,00
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM OS MUNICÍPIOS	18,70	18,70
<b>TOTAL</b>	<b>2.680,93</b>	<b>18,70</b>

FONTE: Balancete Consolidado - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

### e) Provisões

As provisões são obrigações presentes, decorrentes de eventos passados, que, na realização dos pagamentos, se espera resultar à entidade saídas de recursos suficientes para gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Essas obrigações possuem prazo ou valor incerto, distinguindo-se dos demais passivos justamente pela incerteza sobre o prazo ou o valor do desembolso futuro necessário para a sua extinção.

As provisões devem ser reconhecidas quando estiverem presentes estes três requisitos:

- Exista uma obrigação presente, formalizada ou não, resultante de eventos passados;
- Seja provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos ou potencial de serviços para a extinção da obrigação;
- Seja possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Ao final do exercício de 2025, as provisões apresentaram saldo de R\$ 62.894.335.085,53, tendo apresentado um acréscimo de R\$ 4.575.348.376,26, o que corresponde a um percentual de aumento de 7,85%.

As provisões tratam-se, em sua maior parte, de Provisões Matemáticas Previdenciárias, que encerraram o exercício com saldo de R\$ 61.831.599.293,01, tendo sofrido um acréscimo em relação ao ano anterior no montante de R\$ 4.480.676.895,49, o que representa uma elevação percentual de 7,81%, como pode ser observado na tabela abaixo:

PROVISÕES				R\$ 1,00
PROVISÕES A LONGO PRAZO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
PROVISÕES MATEMÁTICAS PREVIDENCIÁRIAS A LONGO PRAZO	57.350.922.397,52	61.831.599.293,01	4.480.676.895,49	7,81
OUTRAS PROVISÕES A LONGO PRAZO	968.064.311,75	1.062.735.792,52	94.671.480,77	9,78
<b>TOTAL</b>	<b>58.318.986.709,27</b>	<b>62.894.335.085,53</b>	<b>4.575.348.376,26</b>	<b>7,85</b>

**f) Demais Obrigações**

Apresenta-se a seguir a composição das Demais Obrigações com saldo em 31 de dezembro de 2025.:

**DEMAIS OBRIGAÇÕES - CURTO PRAZO****R\$ 1,00**

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
<b>VALORES RESTITUÍVEIS</b>	<b>1.649.039.740,84</b>	<b>1.696.004.628,66</b>	<b>46.964.887,82</b>	<b>2,85</b>
CONSIGNAÇÕES	231.221.006,39	123.726.427,91	-107.494.578,48	-46,49
DEPOSITOS JUDICIAIS	255.394,39	327.622,70	72.228,31	28,28
DEPOSITOS NAO JUDICIAIS	1.246.239.745,16	1.273.494.955,53	27.255.210,37	2,19
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	2.775,73	2.775,73	0,00	0,00
VALORES RESTITUÍVEIS - INTRA OFSS	84.084.866,55	199.235.705,22	115.150.838,67	136,95
VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS - UNIÃO	74.394.813,10	83.333.665,72	8.938.852,62	12,02
VALORES RESTITUÍVEIS - INTER ESTADO	3.590,15	3.590,15	0,00	0,00
VALORES RESTITUIVEIS - INTER OFSS - MUNICIPIOS	12.837.549,37	15.879.885,70	3.042.336,33	23,70
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO</b>	<b>2.244.842.090,19</b>	<b>1.823.686.114,43</b>	<b>-421.155.975,76</b>	<b>-18,76</b>
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.445.457,08	3.068.526,31	-5.376.930,77	-63,67
CONVENIOS A PAGAR	500.000,00	706.928,00	206.928,00	41,39
SUBVENÇÕES A PAGAR	12.464.379,55	27.426.604,86	14.962.225,31	120,04
CONSÓRCIOS A PAGAR	950.000,00	0,00	-950.000,00	-100,00
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.114.928,94	14.693.855,49	9.578.926,55	187,27
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO- INTRA OFSS	2.217.367.324,62	1.777.790.199,77	-439.577.124,85	-19,82
<b>TOTAL</b>	<b>3.893.881.831,03</b>	<b>3.519.690.743,09</b>	<b>-374.191.087,94</b>	<b>-9,61</b>

FONTE: Balancete Consolidado - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Na tabela acima observa-se uma diminuição das Demais Obrigações de Curto Prazo no montante de R\$ 374,19 milhões que, em valores percentuais, representa um decréscimo de 9,61% em relação ao ano anterior.

A conta de Valores Restituíveis – Intra OFSS sofreu o maior acréscimo em relação a 2024, com variação nominal de R\$ 115,15 milhões, o que, em valores percentuais, representa um aumento de 136,95%.

A conta Outras Obrigações a Curto Prazo – Intra OFSS, por sua vez, foi a conta



com maior variação negativa, apresentando decréscimo de aproximadamente R\$ 439,58 milhões, o que equivale a uma diminuição de 19,82% em relação ao ano anterior.

Não havia outras obrigações de longo prazo registradas no Passivo Não Circulante ao final do exercício de 2025.

### 12.1.3.3 Patrimônio Líquido

A situação patrimonial líquida é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações, reconhecida no Balanço Patrimonial como Patrimônio Líquido. A situação patrimonial líquida pode ser um montante positivo ou negativo.

Integram o patrimônio líquido, o patrimônio ou capital social, reservas de capital, ajustes de avaliação patrimonial, reservas de lucros, demais reservas, ações em tesouraria, resultados acumulados e outros desdobramentos.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO				R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
<b>PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL</b>	<b>167.828.296,94</b>	<b>0,00</b>	<b>-167.828.296,94</b>	<b>-100,00</b>
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	167.828.296,94	0,00	-167.828.296,94	-100,00
<b>RESERVAS DE CAPITAL</b>	<b>1.008,80</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.008,80</b>	<b>-100,00</b>
CORREÇÃO MONETÁRIA DO CAPITAL REALIZADO	1.008,80	0,00	-1.008,80	-100,00
<b>DEMAIS RESERVAS</b>	<b>4.117.904,44</b>	<b>0,00</b>	<b>-4.117.904,44</b>	<b>-100,00</b>
RESERVA DE REAVALIAÇÃO	4.117.904,44	0,00	-4.117.904,44	-100,00
<b>RESULTADOS ACUMULADOS</b>	<b>-31.607.341.536,95</b>	<b>-29.674.261.853,30</b>	<b>1.933.079.683,65</b>	<b>-6,12</b>
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	-31.451.538.572,42	-29.674.261.853,30	1.777.276.719,12	5,65
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	-155.802.964,53	0,00	155.802.964,53	-100,00
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>-31.435.394.326,77</b>	<b>-29.674.261.853,30</b>	<b>1.761.132.473,47</b>	<b>-5,60</b>

FONTE: Balanço Patrimonial - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/MA

Em 2025, houve um aumento da situação patrimonial líquida em 1,76 bilhões, o que representa, em valores percentuais, uma variação positiva de 5,60% em relação ao ano anterior. Esse acréscimo provém, principalmente, da diminuição dos resultados deficitários acumulados, que variaram positivamente em R\$ 1,77 bilhões, o que representa, em valores percentuais, uma elevação de 5,65% em relação ao registrado ao final do exercício de 2024.

## 12.2 Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)

A Demonstração das Variações Patrimoniais é um demonstrativo contábil, exigido pela Lei Federal n.º 4.320/64, que tem o objetivo de evidenciar variações ocorridas no patrimônio da entidade do setor público durante o exercício financeiro. Além das variações patrimoniais, a DVP evidencia também o resultado patrimonial do exercício resultante da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.

Segundo o Art. 104 da Lei Federal nº 4.320/1964, a Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

A Demonstração das Variações Patrimoniais será elaborada utilizando-se as classes 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas) e 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.

As alterações verificadas no patrimônio consistem nas variações quantitativas e qualitativas. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem a situação líquida patrimonial. Já as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar a situação líquida patrimonial.

### DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$ 1,00

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR %
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>102.525.923.039,51</b>	<b>140.859.862.280,80</b>	<b>38.333.939.241,29</b>	<b>37,39</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	13.180.164.394,94	15.170.365.183,01	1.990.200.788,07	15,10
CONTRIBUIÇÕES	2.130.021.465,51	2.360.213.727,60	230.192.262,09	10,81
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	260.513.442,07	324.301.071,28	63.787.629,21	24,49
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	1.188.216.894,07	1.408.525.769,93	220.308.875,86	18,54
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	81.101.854.593,77	94.528.827.928,67	13.426.973.334,90	16,56
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	2.542.735.860,25	2.043.045.130,71	-499.690.729,54	-19,65
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.122.416.388,90	25.024.583.469,60	22.902.167.080,70	1.079,06
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>95.322.817.071,53</b>	<b>139.119.971.838,78</b>	<b>43.797.154.767,25</b>	<b>45,95</b>
PESSOAL E ENCARGOS	10.722.807.475,98	11.745.298.193,58	1.022.490.717,60	9,54
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	3.802.864.953,34	4.196.331.784,88	393.466.831,54	10,35

USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	6.955.613.070,01	8.079.597.201,44	1.123.984.131,43	16,16
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	280.782.829,18	2.104.067.483,43	1.823.284.654,25	649,36
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	67.425.049.174,35	80.297.311.528,49	12.872.262.354,14	19,09
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	4.040.853.766,62	4.888.369.185,11	847.515.418,49	20,97
TRIBUTÁRIAS	359.816.110,39	413.990.103,34	54.173.992,95	15,06
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	1.735.029.691,66	27.395.006.358,51	25.659.976.666,85	1.478,94
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>7.203.105.967,98</b>	<b>1.739.890.442,02</b>	<b>-5.463.215.525,96</b>	<b>-75,85</b>

FONTE: Demonstração das Variações Patrimoniais - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Em 2025 o resultado patrimonial foi apurado no montante aproximado de R\$ 1,74 bilhão, apresentando uma redução de 75,85% em relação ao ano anterior. Isso se deve, principalmente, pelo aumento expressivo das Outras Variações Patrimoniais Diminutivas, no valor aproximado de R\$ 25,66 bilhões, o que representa uma variação de 1.478,94% em relação a 2024, nesse grupo de contas encontram-se os auxílios a pesquisadores, provisões matemáticas previdenciárias, incentivos, indenizações e restituições, dentre outras.

Outra conta que teve elevação relevante no período foi Transferências e Delegações Concedidas, que compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas, no montante de R\$ 12,87 bilhões.

Além disso, a conta Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras também apresentou variação percentual expressiva, com um aumento de 649,36% em relação ao apurado em 2024.

## 12.2.1 Estrutura das Variações Patrimoniais

### 12.2.1.1 Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações patrimoniais aumentativas apresentam os valores reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, registrados com base na ocorrência do fato gerador. As principais contas que compõem as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) estão a seguir detalhadas.

### a) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria:

Compreendem toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. São exemplos: ICMS, IPVA, ITCMD, taxa de fiscalização de vigilância sanitária, contribuição de melhoria pela expansão da rede de água potável e esgoto sanitário, etc.

#### IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA

				R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
<b>IMPOSTOS</b>	<b>12.496.493.656,14</b>	<b>14.213.321.835,66</b>	<b>1.716.828.179,52</b>	<b>13,74</b>
IMPOSTO SOBRE A RENDA E PROVENTOS DE QUALQUER NATUREZA	1.449.452.575,66	1.612.521.630,52	163.069.054,86	11,25
ITCMD	64.249.243,42	99.256.893,01	35.007.649,59	54,49
IPVA	998.867.037,86	1.105.400.435,22	106.533.397,36	10,67
ICMS	13.868.031.861,98	15.811.113.530,91	1.943.081.668,93	14,01
(-) DEDUÇÕES	-3.884.107.062,78	-4.414.970.654,00	-530.863.591,22	13,67
<b>TAXAS</b>	<b>683.670.738,80</b>	<b>957.043.347,35</b>	<b>273.372.608,55</b>	<b>39,99</b>
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	2.027.313,65	1.875.999,42	-151.314,23	-7,46
TAXA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL	16.560.087,77	189.482.409,17	172.922.321,40	1.044,21
TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVO	290.466.147,69	352.922.900,54	62.456.752,85	21,50
TAXA DE FISCALIZAÇÃO SOBRE SERVIÇOS PÚBLICOS DE SANEAMENTO BÁSICO - AGESAN	670.361,88	521.531,14	-148.830,74	-22,20
EMOLUMENTOS E CUSTAS JUDICIAIS	344.414.189,71	382.649.450,72	38.235.261,01	11,10
EMOLUMENTOS E CUSTAS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVAS	23.511.316,27	24.314.007,08	802.690,81	3,41
TAXA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO	9.150.905,31	8.483.587,33	-667.317,98	-7,29
OUTRAS TAXAS PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	624.054,91	1.666.651,49	1.042.596,58	167,07
(-) DEDUÇÕES	-3.753.638,39	-4.873.189,54	-1.119.551,15	29,83
<b>TOTAL</b>	<b>13.180.164.394,94</b>	<b>15.170.365.183,01</b>	<b>1.990.200.788,07</b>	<b>15,10</b>

FONTE: Demonstração das Variações Patrimoniais - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Como pode ser observado na tabela acima, as variações patrimoniais aumentativas, decorrentes de impostos, taxas e contribuições de melhoria, apresentaram elevação de R\$ 1,99 bilhão, ou, em termos percentuais, 15,10%, em relação ao exercício anterior, o que decorre do aumento na arrecadação desses tributos por parte do Estado.

O tributo que apresentou maior elevação, em termos nominais, foi o ICMS, com aumento de R\$ 1,94 bilhão em sua arrecadação, ou 14,01%, em relação a 2024.

Em termos percentuais, a Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental, apresentou o maior aumento, de 1.044,21% em relação à arrecadação do exercício anterior, o que, em termos nominais, corresponde a um incremento de R\$ 172.922.321,40.

#### **b) Exploração e vendas de bens, serviços e direitos:**

Compreende o somatório das variações patrimoniais com a exploração do patrimônio imobiliário do Estado, compensações financeiras, serviço de saúde, serviços financeiros, dentre outros.

A conta com maior variação nominal em relação ao ano de 2024, foi a de Compensações Financeiras, apresentando aumento no montante de R\$ 37.443.194,38, o que equivale a uma elevação percentual de 86,25%.

Outra conta com variação positiva relevante, foi a de Prestação De Serviços Complementares, cujo aumento percentual foi de 100% em relação a 2024, o que em valores nominais representa um acréscimo aproximado de 15,43 milhões.

A variação total verificada na exploração e venda de bens, serviços e direitos sofreu foi de R\$ 63,76 milhões, ou 24,48%, em relação aos valores apresentados no exercício anterior, conforme pode ser verificado na tabela a seguir.:

#### **EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS**

				<b>R\$ 1,00</b>
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>VARIAÇÃO</b>	<b>VAR. %</b>
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	1.709.672,34	510.518,18	-1.199.154,16	-70,14
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES	0,00	15.426.220,16	15.426.220,16	100,00
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	43.411.659,01	80.854.853,39	37.443.194,38	86,25
SERVICOS DE SAUDE	200.720.475,20	209.169.567,20	8.449.092,00	4,21
SERVIÇOS EDUCACIONAIS	3.474.870,93	3.391.693,65	-83.177,28	-2,39
SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE ÁGUA	0,00	2.750.833,84	2.750.833,84	100,00
SERVIÇOS FINANCEIROS	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS PROVENIENTES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	11.196.764,59	12.170.875,75	974.111,16	8,70

<b>TOTAL</b>	<b>260.513.442,07</b>	<b>324.274.562,17</b>	<b>63.761.120,10</b>	<b>24,48</b>
--------------	-----------------------	-----------------------	----------------------	--------------

FONTE: Demonstração das Variações Patrimoniais - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

### Valorização e ganho com ativo ou baixa de passivo:

Este grupo de contas que compõem as variações patrimoniais aumentativas, nos informa que houve ingresso de bens e créditos a receber ou desincorporação de passivos, estando detalhado na tabela abaixo:

#### VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR %
<b>REAVALIAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>97.778.295,16</b>	<b>163.027.134,64</b>	<b>65.248.839,48</b>	<b>66,73</b>
REAVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	97.778.295,16	163.027.134,64	65.248.839,48	66,73
<b>GANHOS COM ALIENAÇÃO</b>	<b>1.673.461,71</b>	<b>112.100,00</b>	<b>-1.561.361,71</b>	<b>-93,30</b>
GANHO LÍQUIDO COM A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.384.670,00	112.100,00	-1.272.570,00	-91,90
GANHO LÍQUIDO COM A ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	288.791,71	0,00	-288.791,71	-100,00
<b>GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS</b>	<b>1.380.183.925,82</b>	<b>1.486.810.432,21</b>	<b>106.626.506,39</b>	<b>7,73</b>
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS	0,00	414.404,23	414.404,23	100,00
INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	1.044.654.740,56	1.391.635.599,53	346.980.858,97	33,21
INSCRIÇÃO DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA	178.254.157,14	12.550.551,19	-165.703.605,95	-92,96
INCORPORAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	6.270.446,34	0,00	-6.270.446,34	-100,00
INCORPORAÇÃO DE BENS MÓVEIS	145.740.058,70	71.888.322,67	-73.851.736,03	-50,67
INCORPORAÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO	5.264.523,08	10.321.546,49	5.057.023,41	96,06
OUTRAS INCORPORAÇÕES DE ATIVO	0,00	8,10	8,10	100,00
<b>GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS</b>	<b>1.063.100.177,56</b>	<b>391.476.058,52</b>	<b>-671.624.119,04</b>	<b>-63,18</b>
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.063.100.177,56	391.476.058,52	-671.624.119,04	-63,18
<b>REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL</b>	<b>0,00</b>	<b>1.619.405,34</b>	<b>1.619.405,34</b>	<b>100,00</b>
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL DE BENS MÓVEIS	0,00	1.619.405,34	1.619.405,34	100,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.542.735.860,25</b>	<b>2.043.045.130,71</b>	<b>-499.690.729,54</b>	<b>-19,65</b>

FONTE: Demonstração das Variações Patrimoniais - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Dentre as principais variações negativas estão os Ganhos com Desincorporação de Passivos que sofreram diminuição de 671,62 milhões, o que representa um percentual de variação negativa de 63,18%. Outra conta que teve uma variação negativa relevante no exercício de 2025, foi a de incorporação de dívida ativa não

tributária, que decresceu em 92,96%, ou R\$ 165,70 milhões, em relação a 2024.

Por outro lado, a reavaliação de bens imóveis teve um crescimento de 66,73% em relação ao ano anterior, que em valores nominais, representa um aumento de R\$ 65.248.839,48. A Incorporação de Dívida Ativa Tributária também apresentou acréscimo relevante em relação ao ano anterior, com uma variação positiva de R\$ 346,98 milhões, ou 33,21%, em relação ao ano anterior.

### c) Transferências e Delegações recebidas:

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições Multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios, transferências do exterior e execuções orçamentárias delegadas.

#### TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

				R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	59.980.872.329,31	73.412.797.628,05	13.431.925.298,74	22,39
TRANSFERÊNCIAS INTER GVERNAMENTAIS	20.558.334.153,02	21.064.981.456,33	506.647.303,31	2,46
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES PRIVADAS	523.391.783,01	32.880.025,47	-490.511.757,54	-93,72
TRANSFERÊNCIAS DAS INSTITUIÇÕES MULTIGOVERNAMENTAIS	18.347.150,72	10.116.401,76	-8.230.748,96	-44,86
TRANSFERÊNCIAS DO EXTERIOR	15.082.151,47	0,00	-15.082.151,47	-100,00
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	5.827.026,24	8.052.417,06	2.225.390,82	38,19
<b>TOTAL</b>	<b>81.101.854.593,77</b>	<b>94.528.827.928,67</b>	<b>13.426.973.334,90</b>	<b>16,56</b>

FONTE: Demonstração das Variações Patrimoniais - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

No exercício de 2025, as transferências recebidas tiveram um acréscimo de aproximadamente R\$ 13,43 bilhões que, em termos percentuais, representa um aumento de 16,56% em relação ao ano anterior.

Em valores nominais, os maiores aumentos são advindos das Transferências Intragovernamentais, que sofreram elevação de R\$ 13,43 bilhões, ou 22,39%, bem como das Transferências Inter Governamentais, que apresentaram aumento aproximado de R\$ 506,65 milhões, o que representa um acréscimo de 38,19% em relação a 2024.

Por outro lado, as Transferências de Instituições Privadas demonstraram a maior variação negativa, de R\$ 503,22 milhões, em relação ao exercício anterior, o que corresponde a um decréscimo percentual de 93,72%.

### 12.2.1.2 Variações Patrimoniais Diminutivas

Assim como ocorre com as variações patrimoniais aumentativas, as diminutivas apresentam os valores reconhecidos pelo regime de competência, com base no fato gerador. Demonstraremos a seguir a composição das principais contas que compõem as variações patrimoniais diminutivas.

#### a) Pessoal e Encargos

Esta linha da DVP representa o valor das variações resultantes da remuneração do pessoal ativo civil e militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis, estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

#### PESSOAL E ENCARGOS

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
<b>REMUNERAÇÃO A PESSOAL</b>	<b>9.120.503.085,27</b>	<b>10.066.794.845,28</b>	<b>946.291.760,01</b>	<b>10,38</b>
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - RPPS	7.134.647.374,39	7.721.631.630,87	586.984.256,48	8,23
Remuneração a Pessoal Ativo Civil - RGPS	692.356.494,82	933.524.409,40	241.167.914,58	34,83
Remuneração a Pessoal Ativo Militar - RPPS	1.293.499.216,06	1.411.638.805,01	118.139.588,95	9,13
<b>ENCARGOS PATRONAIS</b>	<b>1.550.021.751,30</b>	<b>1.652.375.182,00</b>	<b>102.353.430,70</b>	<b>6,60</b>
ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	1.177.796.213,88	1.231.194.690,67	53.398.476,79	4,53
ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	372.202.937,73	421.149.475,74	48.946.538,01	13,15
ENCARGOS PATRONAIS - FGTS	22.599,69	31.015,59	8.415,90	37,24



<b>BENEFÍCIOS A PESSOAL</b>	<b>229.352,35</b>	<b>431.802,86</b>	<b>202.450,51</b>	<b>88,27</b>
BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	189.351,38	235.735,29	46.383,91	24,50
BENEFÍCIOS A PESSOAL - RGPS	0,00	132.025,56	132.025,56	0,00
BENEFÍCIOS A PESSOAL - MILITAR	40.000,97	64.042,01	24.041,04	60,10
<b>OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS</b>	<b>52.053.287,06</b>	<b>25.696.363,44</b>	<b>-26.356.923,62</b>	<b>-50,63</b>
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	52.053.287,06	25.696.363,44	-26.356.923,62	-50,63
<b>TOTAL</b>	<b>10.722.807.475,98</b>	<b>11.745.298.193,58</b>	<b>1.022.490.717,60</b>	<b>9,54</b>

FONTE: Demonstração das Variações Patrimoniais - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

No exercício de 2025, as variações patrimoniais diminutivas com pessoal e encargos, apresentaram aumento de aproximadamente R\$ 1,02 bilhões em comparação com o exercício de 2024, o que corresponde a um aumento percentual de 9,54%.

O grupo de contas com o maior aumento, foi o de Remuneração a Pessoal, registrando um aumento de R\$ 946,29 milhões, o que equivale a uma variação positiva de 10,38%. Dentro desse grupo o maior crescimento nominal de despesa com remuneração de pessoal foi registrado na conta de Remuneração a Pessoal Ativo Civil – RPPS, com variação positiva de R\$ 586,98 milhões, o que corresponde a 34,83% de aumento em relação a 2024.

A conta Encargos Patronais também apresentou aumento significativo, registrando variação positiva de R\$ 102,35 milhões, ou 6,60%, em relação ao ano anterior.

## **b) Benefícios Previdenciários e Assistenciais**

Compreendem o somatório das variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social – RPPS e do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, bem como as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, a garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e a universalização dos direitos sociais.

Demonstramos, na planilha abaixo, a composição desse grupo de contas, comparando as variações patrimoniais diminutivas dos exercícios de 2025 e 2024.

**BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS**

				R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
APOSENTADORIAS E REFORMAS	2.870.863.317,27	3.164.146.063,15	293.282.745,88	10,22
PENSÕES	808.666.122,98	861.259.739,03	52.593.616,05	6,50
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	123.335.513,09	170.925.982,70	47.590.469,61	38,59
<b>TOTAL</b>	<b>3.802.864.953,34</b>	<b>4.196.331.784,88</b>	<b>393.466.831,54</b>	<b>10,35</b>

FONTE: Demonstração das Variações Patrimoniais - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

**c) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo:**

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que são registrados em grupo específico (despesas de pessoal e encargos). Compreende: diárias, material de consumo, material de distribuição gratuita, passagens e despesas com locomoção, serviços de terceiros, arrendamento mercantil operacional, aluguel, depreciação, amortização, exaustão, entre outras.

Demonstramos, na planilha abaixo, a composição desse grupo de contas e o comparativo das variações patrimoniais diminutivas entre os exercícios de 2025 e 2024:

**USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO**

				R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	405.262.771,10	447.232.359,35	41.969.588,25	10,35614205
SERVIÇOS	6.335.720.476,35	7.372.969.667,49	1.037.249.191,14	16,37144813
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	214.629.822,56	259.395.174,60	44.765.352,04	20,85700464
<b>TOTAL</b>	<b>6.955.613.070,01</b>	<b>8.079.597.201,44</b>	<b>1.123.984.131,43</b>	<b>16,15938265</b>

FONTE: Demonstração das Variações Patrimoniais - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

**e) Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras**

Compreende as variações patrimoniais diminutivas com operações financeiras, tais como: juros incorridos, descontos concedidos, comissões, despesas bancárias e correções monetárias.

Demonstramos, na planilha abaixo, a composição desse grupo de contas comparando as variações ocorridas nos exercícios de 2025 em comparação com 2024:

**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS****R\$ 1,00**

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	261.749.649,97	2.099.475.000,35	1.837.725.350,38	702,09
JUROS E ENCARGOS DE MORA	17.721.562,60	4.592.483,08	-13.129.079,52	-74,09
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	1.311.616,61	0,00	-1.311.616,61	-100,00
<b>TOTAL</b>	<b>280.782.829,18</b>	<b>2.104.067.483,43</b>	<b>1.823.284.654,25</b>	<b>649,36</b>

FONTE: Demonstração das Variações Patrimoniais - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

**f) Transferências e Delegações concedidas**

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios, transferências ao exterior e execuções orçamentárias delegadas.

Demonstramos, na tabela abaixo, a composição desse grupo de contas comparando as variações ocorridas nos exercícios de 2025 e 2024:

**TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS****R\$ 1,00**

	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	59.977.900.076,25	73.412.797.628,05	13.434.897.551,80	22,40
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	5.699.852.672,31	5.716.812.463,92	16.959.791,61	0,30
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	1.724.730.796,57	1.161.549.268,85	-563.181.527,72	-32,65
TRANSFERÊNCIAS AO EXTERIOR	22.565.575,96	6.152.167,67	-16.413.408,29	-72,74
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	53,26	0,00	-53,26	-100,00
<b>TOTAL</b>	<b>67.425.049.174,35</b>	<b>80.297.311.528,49</b>	<b>12.872.262.354,14</b>	<b>19,09</b>

FONTE: Demonstração das Variações Patrimoniais - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

**g) Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos:**

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas

com desvalorização e perdas de ativos, nos casos de reavaliação, redução a valor recuperável, provisões para perdas, perdas com alienação de ativos e perdas involuntárias. Abrange, ainda, a variação patrimonial diminutiva com incorporação de passivo e desincorporação de ativos, como por exemplo a desincorporação da dívida.

Demonstramos na planilha abaixo a composição desse grupo de contas comparando os exercícios de 2025 em comparação com 2024:

#### DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	1.140.813.005,50	1.051.055.890,23	-89.757.115,27	-7,87
PERDAS INVOLUNTÁRIAS	118.520.319,80	10.438.519,06	-108.081.800,74	-91,19
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.496.478.315,48	1.981.109.751,50	484.631.436,02	32,38
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.285.042.125,84	1.845.765.024,32	560.722.898,48	43,63
<b>TOTAL</b>	<b>4.040.853.766,62</b>	<b>4.888.369.185,11</b>	<b>847.515.418,49</b>	<b>20,97</b>

FONTE: Demonstração das Variações Patrimoniais - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

A principal variação negativa em 2025, corresponde ao grupo de contas “Perdas Involuntárias”, no valor de R\$ 108,08 milhões, o que corresponde, em valores percentuais, a um decréscimo de 91,19% em relação a 2024, e provém da variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas de créditos e de investimentos e aplicações temporários.

O grupo de contas “Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas”, também apresenta um decréscimo significativo no exercício de 2025, no montante aproximado de R\$ 89,76 milhões, sendo essa redução proveniente das perdas com imobilizado e outras perdas involuntárias.

#### h) Outras Variações patrimoniais diminutivas:

Refere-se a todo o restante de variação que não está inclusa nas variações específicas. Neste grupo de contas encontram-se os auxílios a pesquisadores, provisões matemáticas previdenciárias, incentivos, indenizações e restituições, dentre outras.

Nesse grupo a maior variação ocorreu nas Variações Patrimoniais Diminutivas de Constituição de Provisões, que correspondem integralmente à Provisão Matemática Atuarial Previdenciária, no montante de R\$ 26.649.110.453,50, um valor superior ao cálculo atuarial do exercício anterior, com uma variação de aproximadamente R\$ 25,45

bilhões, ou 2.120,38%:

#### OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
PREMIAÇÕES	84.317.635,63	41.839.870,80	-42.477.764,83	-50,38
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPAÇÕES	212,42	373.407.083,99	373.406.871,57	175.787.059,40
INCENTIVOS	101.851.161,76	146.648.405,61	44.797.243,85	43,98
VPD DE CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES	1.200.206.275,71	26.649.110.453,50	25.448.904.177,79	2.120,38
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	348.654.406,14	184.000.544,61	-164.653.861,53	-47,23
<b>TOTAL</b>	<b>1.735.029.691,66</b>	<b>27.395.006.358,51</b>	<b>25.659.976.666,85</b>	<b>1.478,94</b>

FONTE: Demonstração das Variações Patrimoniais - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Destaca-se que, encaminhamos, anexo a esta nota explicativa, o estudo atuarial que autorizou o lançamento da provisão matemática atuarial, cuja contabilização é regulamentada por instrução do Ministério da Previdência.

#### i) Resultado Patrimonial

O Resultado Patrimonial é a diferença entre o total das Variações Patrimoniais Aumentativas e as Variações Patrimoniais Diminutivas, conforme demonstramos na planilha abaixo.

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para o ente, e puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para o ente, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

#### RESULTADO PATRIMONIAL

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	102.525.923.039,51	140.859.862.280,80	38.333.939.241,29	37,39
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	95.322.817.071,53	139.119.971.838,78	43.797.154.767,25	45,95
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>7.203.105.967,98</b>	<b>1.739.890.442,02</b>	<b>-5.463.215.525,96</b>	<b>-75,85</b>

FONTE: Demonstração das Variações Patrimoniais - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

O Resultado Patrimonial apurado em 2025 foi superavitário em aproximadamente R\$ 1,74 bilhões, conforme demonstrado na tabela acima. Porém, o resultado patrimonial do exercício, sofreu diminuição de R\$ 5,46 bilhões, o que corresponde, em valores percentuais, a um decréscimo de 76,67% em relação ao exercício de 2025.

### **12.3. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)**

A DFC permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

Apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, permitindo aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados.

Composto de quadro único, demonstrando de forma detalhada: Transferências Recebidas e Concedidas, Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função, e Juros e Encargos da Dívida.

#### **a) Fluxo de caixa das atividades operacionais:**

Em 2025 o Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais, apresentou decréscimo de R\$ 259,82 milhões, saindo de R\$ 6,57 bilhões em 2024 para R\$ 6,31 bilhões em 2025.

O fluxo de caixa líquido das atividades é resultante da diferença entre os ingressos, que apresentaram montante aproximado de R\$ 112,79 bilhões, e os desembolsos, que apresentaram montante de aproximadamente R\$ 106,48 bilhões, conforme demonstrado na tabela abaixo:

#### **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

R\$

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
<b>Ingressos</b>	<b>97.764.722.922,57</b>	<b>112.789.906.207,90</b>	<b>15.025.183.285,33</b>	<b>15,37</b>
Receitas derivadas e originárias	14.024.493.960,51	16.332.808.593,73	2.308.314.633,22	16,46
Transferências correntes recebidas	18.099.851.799,68	18.719.357.932,04	619.506.132,36	3,42
Outros ingressos operacionais	65.640.377.162,38	77.737.739.682,13	12.097.362.519,75	18,43
<b>Desembolsos</b>	<b>91.192.671.778,15</b>	<b>106.477.675.262,39</b>	<b>15.285.003.484,24</b>	<b>16,76</b>
Pessoal e demais despesas	21.713.583.025,64	24.148.450.221,28	2.434.867.195,64	11,21
Juros e encargos da dívida	261.749.649,97	299.889.205,06	38.139.555,09	14,57
Transferências concedidas	3.550.907.907,34	4.334.839.443,95	783.931.536,61	22,08
Outros desembolsos operacionais	65.666.431.195,20	77.694.496.392,10	12.028.065.196,90	18,32
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO</b>	<b>6.572.051.144,42</b>	<b>6.312.230.945,51</b>	<b>-259.820.198,91</b>	<b>-3,95</b>

FONTE: Demonstração das Variações Patrimoniais - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

A maior variação dentre os fluxos operacionais pode ser observada nos Outros Ingressos Operacionais, que apresentou aumento aproximado de R\$ 12,10 bilhões, ou 18,43%, em relação ao ano anterior. Tal grupo comporta os demais ingressos operacionais que não se enquadram como receitas derivadas (tributos) e originárias (aluguéis, tarifas, etc.), nem se originam do recebimento de transferências correntes.

Dentre os desembolsos, o grupo que possui maior variação é Outros Desembolsos Operacionais, com elevação nominal de R\$ 12,03 bilhões, aproximadamente, o que corresponde a uma variação positiva de 18,32% em relação a 2024. Esses desembolsos referem-se a pagamentos relacionados a atividades funcionais da empresa que não se enquadram diretamente em Pessoal, Juros e Encargos ou Transferências Concedidas, incluem itens como despesas administrativas, custos de manutenção e pagamentos extraorçamentários.

#### **b) Fluxo de caixa das atividades de investimentos**

No exercício de 2025, as atividades de Investimentos movimentaram R\$ 96,55 milhões em ingressos e R\$ 5,13 bilhões em desembolsos, resultando em déficit nos fluxos de caixa das atividades de investimentos, no valor de R\$ 5,03 bilhões, impactado, principalmente, pelas aquisições de ativos não circulantes, conforme demonstrado na tabela abaixo:

#### **FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO**

				<b>R\$ 1,00</b>
DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %

<b>Ingressos</b>	<b>186.684.042,24</b>	<b>96.546.821,51</b>	<b>-90.137.220,73</b>	<b>-48,28</b>
Alienação de bens	3.668.844,50	1.875.340,74	-1.793.503,76	-48,88
Amortização de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	183.015.197,74	94.671.480,77	-88.343.716,97	-48,27
<b>Desembolsos</b>	<b>3.257.459.869,38</b>	<b>5.129.337.965,46</b>	<b>1.871.878.096,08</b>	<b>57,46</b>
Aquisição de ativo não circulante	2.301.924.504,73	3.782.021.761,32	1.480.097.256,59	64,30
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	955.535.364,65	1.347.316.204,14	391.780.839,49	41,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO</b>	<b>-3.070.775.827,14</b>	<b>-5.032.791.143,95</b>	<b>-1.962.015.316,81</b>	<b>63,89</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Em 2025 houve um aumento do déficit de caixa em R\$ 1,96 bilhões, que corresponde a um aumento de 63,89% no déficit das atividades de investimento, em comparação ao déficit de R\$ 3,07 bilhões registrado em 2024.

### c) Fluxo de caixa das atividades de financiamento:

No exercício de 2025, as atividades de financiamento movimentaram aproximadamente R\$ 800,76 milhões em ingressos e R\$ 1,14 bilhão em desembolsos, resultando em déficit de caixa das atividades de financiamento, no valor de R\$ 342,31 milhões, conforme demonstrado na tabela abaixo:

#### FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
<b>Ingressos</b>	<b>48.138.803,14</b>	<b>800.756.494,83</b>	<b>752.617.691,69</b>	<b>1.563,43</b>
Operações crédito	48.138.803,14	800.756.494,83	752.617.691,69	1.563,43
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de capital recebidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Desembolsos</b>	<b>563.815.920,44</b>	<b>1.143.069.000,18</b>	<b>579.253.079,74</b>	<b>102,74</b>
Amortização / Refinanciamento da dívida	563.815.920,44	1.143.069.000,18	579.253.079,74	102,74
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO</b>	<b>-515.677.117,30</b>	<b>-342.312.505,35</b>	<b>173.364.611,95</b>	<b>-33,62</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Em relação ao ano anterior, houve a redução no déficit de caixa das atividades de financiamento em 33,62%, o que corresponde, em valores nominais, a R\$ 173,36 milhões. Esse crescimento decorre, principalmente, do aumento nos ingressos referentes a Operações de Crédito, que sofreram acréscimo de aproximadamente



R\$ 752,62 milhões ou, em termos percentuais, 1.563% em relação a 2024.

Destaca-se, dentre os desembolsos de amortização e refinanciamento da dívida ocorridos em 2025, o reconhecimento da amortização da reestruturação da dívida com a União, no montante de R\$ 535.800.000,00, recebido a título de compensação pela perda do ICMS, nos termos da Lei Complementares nº 194/2022 e nº 201/2023 e Nota Técnica SEI nº 3149/2023/MF.

O valor da compensação foi calculado tomando como base a variação nominal negativa entre os valores creditados a título de ICMS aos Estados e ao Distrito Federal nos meses de novembro e dezembro de 2022 e os valores que seriam creditados caso a alíquota não fosse reduzida. O Estado do Maranhão, conforme anexo da Lei Complementar 201, recebeu o montante de R\$ 535.800.000,00 milhões (quinhentos e trinta e cinco milhões e oitocentos mil reais) a título de compensação, embora não tenha ocorrido ingresso financeiro, de fato, o que ocorreu foi a quitação das parcelas de dívida com a compensação pela frustração de arrecadação do ICMS, ou seja, as receitas dessa compensação foram aplicadas para o pagamento da dívida já existente. Contudo, até 2025 não haviam sido realizados os registros, sob a ótica patrimonial, orçamentária e de controle, a fim de evidenciar adequadamente os atos e fatos da gestão, finalizando todos os registros pendentes no exercício de 2025.

#### **d) Geração líquida de caixa e equivalente de caixa**

Corresponde à soma algébrica dos fluxos operacionais, de investimentos e de financiamentos, e deve ser igual a diferença entre o saldo de caixa final e o saldo de caixa inicial.

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

#### **e) Caixa e equivalente de caixa inicial e final**

São as movimentações ocorridas a débito ou crédito nas contas bancárias, ou seja, pagamentos e recebimentos financeiros, o valor do caixa inicial que veio do exercício anterior e o saldo de caixa final que vai para o exercício seguinte.

**GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA****R\$ 1,00**

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	6.572.051.144,42	6.312.230.945,51	-259.820.198,91	-3,95
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	-3.070.775.827,14	-5.032.791.143,95	-1.962.015.316,81	63,89
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	-515.677.117,30	-342.312.505,35	173.364.611,95	-33,62
<b>TOTAL</b>	<b>2.985.598.199,98</b>	<b>937.127.296,21</b>	<b>-2.048.470.903,77</b>	<b>-68,61</b>
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	4.231.955.453,14	7.217.553.653,12	2.985.598.199,98	70,55
Caixa e Equivalente de Caixa Final	7.217.553.653,12	8.154.680.949,33	937.127.296,21	12,98
<b>TOTAL</b>	<b>2.985.598.199,98</b>	<b>937.127.296,21</b>	<b>-2.048.470.903,77</b>	<b>-68,61</b>

FONTE: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, evidencia apenas as transações que movimentaram Caixa e Equivalentes de Caixa (conta contábil 1.1.1.0.0.00.00.00.). Em relação ao ano anterior, houve decréscimo 68,61% em 2025, o que corresponde, em valores nominais, a aproximadamente R\$ 2,05 bilhões, na Geração Líquida de Caixa.

Destaca-se que essa queda foi ocasionada pelo aumento dos desembolsos para investimento sem ingressos equivalentes, principalmente pela aquisição de ativo não circulante, conforme pode ser verificado no quadro dos fluxos das atividades de investimento.

**12.4 Balanço Orçamentário (BO)**

Elaborado segundo os preceitos técnico-formais estabelecidos na Lei Federal n.º 4.320, de 17 de março de 1964, com as diretrizes fixadas pela Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, e de normas posteriores regulamentadoras da matéria, bem como o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e a IPC 07 da STN. O Balanço Orçamentário tem como objetivo demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

Importante evidenciar que os valores demonstrados no Balanço Orçamentário, tanto na previsão e dotação inicial, quanto na previsão e dotação atualizada, não incluem o valor de R\$ 373.356.000,00 (trezentos e setenta e três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil reais), destinado ao orçamento de investimento das empresas

estatais independentes, que não operam no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF. As fontes de receita para cobertura das despesas do Orçamento de Investimento das empresas são decorrentes das receitas diretamente arrecadadas por elas, de recursos destinados ao aumento do capital social e de operações de crédito (conforme Art. 11 da LOA).

Assim, o montante previsto de receita e despesa na LOA para o exercício de 2025, de R\$ 33.056.633.600,00 (trinta e três bilhões, cinquenta e seis milhões, seiscentos e trinta e três mil e seiscentos reais), fica ajustado para R\$ 32.683.277.600,00 (trinta e dois bilhões, seiscentos e oitenta e três milhões, duzentos e setenta e sete mil e seiscentos reais).

Este valor corresponde aos recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, executados no SIGEF.

A LOA, em seu Art. 5º, autoriza o poder Executivo a abrir créditos suplementares até limite de 50% do valor fixado, mediante a utilização de recursos provenientes de:

- I - Superávit financeiro, apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - Excesso de arrecadação;
- III - Anulação parcial de dotações orçamentárias autorizadas por lei;
- IV - Operações de crédito.

Vale esclarecer que esta metodologia está amparada pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP.

Composição do Balanço Orçamentário:

- Quadro Principal;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP- 11ª edição), o Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que correspondem ao excesso ou insuficiência de arrecadação, apresenta também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o

exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

No momento inicial da execução orçamentária, tem-se, via de regra, o equilíbrio entre receita prevista e despesa fixada, assim, para toda despesa a ser executada deve estar amparada por uma receita prevista a ser arrecadada no exercício. Entretanto, durante o exercício, esse equilíbrio pode ser comprometido, por exemplo, pela utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, já que esse valor não pode ser demonstrado como parte da receita orçamentária do exercício de referência, uma vez que já foi reconhecido em exercício anterior, embora permaneça como disponibilidade de caixa para utilização no exercício.

Por outro lado, as despesas executadas à conta do superávit financeiro são despesas do exercício, por força legal, visto que não foram empenhadas no exercício anterior. Esse desequilíbrio também ocorre pela reabertura de créditos adicionais que aumentam a despesa fixada sem necessidade de nova arrecadação, como a abertura de crédito extraordinário.

O Balanço Orçamentário é elaborado utilizando-se as seguintes classes do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP):

- Classe 5 (Orçamento Aprovado), Grupo 2 (Previsão da Receita e Fixação da Despesa);
- Classe 6 (Execução do Orçamento), Grupo 2 (Realização da Receita e Execução da Despesa).

#### **12.4.1 Estrutura do Balanço Orçamentário**

##### **❖ RECEITAS**

###### **a) Previsão Inicial:**

Esta coluna apresenta os valores da previsão inicial das receitas, conforme consta na Lei Orçamentária Anual (LOA). Os valores registrados nessa coluna permanecerão inalterados durante todo o exercício, pois refletem a posição inicial do orçamento previsto na LOA.

O Balanço Orçamentário que compõe esta prestação de contas exclui o valor de R\$ 373.356.000,00 (trezentos e setenta e três milhões, trezentos e cinquenta e seis mil reais), referente ao orçamento de investimento, ou seja, demonstra somente

as previsões e dotações iniciais das receitas do orçamento fiscal e da seguridade social, esta metodologia está amparada pelo Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP.

Os entes que não possuem arrecadação própria deverão apresentar a coluna de previsão inicial em branco, pois a previsão inicial de recursos do Tesouro é realizada na unidade gestora do Tesouro Estadual.

**b) Previsão Atualizada:**

Apresenta os valores da previsão inicial mais as atualizações das receitas através da contabilização da reestimativa da receita, decorrente de, por exemplo, registro de excesso de arrecadação ou contratação de operações de crédito, ambas podendo ser utilizadas para abertura de créditos adicionais. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a reestimativa da receita, a coluna Previsão Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Previsão Inicial.

Os entes que não possuem arrecadação própria deverão apresentar a coluna de previsão atualizada em branco. Devendo preencher a linha Superávit Financeiro, quando houver.

**c) Dotação Atualizada:**

É dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício, mais as atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos. Se não ocorrerem eventos que ocasionem a atualização da despesa, a coluna Dotação Atualizada apresentará os mesmos valores da coluna Dotação Inicial.

**d) Receitas Realizadas:** Correspondem às receitas arrecadadas diretamente pelo órgão, ou por meio de outras instituições como exemplo, a rede bancária.

**RECEITA ORÇADA E ARRECADADA**

**R\$ 1,00**

DESCRIÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA
RECEITAS CORRENTES	30.522.984.600,00	34.671.875.968,09	4.148.891.368,09

IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	10.912.920.600,00	12.511.369.986,18	1.598.449.386,18
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.955.002.000,00	2.306.223.064,91	351.221.064,91
RECEITA PATRIMONIAL	378.053.000,00	845.346.776,94	467.293.776,94
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	13.543.000,00	33.704.623,40	20.161.623,40
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	16.831.771.000,00	18.339.067.374,36	1.507.296.374,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	431.695.000,00	636.164.142,30	204.469.142,30
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.160.293.000,00</b>	<b>973.373.901,87</b>	<b>-1.186.919.098,13</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	764.180.000,00	800.756.494,83	36.576.494,83
ALIENAÇÃO DE BENS	1.700.000,00	1.875.340,74	175.340,74
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	446.952.000,00	76.070.585,53	-370.881.414,47
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	947.461.000,00	94.671.480,77	-852.789.519,23
<b>TOTAL</b>	<b>32.683.277.600,00</b>	<b>35.645.249.869,96</b>	<b>2.961.972.269,96</b>

FONTE: Balanço Orçamentário - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

As Receitas Orçamentárias Arrecadadas no exercício de 2025, correspondem ao valor de R\$ 35,64 bilhões, sendo R\$ 34,67 bilhões em Receitas Correntes e R\$ 973,37 milhões em Receitas de Capital, observando-se um excesso de arrecadação da ordem de R\$ 2,96 bilhões, comparando-se as receitas previstas com as receitas arrecadadas, sem considerar a dedução da receita e a receita do orçamento de investimentos.

#### RECEITA REALIZADA

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>31.672.623.595,89</b>	<b>34.671.875.968,09</b>	<b>2.999.252.372,20</b>	<b>9,47</b>
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	10.909.263.631,85	12.511.369.986,18	1.602.106.354,33	14,69
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.190.387.342,85	2.306.223.064,91	115.835.722,06	5,29
RECEITA PATRIMONIAL	473.337.644,07	845.346.776,94	372.009.132,87	78,59
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	14.671.788,51	33.704.623,40	19.032.834,89	129,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.648.129.635,38	18.339.067.374,36	690.937.738,98	3,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	436.833.553,23	636.164.142,30	199.330.589,07	45,63
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>686.545.009,68</b>	<b>973.373.901,87</b>	<b>286.828.892,19</b>	<b>41,78</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	48.138.803,14	800.756.494,83	752.617.691,69	1.563,43
ALIENAÇÃO DE BENS	3.668.844,50	1.875.340,74	-1.793.503,76	-48,88
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	451.722.164,30	76.070.585,53	-375.651.578,77	-83,16
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	183.015.197,74	94.671.480,77	-88.343.716,97	-48,27
<b>TOTAL</b>	<b>32.359.168.605,57</b>	<b>35.645.249.869,96</b>	<b>3.286.081.264,39</b>	<b>10,16</b>

FONTE: Balanço Orçamentário - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

A receita total cresceu em 2025 em percentual de 10,16% em relação ao ano anterior, em valores nominais, representa um crescimento superior a R\$ 3,28 bilhões.

O crescimento da Receita Corrente ocorreu especialmente na arrecadação da Receita Tributária que sofreu um acréscimo de 14,69%, e nas Transferências Correntes, que apresentaram crescimento de R\$ 690,93 milhões, ou 3,92%, em relação a 2024.

A Receita de Capital apresentou elevação de R\$ 286,82 milhões, em sua maior parte, em decorrência do acréscimo nas Operações de Crédito, no montante aproximado de R\$ 752,62 milhões, o que corresponde a um aumento de 1.563,43% em relação ao ano anterior.

#### ❖ **DESPESAS**

- a) **Despesas Empenhadas:** Demonstra os valores das despesas empenhadas no exercício, inclusive as despesas em liquidação, liquidadas ou pagas. Considera-se despesa orçamentária executada, a despesa empenhada.
- b) **Despesas Liquidadas:** Evidência os valores das despesas liquidadas no exercício de referência, inclusive das despesas pagas. Não inclui os valores referentes à liquidação de restos a pagar não processados.
- c) **Despesas Pagas:** Demonstra os valores das despesas pagas no exercício de referência. Não inclui os valores referentes ao pagamento de restos a pagar, processados ou não processados.
- d) **Superávit:** utilizado para financiar as despesas orçamentárias do exercício corrente é a diferença positiva entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas. O superávit é apresentado junto às despesas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.
- e) **Déficit:** Corresponde à diferença negativa entre as receitas realizadas e as

despesas empenhadas. O déficit é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

#### COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A EMPENHADA

R\$ 1,00

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EMPENHADA	ECONOMIA	ECONOMIA %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>30.883.438.104,59</b>	<b>28.880.727.115,21</b>	<b>2.002.710.989,38</b>	<b>6,48</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.905.739.343,19	15.929.597.638,43	976.141.704,76	5,77
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	313.978.372,00	308.815.876,06	5.162.495,94	1,64
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.663.720.389,40	12.642.313.600,72	1.021.406.788,68	7,48
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>7.938.080.688,67</b>	<b>6.716.076.083,20</b>	<b>1.222.004.605,47</b>	<b>15,39</b>
INVESTIMENTOS	6.443.614.581,67	5.226.791.062,26	1.216.823.519,41	18,88
INVERSÕES FINANCEIRAS	346.316.608,00	346.216.020,76	100.587,24	0,03
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.148.149.499,00	1.143.069.000,18	5.080.498,82	0,44
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>19.886.556,22</b>	<b>0,00</b>	<b>19.886.556,22</b>	<b>100,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>38.841.405.349,48</b>	<b>35.596.803.198,41</b>	<b>3.244.602.151,07</b>	<b>8,35</b>

FONTE: Balanço Orçamentário - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Considerando os valores atualizados da Despesa Autorizada, em comparação com a Empenhada, em 2025, houve uma economia de despesa no total de 8,35%, ou R\$ 3,24 bilhões. A maior economia foi registrada nas Despesas Correntes que possuíam autorização de R\$ 30,88 bilhões e das quais foram realizadas apenas R\$ 28,88 bilhões, representando uma economia de R\$ 2 bilhões, ou 6,48%.

As Despesas de Capital, por sua vez, apresentaram economia de R\$ 1,22, o que representa um percentual de economia de 15,39% em relação às despesas autorizadas.

As Reservas de Contingência autorizadas não foram realizadas no exercício, e representaram um montante aproximado de R\$ 19,89 milhões de economia de despesa.

#### COMPARATIVO DA DESPESA EMPENHADA POR CATEGORIA ECONÔMICA

R\$ 1,00

CATEGORIA ECONÔMICA	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>25.466.742.234,62</b>	<b>28.880.727.115,21</b>	<b>3.413.984.880,59</b>	<b>13,41</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.396.054.790,91	15.929.597.638,43	1.533.542.847,52	10,65
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	261.749.649,97	308.815.876,06	47.066.226,09	17,98
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.808.937.793,74	12.642.313.600,72	1.833.375.806,98	16,96
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>3.923.477.508,96</b>	<b>6.716.076.083,20</b>	<b>2.792.598.574,24</b>	<b>71,18</b>
INVESTIMENTOS	3.129.216.840,29	5.226.791.062,26	2.097.574.221,97	67,03



INVERSÕES FINANCEIRAS	230.444.748,23	346.216.020,76	115.771.272,53	50,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	563.815.920,44	1.143.069.000,18	579.253.079,74	102,74
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>29.390.219.743,58</b>	<b>35.596.803.198,41</b>	<b>6.206.583.454,83</b>	<b>21,12</b>

FONTE: Balanço Orçamentário - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

No comparativo da despesa empenhada no exercício em relação ao ano anterior, observamos um crescimento de despesa no montante de 21,12%, que em valores nominais, corresponde a aproximadamente R\$ 6,21 bilhões.

Em relação às Despesas Correntes, os maiores aumentos podem ser verificados nas contas “Outras Despesas Correntes”, que apresentou elevação de R\$ 1,83 bilhão, e “Pessoal e Encargos Sociais”, com aumento de R\$ 1,53 bilhão.

Quanto às Despesas de Capital o grupo de despesa que teve maior acréscimo foi o de Investimentos, com aumento de aproximadamente R\$ 2,10 bilhões, com crescimento percentual correspondente a 67,03% em relação ao ano anterior.

As Despesas Correntes empenhadas no exercício de 2025, totalizaram R\$ 28,88 bilhões, evidenciando um aumento de 13,41%, ou aproximadamente R\$ 3,41 bilhões, em relação ao exercício de 2024. As Despesas de Capital, por sua vez, apresentaram elevação de R\$ 2,79 bilhões, com crescimento percentual equivalente a 71,18% em relação ao ano anterior.

#### **f) Créditos Adicionais:**

Crédito adicional é um reforço orçamentário que tem por objetivo atender despesas não computadas ou dotadas de forma insuficiente na Lei Orçamentária Anual (LOA).

No exercício de 2025, foram abertos Créditos Adicionais do tipo Suplementar no valor de R\$ 17,51 bilhões, conforme tabela abaixo, tendo como origem de recursos a anulação de dotação ou créditos, o superávit financeiro, operações de crédito autorizadas e o excesso de arrecadação, nos termos do §1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

#### **DEMONSTRATIVO DE CRÉDITOS INICIAIS E ADICIONAIS**

**R\$ 1,00**

<b>1. ORÇAMENTO INICIAL</b>	<b>32.683.277.600,00</b>
-----------------------------	--------------------------

<b>2. CRÉDITOS ADICIONAIS</b>	<b>17.514.994.440,27</b>
2.1 SUPLEMENTARES	17.514.994.440,27
2.2 ESPECIAIS	-
2.3 EXTRAORDINÁRIOS	-
<b>3. CRÉDITOS ANULADOS</b>	<b>-11.356.866.690,79</b>
3.1 ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES	-11.356.866.690,79
<b>4. CRÉDITO ADICIONAL QUE ALTERA O ORÇAMENTO</b>	<b>6.158.127.749,48</b>
<b>5. CRESCIMENTO EM RELAÇÃO AO CRÉDITO INICIAL</b>	<b>18,84%</b>
<b>6. ORÇAMENTO ATUALIZADO</b>	<b>38.841.405.349,48</b>

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Do total dos créditos adicionais abertos no exercício, apenas R\$ R\$ 6,15 bilhões alteram a previsão orçamentária, pois não constituem anulação de dotação, mas dotação nova.

O Art. 5º da Lei Orçamentária Anual – LOA, autoriza o poder executivo a realizar alterações no orçamento inicial até o limite de 50%. No exercício de 2025, o governo realizou alterações no orçamento inicial, sendo acrescido em aproximadamente 18,84%, consideravelmente abaixo do percentual legal estabelecido na LOA.

#### **g) Resultado Orçamentário:**

O Balanço Orçamentário de 2025 apresentou superávit de R\$ 48 milhões, ou seja, as receitas orçamentárias foram superiores às despesas orçamentárias empenhadas no exercício financeiro nesse montante, conforme pode ser verificado na tabela a seguir.

#### **RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

<b>R\$ 1,00</b>	
<b>TÍTULO</b>	<b>EXECUÇÃO</b>
1. RECEITAS CORRENTES	34.671.875.968,09
2. DESPESAS CORRENTES	28.880.727.115,21
<b>3. RESULTADO DO ORÇAMENTO CORRENTE (1-2)</b>	<b>5.791.148.852,88</b>
4. RECEITAS DE CAPITAL	973.373.901,87
5. DESPESAS DE CAPITAL	6.716.076.083,20

<b>6. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DE CAPITAL (4-5)</b>	<b>-5.742.702.181,33</b>
<b>7. RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (3+6)</b>	<b>48.446.671,55</b>

FONTE: Balanço Orçamentário - SIGEF

## 12.5 Balanço Financeiro (BF)

Evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público, demonstrando:

- A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- Os recebimentos e os pagamentos Extraorçamentários;
- As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS;
- O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício, o qual pode ser obtido por duas metodologias distintas, que conduzem ao mesmo resultado, conforme demonstrado a seguir.

1. Calculando através dos saldos de disponibilidade, através da diferença entre o saldo recebido do exercício anterior e o saldo que se transfere para o exercício seguinte:

### RESULTADO FINANCEIRO

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
Disponível do Exercício Anterior	4.231.955.453,14	7.217.553.653,12	2.985.598.199,98	70,55
Disponível para o Exercício Seguinte	7.217.553.653,12	8.154.680.949,33	937.127.296,21	12,98

<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>2.985.598.199,98</b>	<b>937.127.296,21</b>	<b>-2.048.470.903,77</b>	<b>-68,61</b>
-----------------------------	-------------------------	-----------------------	--------------------------	---------------

FONTE: Balanço Financeiro - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

## 2. Através das Receitas e Despesas Orçamentárias:

<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>				<b>R\$ 1,00</b>
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>VARIAÇÃO</b>	<b>VAR. %</b>
Receita Orçamentária	32.359.168.605,57	35.645.249.869,96	3.286.081.264,39	10,16
Despesa Orçamentária	29.390.219.743,58	35.596.803.198,41	6.206.583.454,83	21,12
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>2.968.948.861,99</b>	<b>48.446.671,55</b>	<b>-2.920.502.190,44</b>	<b>-98,37</b>
Transferências Financeiras Recebidas	59.445.362.356,93	72.163.520.194,86	12.718.157.837,93	21,39
Transferências Financeiras Concedidas	59.445.396.334,32	72.163.520.194,86	12.718.123.860,54	21,39
<b>RESULTADO DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS</b>	<b>-33.977,39</b>	<b>0,00</b>	<b>33.977,39</b>	<b>-100,00</b>
Outras Movimentações Financeiras Recebidas	26.189.328,82	34.862.865,24	8.673.536,42	33,12
Outras Movimentações Financeiras Concedidas	34.862.865,24	39.838.205,23	4.975.339,99	14,27
<b>OUTRAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>-8.673.536,42</b>	<b>-4.975.339,99</b>	<b>3.698.196,43</b>	<b>42,64</b>
Recebimentos Extraorçamentários	6.988.552.408,03	7.447.884.419,40	459.332.011,37	6,57
Pagamentos Extraorçamentários	6.963.195.556,23	6.554.228.454,75	-408.967.101,48	-5,87
<b>RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO</b>	<b>25.356.851,80</b>	<b>893.655.964,65</b>	<b>868.299.112,85</b>	<b>3.424,32</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>2.985.598.199,98</b>	<b>937.127.296,21</b>	<b>-2.048.470.903,77</b>	<b>-68,61</b>

FONTE: Balanço Financeiro - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Pelos dois métodos é possível se verificar que o resultado financeiro alcançado em 2025 foi de aproximadamente R\$ 937,13 milhões, 68,61% menor que o resultado apresentado no exercício anterior. Isso se deve, principalmente, ao Resultado Orçamentário também sofreu redução significativa em relação ao ano anterior, com decréscimo de R\$ 2,92 bilhões, o que representa uma variação negativa de 98,37%.

Importante destacar, ainda, o resultado negativo apurado em 2025 das outras movimentações financeiras, na ordem de 4,97 milhões, mas com variação positiva, em relação a 2024, de aproximadamente R\$ 3,69 milhões, ou 42,64%.

### 12.5.1 Composição do Balanço Financeiro

### a) Receitas orçamentárias

As receitas orçamentárias serão apresentadas líquidas de deduções, sendo classificadas, quanto à sua vinculação, em vinculadas e não vinculadas.

❖ **Receita vinculada:** são receitas que possuem um processo de vinculação entre a origem e destinação, em atendimento às finalidades específicas estabelecidas pela lei, como as vinculações com a Saúde, Educação, Previdência e Assistência social. Existem, ainda, ingressos de recursos em decorrência de convênios ou de contratos de empréstimos e de financiamentos. Esses recursos também são vinculados, pois foram obtidos com finalidade específica.

❖ **Receitas não vinculadas:** são as receitas de livre alocação entre a origem e a destinação, para atender a quaisquer finalidades, desde que dentro do âmbito de competência do órgão ou entidade.

O total das Receitas Orçamentárias (receitas líquidas, subtraídas as deduções), no exercício de 2025, foi de R\$ 35,65 bilhões, sendo R\$ 23,93 bilhões de receitas não vinculadas, R\$ 9,88 bilhões de receitas vinculadas (exceto RPPS) e R\$ 1,83 bilhão em receitas vinculadas ao RPPS, conforme evidenciado na tabela abaixo:

BALANÇO FINANCEIRO - INGRESSOS				R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
<b>Receita Orçamentária</b>	<b>32.359.168.605,57</b>	<b>35.645.249.869,96</b>	<b>3.286.081.264,39</b>	<b>10,16</b>
Recursos Não Vinculados	21.953.141.622,69	23.931.428.290,23	1.978.286.667,54	9,01
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)	8.655.400.687,66	9.880.253.154,69	1.224.852.467,03	14,15
Recursos Vinculados ao RPPS	1.750.626.295,22	1.833.568.425,04	82.942.129,82	4,74
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>59.445.362.356,93</b>	<b>72.163.520.194,86</b>	<b>12.718.157.837,93</b>	<b>21,39</b>
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	12.447.250.366,03	16.426.635.750,27	3.979.385.384,24	31,97
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	45.763.891.068,05	54.069.096.398,56	8.305.205.330,51	18,15
Transferências Recebidas Aportes RPPS	1.234.220.922,85	1.363.568.073,88	129.347.151,03	10,48
Transferências Recebidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	304.219.972,15	304.219.972,15	100,00
<b>Outras Movimentações Financeiras Recebidas</b>	<b>26.189.328,82</b>	<b>34.862.865,24</b>	<b>8.673.536,42</b>	<b>33,12</b>
Resgate de Investimento e Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Desbloqueios de Valores em Caixa	26.189.328,82	34.862.865,24	8.673.536,42	24,88

<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>6.988.552.408,03</b>	<b>7.447.884.419,40</b>	<b>459.332.011,37</b>	<b>6,57</b>
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	632.058.279,56	1.382.670.984,01	750.612.704,45	118,76
Inscrição de Restos a Pagar Processados	183.289.689,68	211.432.801,99	28.143.112,31	15,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.168.970.067,74	5.850.600.381,90	-318.369.685,84	-5,16
Outros Recebimentos Extraorçamentários	4.234.371,05	3.180.251,50	-1.054.119,55	-24,89
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>4.231.955.453,14</b>	<b>7.217.553.653,12</b>	<b>2.985.598.199,98</b>	<b>70,55</b>
<b>TOTAL DE INGRESSOS</b>	<b>103.051.228.152,49</b>	<b>122.509.071.002,58</b>	<b>19.457.842.850,09</b>	<b>18,88</b>

FONTE: Balanço Financeiro - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

## b) Despesas Orçamentárias

O total das Despesas Orçamentárias Empenhadas, no exercício de 2025, foi de R\$ 35,59 bilhões, sendo R\$ 25,03 bilhões de despesas empenhadas com fontes de recursos não vinculadas, R\$ 8,63 bilhões de despesas empenhadas com fontes de recursos vinculados (exceto RPPS) e R\$ 1,93 bilhões de despesas empenhadas com fontes de recursos vinculados ao RPPS.

A Despesa Orçamentária empenhada sofreu elevação de R\$ 6,21 bilhões em relação ao ano anterior, ou 21,12%, sendo os aumentos registrados para as fontes de recursos não vinculados R\$ 2,76 bilhões (23,17%), para as fontes de recursos vinculados (exceto RPPS), aproximadamente R\$ 4,71 bilhões (16,69%), e para fontes de recursos vinculados ao RPPS R\$ 261,71 bilhões (15,69%).

### BALANÇO FINANCEIRO - DISPÊNDIOS

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
<b>Despesa Orçamentária</b>	<b>29.390.219.743,58</b>	<b>35.596.803.198,41</b>	<b>6.206.583.454,83</b>	<b>21,12</b>
Recursos Não Vinculados	20.324.828.856,58	25.034.656.203,29	4.709.827.346,71	23,17
Recursos Vinculados (Exceto RPPS)	7.397.854.430,06	8.632.895.364,09	1.235.040.934,03	16,69
Recursos Vinculados ao RPPS	1.667.536.456,94	1.929.251.631,03	261.715.174,09	15,69
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>59.445.396.334,32</b>	<b>72.163.520.194,86</b>	<b>12.718.123.860,54</b>	<b>21,39</b>
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	12.446.830.531,51	16.410.770.626,27	3.963.940.094,76	31,85
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	45.764.344.879,96	54.084.961.522,56	8.320.616.642,60	18,18
Transferências Concedidas Aportes RPPS	1.234.220.922,85	1.363.568.073,88	129.347.151,03	10,48
Transferências Concedidas para o Sistema de Proteção Social dos Militares	0,00	304.219.972,15	304.219.972,15	100,00
<b>Outras Movimentações Financeiras Concedidas</b>	<b>34.862.865,24</b>	<b>39.838.205,23</b>	<b>4.975.339,99</b>	<b>14,27</b>
Transferências para Investimento e Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Bloqueios de Valores em Caixa	34.862.865,24	39.838.205,23	4.975.339,99	14,27
<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>6.963.195.556,23</b>	<b>6.554.228.454,75</b>	<b>-408.967.101,48</b>	<b>-5,87</b>

Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	397.068.236,46	510.036.646,90	112.968.410,44	28,45
Pagamento de Restos a Pagar Processados	375.167.087,19	237.905.624,41	-137.261.462,78	-36,59
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	6.081.407.237,92	5.803.635.494,08	-277.771.743,84	-4,57
Outros Pagamentos Extraorçamentários	109.552.994,66	2.650.689,36	-106.902.305,30	-97,58
<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>7.217.553.653,12</b>	<b>8.154.680.949,33</b>	<b>937.127.296,21</b>	<b>12,98</b>
<b>TOTAL DE DISPÊNDIOS</b>	<b>103.051.228.152,49</b>	<b>122.509.071.002,58</b>	<b>19.457.842.850,09</b>	<b>18,88</b>

FONTE: Balanço Financeiro - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

### **c) Transferências Recebidas e Concedidas:**

Refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta. Podem ser orçamentárias quando são efetuadas em cumprimento à execução do orçamento, que são as cotas orçamentárias, repasses e sub-repasse ou extraorçamentárias. São recursos que não se relacionam com o orçamento, em geral, decorrem da transferência de recursos relativos aos restos a pagar. Esses valores, quando observados os demonstrativos consolidados, são compensados pelas transferências financeiras concedidas.

### **d) Recebimentos Extra orçamentários:**

Compreendem os ingressos não previstos no orçamento, como por exemplo, Ingressos de recursos relativos às consignações em folha de pagamento, fianças, cauções, Inscrição de restos a pagar, dentre outros.

### **e) Pagamentos Extra orçamentários:**

Compreendem os pagamentos que não precisam se submeter ao processo de execução orçamentária, por exemplo: relativos às obrigações que representaram ingressos extraorçamentários (ex. Devolução de depósitos) e pagamentos de restos a pagar

### **f) Restos a pagar:**

Os Restos a Pagar processados permanecem inscritos pelo prazo de cinco anos, sendo cancelados ao término desse período, em razão da prescrição quinquenal, conforme previsto no Decreto Federal nº 93.872, de 1986, que estabelece o prazo prescricional para os Restos a Pagar Processados.

Os restos a pagar não processados, que foram inscritos no exercício anterior,

e não foram pagos até 31 de dezembro de 2025, foram cancelados, contudo, no exercício seguinte ao cancelamento, e poderão ser pagos como Despesas de Exercícios Anteriores.

Os restos a pagar não processados inscritos no exercício anterior e não pagos até 31 de dezembro de 2025 foram cancelados. Contudo, no exercício seguinte ao cancelamento, esses valores poderão ser pagos como Despesas de Exercícios Anteriores.

O saldo dos Restos a Pagar Processados e Não Processados em 31/12/2025 estão demonstrados, por Nota de Empenho, no Item 1.22.00 do Balanço Geral do Estado, sendo a data de assunção do compromisso apresentada com a nomenclatura “DATA DE REFERÊNCIA”, portanto, cumprindo aos requisitos solicitados para esse item.

#### **g) Saldo do Exercício Anterior e Saldo para o Exercício Seguinte**

Compreende os recursos financeiros e o valor das entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros, que serão demonstradas na linha Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados.

#### **SALDOS DO EXERCÍCIO ANTERIOR E PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE**

				<b>R\$ 1,00</b>
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>2024</b>	<b>2025</b>	<b>VARIAÇÃO</b>	<b>VAR. %</b>
<b>Disponível do Exercício Anterior</b>	<b>4.231.955.453,14</b>	<b>7.217.553.653,12</b>	<b>2.985.598.199,98</b>	<b>70,55</b>
Caixa e Equivalente de Caixa (Exceto RPPS)	3.176.026.062,51	6.164.516.424,53	2.988.490.362,02	94,10
Caixa e Equivalente de Caixa	435.167,47	6.100,71	-429.066,76	-98,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.055.494.223,16	1.053.031.127,88	-2.463.095,28	-0,23
<b>Disponível para o Exercício Seguinte</b>	<b>7.217.553.653,12</b>	<b>8.154.680.949,33</b>	<b>937.127.296,21</b>	<b>12,98</b>
Caixa e Equivalente de Caixa (Exceto RPPS)	6.164.516.424,53	7.100.672.541,00	936.156.116,47	15,19
Caixa e Equivalente de Caixa	6.100,71	0,00	-6.100,71	-100,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.053.031.127,88	1.054.008.408,33	977.280,45	0,09
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>2.985.598.199,98</b>	<b>937.127.296,21</b>	<b>-2.048.470.903,77</b>	<b>-68,61</b>

FONTE: Balanço Financeiro - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

Para fins de conciliação e comparabilidade das informações disponibilizadas, faz-se necessária a compreensão de que, o item 1.11.01 a) - Balanço Financeiro, é composto pelas contas “Caixa e Equivalente de Caixa” e “Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados”, enquanto o item 1.25.00 - Posição e Comprovação das



Disponibilidade Financeiras, representa apenas o valor de Caixa e Equivalente de Caixa.

Inclui-se, no entendimento de Caixa e Equivalente de Caixa, o saldo contábil da conta 1.1.1.1.1.30.0.0 - Rede Bancária Arrecadação, em atendimento ao princípio contábil da competência. Essa conta contábil, conforme disposto no Plano de Contas Aplicável ao Setor Público – PCASP, compreende/registra o somatório dos recursos referentes a receitas arrecadadas e não recolhidas. Dessa forma, a conta contábil 1.1.1.1.1.30.0.0 - Rede Bancária Arrecadação, compõe o Caixa e Equivalente de Caixa, ainda que o efetivo recolhimento aos cofres públicos não tenha ocorrido.

A tabela abaixo demonstra o saldo das disponibilidades, por conta contábil, com valores registrados no SIGEF em 31/12/2025:

DESCRIÇÃO	SALDO
1.1.1.1.1.02.01.00 - BANCO DO BRASIL - CONTA ÚNICA	1.777.790.199,77
1.1.1.1.1.06.02.00 - BANCOS CONTA MOVIMENTO - FUNDO EM REPARTIÇÃO	14.925.925,20
1.1.1.1.1.06.03.00 - BANCOS CONTA MOVIMENTO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO	248.367.103,73
1.1.1.1.1.19.01.00 - BANCO DO BRASIL	4.581.424.009,70
1.1.1.1.1.19.02.00 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	255.556.538,59
1.1.1.1.1.19.03.00 - BANCO DO NORDESTE	10.452.042,90
1.1.1.1.1.19.04.00 - BANCO DA AMAZÔNIA	95.900,62
1.1.1.1.1.19.05.00 - BANCO BRADESCO	1.175.741,50
1.1.1.1.1.19.98.00 - BCO CONTA MOVIMENTO - OUTROS BANCOS	20.715.513,23
1.1.1.1.1.30.00.00 - ARRECADAÇÃO	190.169.565,76
1.1.1.3.1.02.00.00 - GARANTIAS	1.054.008.408,33
<b>TOTAL</b>	<b>8.154.680.949,33</b>

A conta 11131020000, apresentada no quadro acima, com saldo de R\$ 1.054.008.408,33, refere-se à conta Caução, a qual representa depósitos realizados a título de garantia para assegurar o cumprimento de determinadas obrigações. Esses valores podem estar vinculados a contratos administrativos, processos judiciais, entre outras finalidades.

Embora os montantes depositados estejam registrados em conta bancária vinculada ao CNPJ do Estado, tais recursos não pertencem ao ente estatal, pois correspondem a valores de terceiros (Depositos Restituíveis), mantidos sob a guarda do Estado até que sua destinação seja devidamente executada, em conformidade com a regulamentação aplicável. Cabe ao item 1.27.00 – Resumo das Conciliações Bancárias, representar todos os domicílios bancários que são de titularidade do ente

Estado do Maranhão, independente de Poder/Órgão.

Os saldos contábeis de disponibilidades listados abaixo, referem-se às Unidades Gestoras descontinuadas, ou seja, que foram extintas, mas que ainda permanecem com saldo no SIGEF:

UNIDADE GESTORA DESCONTINUADA	DESCRIÇÃO UNIDADE GESTORA	BANCO	VALOR
110110/00001	UNIDADE GESTORA 110110	BANCO BRADESCO	5.364,55
110116/00001	ERGOV CIVIL	BANCO BRADESCO	217,85
110117/00001	ERGOV-LENÇÓIS	BANCO DO BRASIL	13.327,16
110119/00001	ESCOSOLHUM/REGIÃO LESTE	BANCO BRADESCO	6,00
130126/00001	GR-MUNIM E LENÇÓIS	BANCO BRADESCO	88,80
130129/00001	SEAGRO-GR ALTO TURI	BANCO BRADESCO	396,76
130137/00001	SEAGRO GR PEDREIRAS	BANCO BRADESCO	57,72
130138/00001	SEAGRO GR PRESIDENTE DUTRA	BANCO BRADESCO	110,85
130341/13202	AGED GR SERTÃO	BANCO DO BRASIL	109,55
130142/00001	AGED GR CERRADO	BANCO BRADESCO	293,59
130325/13202	AGED GR ITAPECURU	BANCO BRADESCO	120,85
130326/13202	AGED GR MUNIM	BANCO BRADESCO	26,32
130329/13202	AGED GR ALTO TURI	BANCO BRADESCO	7,64
130334/13202	AGED GR COCAIS	BANCO BRADESCO	520,72
130337/13202	AGED GR PEDREIRAS	BANCO BRADESCO	56,67
130338/13202	AGED GR PRESIDENTE DUTRA	BANCO BRADESCO	4.118,71
130341/13202	AGED GR SERTÃO	BANCO DO BRASIL	109,55
130342/13202	AGED GR CERRADO	BANCO BRADESCO	149,69
150132/00001	UNIDADE GESTORA 150132	BANCO DO BRASIL	844,40
150919/15903	UNIDADE GESTORA 150919	BANCO DO BRASIL	466,80
170127/00001	SEDUC/PINDARÉ	BANCO BRADESCO	22.500,00
170133/00001	SEDUC GR DO LESTE	BANCO BRADESCO	0,23
170138/00001	SEDUC/GR PRESIDENTE DUTRA	BANCO BRADESCO	1.866,00
170143/00001	SEDUC/GR LAGOS	BANCO DO BRASIL	11,63
170430/00001	FEEMA/IMPERATRIZ	BANCO BRADESCO	8,73
180202/18202	ARSEP -	BANCO BRADESCO	132,00
190114/00001	SÉTIMO BATALHÃO POLÍCIA MILITAR/PINDARÉ MIRIM	BANCO DO BRASIL	0,00
190121/00001	DÉCIMO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR/PINHEIRO	BANCO DO BRASIL	0,00
190121/00001	DÉCIMO BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR/PINHEIRO	BANCO DO BRASIL	0,00
190168/00001	BATALHÃO DE POLÍCIA DE CHOQUE	BANCO DO BRASIL	0,00
190169/00001	BATALHAO DE POLICIA AMBIENTAL	BANCO DO BRASIL	497,27
190210/21901	DETRAN-PM	BANCO DO BRASIL	3.498,72
210291/21901	FES/CAEMA	BANCO BRADESCO	15.214,98
210825/21901	FES/GR ITAPECURU	BANCO DO BRASIL	3,00
210826/21901	FES/MUNIM E LENÇÓIS	BANCO DO BRASIL	47,02
210827/21901	FES/GR PINDARÉ	BANCO DO BRASIL	1.715,38
210829/21901	FES/ALTO TURI	BANCO DO BRASIL	7.613,20
210831/21901	FES/GR PRÉ AMAZÔNIA	BANCO BRADESCO	2.158,42
210833/21901	FES/GR DO LESTE	BANCO DO BRASIL	1.622,34
210836/21901	FES/GR ALTO MEARIM	BANCO DO BRASIL	1.008,65
210837/21901	FES/GR PEDREIRAS	BANCO DO BRASIL	566,39

210838/21901	FES/GR PRESIDENTE DUTRA	BANCO DO BRASIL	5.384,96
210842/21901	FES/GR CERRADO	BANCO DO BRASIL	2.885,85
210902/21902	UNIDADE GESTORA 210902	BANCO DO BRASIL	234.673,37
210904/21904	UNIDADE GESTORA 210904	BANCO DO BRASIL	12.651,33
210908/21908	UNIDADE GESTORA 210908	BANCO DO BRASIL	171.162,04
210912/21912	UNIDADE GESTORA 210912	BANCO DO BRASIL	32.865,45
210915/21915	FES-HANUNESPACHECO	BANCO DO BRASIL	3.002,83
210918/21918	UNIDADE GESTORA 210918	BANCO DO BRASIL	50,33
210920/21920	UNIDADE GESTORA 210920	BANCO DO BRASIL	1.467.457,78
210924/21924	FES/HOSP F. MELO	BANCO BRADESCO	0,85
210925/21925	FES/UNID. MUSTA CARUTAPERA	BANCO BRADESCO	198,20
210926/21926	UNIDADE GESTORA 210926	BANCO DO BRASIL	155,40
210928/21928	UNIDADE GESTORA 210928	BANCO DO BRASIL	21.546,78
210928/21928	UNIDADE GESTORA 210928	BANCO BRADESCO	111.858,64
210929/21929	UNIDADE GESTORA 210929	BANCO DO BRASIL	2.414,13
210930/21930	UNIDADE GESTORA 210930	BANCO DO BRASIL	5.955,52
210936/21936	UNIDADE GESTORA 210936	BANCO DO BRASIL	437,14
210937/21937	UNIDADE GESTORA 210937	BANCO DO BRASIL	101,58
210938/21938	UNIDADE GESTORA 210938	BANCO DO BRASIL	5.051,14
210940/21940	UNIDADE GESTORA 210940	BANCO DO BRASIL	20.009,06
210940/21940	UNIDADE GESTORA 210940	BANCO BRADESCO	1,34
220915/22915	UNIDADE GESTORA 220915	BANCO DO BRASIL	3.907,29
220917/22917	FUMACOP	BANCO BRADESCO	46.133,31
230205/23205	ADEME - SEINC	BANCO BRADESCO	271,00
240421/00001	SEPLAN/CAEMA	BANCO DO BRASIL	19.755,78
240602/24206	UNIVIMA/FAPEMA	BANCO DO BRASIL	2.455,73
470101/00001	SESAE	BANCO BRADESCO	2.566,75
530303/00001	UNIDADE GESTORA 530303	BANCO DO BRASIL	724,52
<b>TOTAL</b>			<b>2.258.536,24</b>

Esses saldos constam nas contas contábeis do SIGEF, detalhados por banco, conforme tabela a seguir:

BANCO	VALOR
BANCO BRADESCO	214.447,17
BANCO DO BRASIL	2.044.089,07
<b>TOTAL</b>	<b>2.258.536,24</b>

Não obstante a inexistência de conciliações bancárias para essas Unidades Gestoras, devido não haver extratos bancários correspondentes, este Ente Jurisdicionado vem tomando providências com vistas à regularização destas inconsistências.

O item 1.27.00 - Resumo das Conciliações Bancárias, é um item disponibilizado pelas Unidades Gestoras à Contadoria Geral, a quem cabe exclusivamente a consolidação das informações para posterior envio ao Tribunal via e-PCA. Conquanto, informa-se que a entrega do item 1.27.00 - Resumo das Conciliações Bancárias, também é realizada por cada um dos órgãos que compõem

o Ente Jurisdicionado.

A tabela abaixo detalha, por conta contábil, os valores apresentados pelas Unidades Gestoras a esta Contadoria Geral e que possuem conciliação, compondo o Item 1.27.00, excluindo-se as UGs descontinuadas e a conta de Arrecadação, que não possuem extratos bancários correspondentes.

UG/GESTÃO	VALOR SIGEF	VALOR EXTRATO BANCÁRIO
010101/00001	17.651.646,64	17.651.646,64
010901/01901	3.715.218,76	3.715.218,76
020101/00001	15.794.129,67	15.797.165,67
020901/02901	569.093,19	569.093,19
040101/00001	115.710.446,86	115.998.317,24
040901/04901	324.516.038,75	324.516.038,75
040902/04902	1.656.270,92	1.656.270,92
040903/04903	2.500.513,21	2.500.513,21
040904/04904	9.249.410,17	9.249.410,17
070101/00001	8.374.048,89	8.530.233,65
070901/07901	31.021.012,52	31.021.012,52
080101/00001	16.484.028,89	16.487.971,31
080901/08901	27.622.573,24	27.622.573,24
110103/00001	8.720.975,97	8.720.975,97
110105/00001	328,01	0,00
110109/00001	19.339,47	26.172,40
110111/00001	45,90	53,32
110121/00001	22.177,93	22.177,93
110122/00001	293,13	293,13
110124/00001	24.705.821,96	4.572.436,36
110125/00001	38,02	38,02
110210/11210	0,00	0,00
120101/00001	138.925.286,39	127.180.259,27
120207/12207	454.360,96	93.216,96
120208/12208	0,00	0,00
120209/12209	10.579,42	391,17
120210/12210	1.155.284,01	1.153.877,44
120901/12901	3.903.260,85	3.903.260,85
130101/00001	10.644.023,90	8.862.992,84
130202/13202	29.837,97	27.536,73
130901/13901	5.372.796,96	5.372.796,96
140101/00001	13.041.316,32	10.842.638,88
140201/14201	3.660,16	3.660,16

140901/14901	57.440.289,39	50.929.358,45
150101/00001	27.274.528,23	27.218.006,19
150903/15903	4.032.443,09	4.032.443,09
160101/00001	1.049.379.957,58	2.515.796.247,15
160201/16201	3.060.886,90	3.060.887,15
160901/16901	10.967.163,68	10.967.163,68
170101/00001	1.690.668.364,16	1.680.105.737,16
170204/17204	588.144,18	588.144,18
170901/17901	2.412.905,02	2.398.756,80
190101/00001	5.134.672,30	4.095.983,77
190102/00001	38.379,47	45.214,25
190110/00001	3.558.631,57	3.458.341,06
190111/00001	26.064.764,88	26.062.524,88
190112/00001	0,00	0,00
190115/00001	0,00	0,00
190122/00001	0,00	0,00
190124/00001	0,00	0,00
190125/00001	3.639,63	0,00
190126/00001	38,37	0,00
190130/00001	0,00	0,00
190131/00001	0,00	0,00
190132/00001	0,00	0,00
190134/00001	0,00	0,00
190137/00001	126,42	0,00
190138/00001	71.199,88	64.729,65
190161/00001	0,00	0,00
190166/00001	0,00	0,00
190167/00001	8.791,94	10.428,67
190169/00001	0,00	0,00
190170/00001	0,00	0,00
190172/00001	0,00	0,00
190175/00001	211,65	211,65
190176/00001	172.298,36	172.298,36
190177/00001	24,61	0,00
190178/00001	822,58	913,53
190179/00001	6.853,98	6.842,53
190180/00001	387,87	1.536,20
190181/00001	179.790,63	183.346,20
190183/00001	0,00	0,00
190186/00001	5.933,94	10.012,95
190201/19201	89.453.773,55	89.453.996,20
190902/19902	8.980.323,82	8.980.323,82
190903/19903	153.334.810,29	153.332.733,41
200101/00001	1.450.679,03	1.450.679,03
200901/20901	24.366.400,81	24.366.400,81
200902/20902	6.631.754,31	6.631.754,31

210101/00001	0,00	0,00
210901/21901	268.747.415,00	267.948.143,60
210946/21946	1.010.813,54	1.010.813,54
220101/00001	27,62	27,62
220205/22205	1.869,71	3.961,01
220903/22903	29.086.053,78	0,00
220918/22918	557.156.931,24	557.156.931,24
230101/00001	304.641,13	304.501,20
230202/23202	954.729,52	422.969,81
230901/23901	1.230.690,97	1.230.690,97
240101/00001	9.488.257,90	9.548.332,71
240109/00001	2.458.211.230,97	2.267.361.534,81
240201/24201	12.840.762,74	12.922.335,34
240202/24202	12.946.083,21	12.927.427,01
240207/24207	1.864.383,60	1.864.551,64
450101/00001	10.710.402,77	10.828.529,88
450901/45901	1.845.794,53	1.690.334,07
490101/00001	8.450,67	8.450,17
510101/00001	795.194,60	376.866,28
510901/51901	4.206.392,36	4.206.392,36
520101/00001	886.962,80	630.879,34
530101/00001	43.959.082,02	42.009.280,31
540101/00001	6.867.280,58	6.520.492,56
540201/54201	1.658.672,56	1.621.428,60
540202/54202	23.852,11	9.974,50
540901/54901	5.692.683,25	5.692.683,25
540902/54902	1.789.390,53	1.789.390,53
540904/54904	5.829.048,64	5.829.048,64
540905/54905	5.105.528,88	5.105.528,88
540906/54906	85,24	85,24
560101/00001	28.796.888,55	28.583.344,03
560901/56901	16.544.094,48	17.112.085,51
580101/00001	1.468,96	1.468,96
580201/58201	192.028.610,49	186.277.863,33
580202/58202	263.293.028,93	263.293.028,93
580204/58204	9.158,51	8.412,60
580206/58206	2.213,90	246,62
600103/00001	651.137,06	631.078,32
610101/00001	55.218.973,06	53.511.451,88
610201/61201	11.720.591,93	11.720.610,18
610202/61202	3.590.816,86	3.465.239,46
630101/00001	97,13	97,21
640101/00001	9.041,83	9.719,59
80901/08901	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>7.962.251.685,32</b>	<b>9.143.159.490,52</b>

A seguir apresentamos o resumo dos saldos de caixa e equivalentes ao final do

exercício de 2025, detalhado por situação:

DESCRIÇÃO	VALOR SIGEF
UNIDADES GESTORAS DESCONTINUADAS	2.259.698,25
UNIDADES GESTORAS ATIVAS	7.962.251.685,32
CONTA ARRECADAÇÃO	190.169.565,76
<b>TOTAL</b>	<b>8.154.680.949,33</b>

#### h) Resultado Financeiro:

O resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro apurado no Balanço Patrimonial.

O resultado financeiro demonstrado no Balanço Financeiro, diminuiu em relação ao ano anterior, saindo de R\$ 2,99 bilhões para aproximadamente R\$ 937,13 milhões. Significa que, o saldo financeiro remanescente ao final de 2025, é menor que o saldo que veio de 2024 em aproximadamente R\$ 2,05 bilhões.

Em geral, mas não necessariamente, um resultado financeiro positivo é indicador de equilíbrio financeiro, mas, pode decorrer, por exemplo, da elevação do endividamento público, portanto, essa análise deve ser realizada conjuntamente com o balanço patrimonial.

#### RESULTADO FINANCEIRO

				R\$ 1,00
DESCRIÇÃO	2024	2025	VARIAÇÃO	VAR. %
Receita Orçamentária	32.359.168.605,57	35.645.249.869,96	3.286.081.264,39	10,16
Despesa Orçamentária	29.390.219.743,58	35.596.803.198,41	6.206.583.454,83	21,12
<b>RESULTADO ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>2.968.948.861,99</b>	<b>48.446.671,55</b>	<b>-2.920.502.190,44</b>	<b>-98,37</b>
Transferências Financeiras Recebidas	59.445.362.356,93	72.163.520.194,86	12.718.157.837,93	21,39
Transferências Financeiras Concedidas	59.445.396.334,32	72.163.520.194,86	12.718.123.860,54	21,39
<b>RESULTADO DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS</b>	<b>-33.977,39</b>	<b>0,00</b>	<b>33.977,39</b>	<b>-100,00</b>
Outras Movimentações Financeiras Recebidas	26.189.328,82	34.862.865,24	8.673.536,42	33,12
Outras Movimentações Financeiras Concedidas	34.862.865,24	39.838.205,23	4.975.339,99	14,27
<b>OUTRAS MOVIMENTAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>-8.673.536,42</b>	<b>-4.975.339,99</b>	<b>3.698.196,43</b>	<b>-42,64</b>
Recebimentos Extraorçamentários	6.988.552.408,03	7.447.884.419,40	459.332.011,37	6,57
Pagamentos Extraorçamentários	6.963.195.556,23	6.554.228.454,75	-408.967.101,48	-5,87

<b>RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO</b>	<b>25.356.851,80</b>	<b>893.655.964,65</b>	<b>868.299.112,85</b>	<b>3.424,32</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>2.985.598.199,98</b>	<b>937.127.296,21</b>	<b>-2.048.470.903,77</b>	<b>-68,61</b>

FONTE: Balanço Financeiro - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

- **Indicador do Resultado Financeiro (IRF):**

O Indicador de Resultado Financeiro (IRF), tem por objetivo, avaliar se houve equilíbrio entre os ingressos (orçamentários e extra orçamentários) e os desembolsos (orçamentários e extraorçamentários), permitindo verificar o resultado financeiro do exercício. A tabela abaixo evidencia o indicador IRF, no exercício de 2025, comparando com o ano de 2024.

#### INDICADOR DO RESULTADO FINANCEIRO

R\$ 1,00

DESCRIÇÃO	2024	2025
Receita Orçamentária	32.359.168.605,57	35.645.249.869,96
Transferências Financeiras Recebidas	59.445.362.356,93	72.163.520.194,86
Outras Movimentações Financeiras Recebidas	26.189.328,82	34.862.865,24
Recebimentos Extraorçamentários	6.988.552.408,03	7.447.884.419,40
<b>TOTAL DE INGRESSOS</b>	<b>98.819.272.699,35</b>	<b>115.291.517.349,46</b>
Despesa Orçamentária	29.390.219.743,58	35.596.803.198,41
Transferências Financeiras Concedidas	59.445.396.334,32	72.163.520.194,86
Outras Movimentações Financeiras Concedidas	34.862.865,24	39.838.205,23
Pagamentos Extraorçamentários	6.963.195.556,23	6.554.228.454,75
<b>TOTAL DE DISPÊNDIOS</b>	<b>95.833.674.499,37</b>	<b>114.354.390.053,25</b>
<b>INDICADOR DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>1,0312</b>	<b>1,0082</b>

FONTE: Balanço Financeiro - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF

No exercício de 2025, observamos um total de R\$ 115,29 bilhões em ingressos (orçamentários e extraorçamentários), e R\$ 114,35 bilhões em dispêndios (orçamentários e extraorçamentários), resultando em um indicador do resultado financeiro de 1,0082, levemente menor do que o verificado no exercício anterior.

### 13. Eventos Subsequentes

Até o encerramento deste Balanço não foram constatados eventos subsequentes.



## 14. Considerações Finais

A gestão do Estado Maranhão tem buscado solidificar a estruturação financeira e fiscal do Estado permitindo a reorganização do seu fluxo de caixa com a redução dos impactos do serviço da dívida pública, a realização de novos investimentos e demais despesas, bem como melhorar o controle do gasto público. Apresentamos a seguir alguns dos resultados de 2025:

**Desempenho Orçamentário:** a Receita Orçamentária Arrecadada totalizou R\$ 35,64 bilhões, apresentando um excesso de arrecadação de R\$ 2,96 bilhões em relação à previsão inicial. Esse crescimento de 10,16% comparado a 2024 foi impulsionado pelo aumento de 14,69% na Receita Tributária e de 3,92% nas Transferências Correntes.

**Situação Patrimonial:** o Ativo Total do Estado alcançou aproximadamente R\$ 37,08 bilhões, um crescimento expressivo de 22,05% (R\$ 8,18 bilhões) frente ao exercício anterior. Destaca-se o aumento de R\$ 4,35 bilhões no valor contábil bruto dos bens imóveis.

**Gestão de Obrigações e Dívida:** houve uma redução significativa de 47,13% (R\$ 365,18 milhões) nas Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais no Passivo Circulante. Entretanto, o saldo de Empréstimos e Financiamentos subiu para R\$ 5,24 bilhões, um aumento de 37,81%.

**Variações Patrimoniais Diminutivas:** as despesas com Pessoal e Encargos cresceram 9,54%, somando R\$ 11,74 bilhões; os custos com Serviços tiveram uma elevação de 16,37%, totalizando R\$ 7,37 bilhões; os Juros e Encargos de Empréstimos sofreram um aumento nominal de R\$ 1,83 bilhão.

**Resultado Financeiro:** o resultado apurado no Balanço Financeiro apresentou uma redução, passando de R\$ 2,99 bilhões em 2024 para cerca de R\$ 937,13 milhões em 2025.

**Avanços Tecnológicos e Controles:** o exercício foi marcado pela implementação de novos módulos no sistema SIGEF (Conciliação Bancária, Conformidade Contábil e Transferências), para atender aos padrões de qualidade estabelecidos por meio do Decreto Federal nº 10.540/2020. Bem como pela busca de financiamento junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por meio do PROFISCO III, para viabilização da aquisição do Sistema Integrado de Custos do

Estado do Maranhão.

Assim, em 2025, apesar do aumento do endividamento e das pressões nas despesas de pessoal, o Estado buscou consolidar sua solidez fiscal através do controle de gastos e cumprimento de metas, das vinculações constitucionais e dos demais limites da LRF, uma vez que a solvência da dívida estadual e a responsabilidade com as despesas de pessoal estão entre os aspectos fiscais que são capazes de impactar nos resultados econômicos.


Diante disso, cumpre destacar que o Estado do Maranhão, nos últimos anos têm melhorado sua Capacidade de Pagamento (CAPAG), que em 2025 saiu do indicador “B” para “A”.

Além disso, o Estado saiu da nota “C”, obtida em 2024, para a nota “B” em 2025, no ranking de qualidade da informação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).


Outro ponto positivo a ser destacado é o índice de solidez fiscal do Estado do Maranhão, que em 2025 alcançou o 2º lugar no ranking, dentre todos os estados brasileiros.

Com esses resultados, o Estado consegue atrair melhores financiamentos, proporcionando ampliação da arrecadação e possibilitando, assim, maiores investimentos e aplicações em políticas públicas.

Por fim, os resultados obtidos em 2025 demonstram que as medidas implementadas, como o maior controle do gasto público, contribuíram concretamente para a consolidação do processo de reversão da situação fiscal apresentada pelo Estado em exercícios anteriores.

Documento assinado digitalmente  
 **FABIELE COSTA ALVES**  
Data: 31/03/2026 20:29:30-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Fabiele Costa Alves**  
Secretária Adjunta de Contabilidade

Documento assinado digitalmente  
 **ITAYANE AMORIM E AMORIM**  
Data: 31/03/2026 22:17:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Itayane Amorim e Amorim**  
Assessora Especial

## NOTA TÉCNICA – Correção na rotina de depreciação

Ao analisar alguns bens migrados do módulo Patrimônio Mobiliário legado, identificamos que estes sofreram depreciação até atingirem valor líquido zero. Tal procedimento está incorreto, visto que, conforme as normas contábeis, a depreciação deve ser interrompida ao atingir o valor residual do bem.

A inconsistência foi constatada no módulo de Patrimônio Mobiliário atual. Após análise técnica, verificou-se que os bens já foram migrados do módulo legado com valor líquido zerado, ocasionando a distorção observada.

Para sanar a situação, foi realizado um ajuste técnico em todos os bens que apresentavam valor líquido zerado, restabelecendo o valor correto correspondente ao seu valor residual. Ressaltamos que um bem patrimonial pode depreciar somente até o seu valor residual, jamais até zero.

Além da correção do valor líquido, foi necessário ajustar também os registros de depreciação acumulada, realizando a subtração do montante que havia sido depreciado indevidamente.

Em razão desse ajuste técnico, houve impacto nos relatórios patrimoniais e contábeis que contemplavam esses bens, refletindo diretamente nos valores de depreciação acumulada apresentados anteriormente.

A AZ Tecnologia reforça seu compromisso em atuar de forma preventiva e corretiva, assegurando a estabilidade, integridade e confiabilidade das rotinas do sistema.

## NOTA TÉCNICA – Correção na rotina de depreciação

Após análise detalhada sobre o relato referente ao chamado de número PAT30-11560, cuja ocorrência se deu na data de 09/01/2026, foi constatada uma falha na sistêmica na rotina automática de depreciação, o que ocasionou a duplicidade de depreciação nos patrimônios dos Órgãos cadastrados no módulo Patrimônio Mobiliário.

Ao identificar o ocorrido, os lançamentos duplicados foram removidos e garantindo os saldos e apurações corretas nos bens afetados, portanto os valores de depreciação passaram a ser exibidos corretamente, sem novas duplicidades ou reprocessamentos indevidos.

Após a regularização, não foram identificadas pendências ou inconsistências adicionais. O efeito restringiu-se à atualização dos relatórios patrimoniais e contábeis, que passaram a refletir as informações corretas.

A AZ Tecnologia reforça seu compromisso em atuar de forma preventiva e corretiva, garantindo a estabilidade e a confiabilidade das rotinas do sistema.

Atenciosamente,



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO**  
**CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO MARANHÃO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

NOME.....	: FABIELE COSTA ALVES
REGISTRO.....	: MA-013151/O-3
CATEGORIA.....	: CONTADOR
CPF.....	: ***.450.713-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MARANHÃO, 31/03/2026 as 21:16:00.

Válido até: 29/06/2026.

Código de Controle: 9346483.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMA.